

COMO EXPORTAR PORTUGAL

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



COLEÇÃO
Estudos e Documentos de Comércio Exterior

SÉRIE
Como Exportar

ELABORAÇÃO
Ministério das Relações Exteriores — MRE
Coordenação-Geral de Promoção Comercial — CGPR
Embaixada do Brasil em Lisboa
Setor de Promoção Comercial — SECOM

COORDENAÇÃO
Coordenação-Geral de Promoção Comercial — CGPR

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o “status” jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

A CGPR que é titular exclusivo dos direitos de autor (*) permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

O texto do presente estudo foi concluído em dezembro de 2023.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	06
MAPA DE PORTUGAL	08
DADOS BÁSICOS.....	09
I. ASPECTOS GERAIS	11
1. GEOGRAFIA E CLIMA	11
2. POPULAÇÃO, CENTROS URBANOS, MERCADO DE TRABALHO E NÍVEL DE VIDA – INDICADORES.....	11
3. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	26
4. ESTRUTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	28
5. ORGANIZAÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS	31
II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS	37
1. CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNA	37
2. PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	44
3. MOEDA E FINANÇAS.....	57
4. BALANÇA DE PAGAMENTOS E RESERVAS INTERNACIONAIS	60
III. COMÉRCIO EXTERIOR.....	63
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	63
2. EVOLUÇÃO RECENTE.....	63
3. ROTAS DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS	66
4. COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS.....	67
5. ORIGENS DAS IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS	69
6. COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS	70

IV. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL — PORTUGAL	73
1. EVOLUÇÃO RECENTE.....	73
2. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	74
3. IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	77
4. PRODUTOS BRASILEIROS COM POTENCIAL NO MERCADO PORTUGUÊS.....	79
5. INVESTIMENTOS BILATERAIS	80
6. PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS	82
V. ACESSO AO MERCADO – COMO EXPORTAR.....	85
1. INFORMAÇÕES GERAIS	85
2. SISTEMA TARIFÁRIO.....	85
3. REGULAMENTAÇÃO DE IMPORTAÇÃO	88
4. DOCUMENTOS E FORMALIDADES.....	94
5. REGIMES ESPECIAIS.....	97
VI. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO	99
1. CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO	99
2. PROMOÇÃO DE VENDAS.....	103
3. PRÁTICAS COMERCIAIS	107
4. COMÉRCIO ELETRÔNICO	111
VII. RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	115
ANEXOS.....	118
I. ENDEREÇOS	118
II. FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL.....	123
III. INFORMAÇÕES PRÁTICAS.....	124
BIBLIOGRAFIA	126

INTRODUÇÃO

Situado na Península Ibérica, Portugal faz fronteira a leste com a Espanha e é limitado a oeste pelo Oceano Atlântico. Sua superfície equivale à do Estado de Santa Catarina e sua população é de cerca de dez milhões e quinhentos mil habitantes. Desde 1986, sua economia tem sido influenciada pela condição de membro da União Europeia (UE) e, a partir de 2001, pela adoção do Euro (€) como moeda comum.

Em decorrência da crise financeira internacional de 2007/2008, a economia portuguesa entrou em recessão e a dívida pública atingiu nível excessivo, obrigando o país a recorrer, em 2011, a programa de resgate proposto pela “troika” formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE). A partir de 2014, passado o período de forte austeridade, que obrigou a contenção na despesa pública e a restrições salariais e de consumo privado, a economia portuguesa entrou em fase de lenta recuperação, observando-se, desde então, uma evolução positiva do PIB. Em 2019, foi registrado, crescimento nominal de 4,5%. No entanto, a pandemia da COVID-19, que afetou a economia mundial desde o primeiro trimestre de 2020, veio interromper esta trajetória ascendente, tendo-se registrado neste ano uma queda histórica de 6,5%, voltando à sua recuperação em 2021 e 2022, com evolução positiva de 7,75% e 12,2% respectivamente, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O impacto da pandemia, que afetou a atividade econômica de forma sem precedentes, teve efeitos imediatos sobre o mercado de trabalho, levando a um agravamento da taxa de desemprego. A trajetória descendente da taxa de desemprego verificada desde 2014 sofreu uma inversão, aumentando dos 6,6% verificados em 2019, para 7% em 2020, entrando, no entanto, em nova queda, para 6,6% em 2021 e 6% em 2022.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), que se encontrava em 2019 nos 0,3%, manteve-se inalterada em 2020, aumentou para 1,3% em 2021. No entanto, este índice subiu para 7,8% em 2022, consequência da guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro desse ano.

De acordo com o Banco de Portugal (BdP), a capacidade de financiamento da economia, medida pelo saldo conjunto das contas corrente e de capital, que rondou 1% do PIB em 2021, ficou negativa em 2022 (-0,4% do PIB), passando a haver necessidade de financiamento ao exterior. No entanto, de acordo com a mesma fonte, em maio de 2023, registrou-se um excedente das balanças corrente e de capital de €11 milhões, que compara com um déficit de €1,7 bilhão observado no mesmo mês de 2022.

A economia de Portugal se apoia fortemente no comércio exterior: em 2022, de acordo com dados provisórios do INE, as exportações representaram cerca de 49,5% do PIB, en-

quanto as importações, 51,6%. De acordo com dados do Eurostat para o ano de 2022, o déficit da balança comercial de Portugal correspondeu a -13% do PIB, a sexta proporção mais negativa entre os Estados-Membros da União Europeia.

No que se refere exclusivamente a bens, as exportações portuguesas aumentaram 22,9% em 2022 face ao ano anterior, enquanto as importações cresceram 31,4%, gerando um déficit 64,9% maior em comparação com o ano transato.

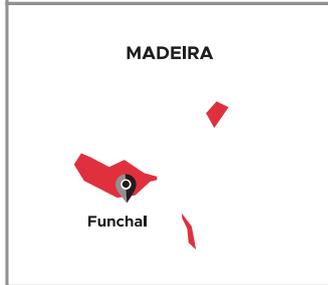
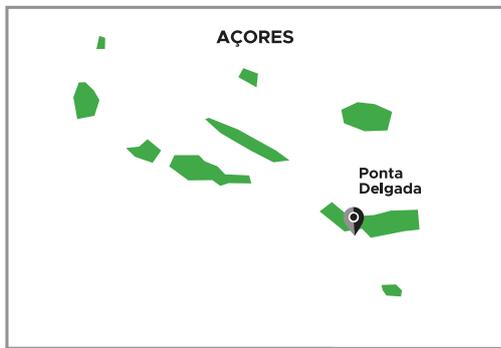
O principal parceiro de comércio internacional de Portugal é a UE, cujos países representam cerca de 70,5% do valor das exportações e 69,5% das importações de bens. Em 2022, as exportações dos países da União Europeia, no seu conjunto, cresceram 21,4% face ao ano anterior e 44,1% face a 2020; enquanto as importações cresceram 24,1% face ao ano anterior e 49,5% comparando com 2020.

Dentre os países do bloco, os principais compradores fornecedores são: Espanha, França e Alemanha. No entanto, em 2022, se detectou um menor dinamismo das exportações nacionais para estes três mercados, com indícios de perdas de cota de mercado, pois as importações nacionais cresceram mais do que as exportações totais desses países.

Entre os principais grupos de produtos importados por Portugal, destacam-se as máquinas e aparelhos, seguidos dos produtos minerais. Do lado das exportações, destacam-se também as máquinas e aparelhos, e os veículos e outro material de transporte.

Em 2022, as exportações brasileiras para Portugal atingiram US\$4,8 bilhões, apresentando um aumento de 79,2% relativamente a 2021. As importações brasileiras originárias de Portugal totalizaram US\$990 milhões, apresentando um acréscimo de 30% relativamente a 2021, originando um saldo comercial favorável ao Brasil, atingindo em 2022 um valor de US\$3,8 bilhões.

No período em apreço, o Brasil é o 7º fornecedor de Portugal, com uma cota de 4,2% do total importado, e o 12º cliente de Portugal, igualmente com a cota de 1,2% do total exportado.



DADOS BÁSICOS

SUPERFÍCIE¹

92 225 km²

PRINCIPAIS CIDADES

por população residente

Lisboa (capital)
Sintra // V.N. Gaia // Porto,
Loures // Braga

POPULAÇÃO

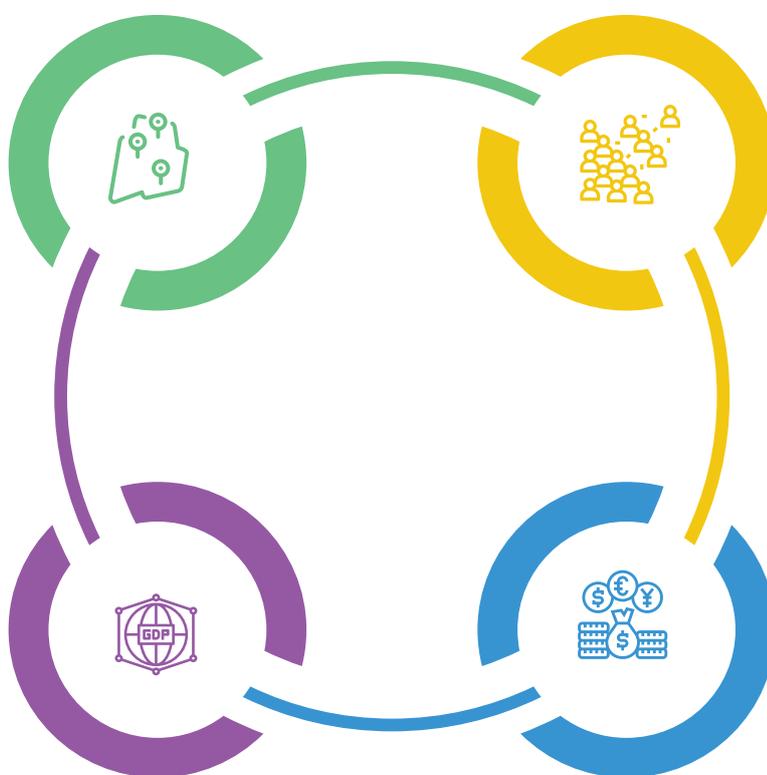
10 467 366 habitantes

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

113,5 habitantes/km²

POPULAÇÃO ATIVA

5,34 milhões



PRODUTO INTERNO BRUTO

US\$251,93 bilhões
(2022)

MOEDA

EURO (€)

COTAÇÃO²

€1,00 = US\$1,053

1. Integra território continental que ocupa cerca de 89 mil km², e os arquipélagos dos Açores e da Madeira no Oceano Atlântico.

2. <https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>

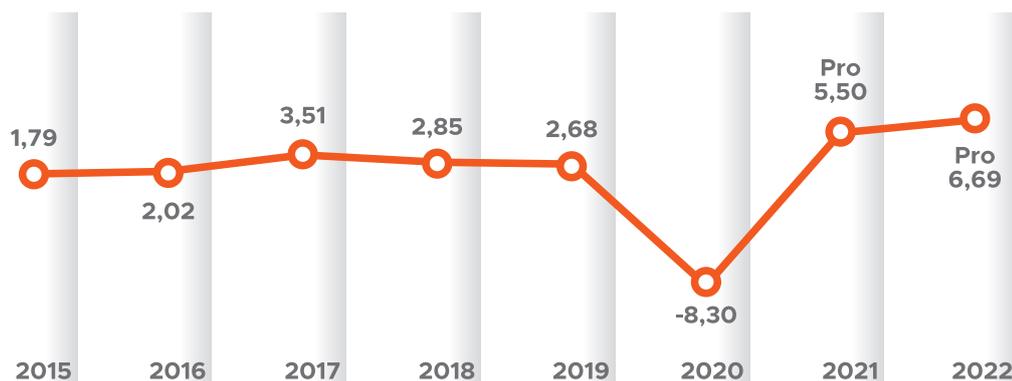


FIGURA 01
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

PIB per capita	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21
€	17 310,3	18 007,0	18 950,2	19 854,0	20 703,6	19 308,8	Pro 20 632,9	Pre 22 907,7	11,03%
US\$	18 227,7	18 961,4	19 954,6	20 906,3	21 800,9	20 332,2	Pro 21 726,4	Pre 24 121,8	

TABELA 01
PIB PER CAPITA

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016) INE - Estimativas Anuais da População Residente
Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-06-07 // Pro - Valor provisório // Pre - Valor preliminar

*US\$ com taxa de câmbio média 2022: 1,053 (Banco de Portugal)

Milhões €		2017	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs. 21
Saldo da balança comercial	€	2 870,8	1 849,0	1 663,0	(R) -3 883,1	(R) -5 546,8	-4 938,4	-10,97%
	US\$	3 023,0	1 947,0	1 751,1	-4 088,9	(R) -5 840,8	-5 200,1	-10,97%
Exportações	€	84 150,7	89 619,3	93 680,9	74 427,1	(R) 89 588,1	119 995,9	33,94%
	US\$	88 610,7	94 369,1	98 646,0	78 371,7	(R) 94 336,3	126 355,7	33,94%
Importações	€	81 279,9	87 770,3	92 017,9	(R) 78 310,2	(R) 95 134,9	124 934,4	31,32%
	US\$	85 587,7	92 422,1	96 894,8	82 460,6	(R) 100 177,0	131 555,9	31,32%
% PIB		1,5%	0,9%	0,8%	(R)-1,9%	Pro-2,6	Pre-2,1	

TABELA 02
BALANÇA COMERCIAL

Fonte: COMEXSTAT

Fluxo Brasil — Portugal (milhões US\$)		2021	2022	22 vs. 21
Saldo da balança comercial	US\$	1 743,0	3 297,3	89,17%
Exportações	US\$	2 600,0	4 287,3	64,90%
Importações	US\$	857,0	990,0	15,52%

TABELA 03
BALANÇA COMERCIAL (TOTAL DE BENS E SERVIÇOS)

Fontes de Dados: BdP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-17 // (R) Dados retificados pela entidade responsável // Pro — Valor provisório
Pre — Valor preliminar // *US\$ com taxa de câmbio média 2022: 1,053 (Banco de Portugal)

I. ASPECTOS GERAIS

1. Geografia e clima

Portugal é constituído por dois territórios: o Continental, com o qual forma a Península Ibérica em conjunto com a Espanha, e o das Regiões Autônomas da Madeira e dos Açores, arquipélagos situados no Atlântico Norte, cada um a duas horas de voo de distância de Lisboa, a capital política, econômica e administrativa do país. O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas, divididas em três grupos de acordo com o posicionamento geográfico: Flores e Corvo formam o grupo ocidental; Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, o grupo central; e Santa Maria e São Miguel, o grupo oriental. O arquipélago da Madeira é constituído pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo e pelos ilhéus Desertas e Selvagens.

A estabilidade das fronteiras continentais, praticamente inalteradas desde o século XIII, torna Portugal um dos mais antigos países do mundo, com quase novecentos anos de história, refletindo sua identidade e unidade interna.

Portugal Continental é dividido pelo rio Tejo, o rio mais extenso da península Ibérica, em duas áreas distintas: a do centro-norte, montanhosa, e a do centro-sul, plana. O ponto mais elevado situa-se na zona central, na Serra da Estrela, com 1.991 metros de altitude. Nas Regiões Autônomas, a montanha do Pico, com 2.351 metros, é o ponto mais alto do arquipélago dos Açores, e o Pico Ruivo, com 1.862 metros, o do arquipélago da Madeira.

O clima português é caracterizado por invernos suaves e verões amenos, mas varia de região para região. O norte do país é caracterizado por temperaturas mais baixas e maior precipitação. A sul do Tejo, destacam-se os verões bastante quentes e prolongados, influência do mediterrâneo, e invernos curtos e de pouca pluviosidade. Os Açores apresentam um clima temperado marítimo com chuvas abundantes, enquanto a Madeira registra um clima de tipo mediterrânico com temperaturas amenas todo o ano.

2. População, Centros urbanos, Mercado de Trabalho e Nível de vida — indicadores

População

Segundo as mais recentes estimativas provisórias anuais da população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 31 de dezembro de 2022, a população portuguesa

era de 10 467 366 habitantes. Desde 2009, Portugal registrava redução de sua população residente, embora em 2019 tenha se verificado uma taxa de crescimento efetiva de 0,19%. Em 2022, volta a ocorrer novo acréscimo populacional que resulta de um saldo migratório de 86 889 pessoas (72.040 em 2021), que compensou o saldo natural negativo de -40 640 (-45 220 em 2021). Estes fluxos traduzem uma taxa de crescimento efetivo de 0,44%, migratório (0,83%) e natural (-0,39%).

A densidade demográfica é de 113,5 hab/km², de acordo com dados do INE de 2022. Este indicador não é homogêneo, pois existem regiões com densidade muito maior, como o caso da área metropolitana de Lisboa, com 956,4 hab/km², e outras com densidade muito menor, como a Região do Alentejo (22,6 hab/km²).

A maior parte da população (73%) é urbana, enquanto o meio rural acolhe apenas 12% dos residentes em Portugal.

Área predominantemente urbana	Área mediantemente urbana	Área predominantemente rural
73,4%	14,2%	12,4%

TABELA 04
POPULAÇÃO RURAL E URBANA (%)

Fonte: INE - Estimativas anuais da população residente

A população residente é majoritariamente feminina (53%).

Em termos etários, confirma-se a tendência ao envelhecimento da população portuguesa, iniciada há anos. Em 2022, a população residente é constituída por 12,9% de jovens dos 0 aos 14 anos, 63,1% dos 15 aos 64 anos e 24% de idosos (65 ou mais anos). Esta distribuição contribui para um índice de envelhecimento de 185,6 pessoas idosas por cada 100 jovens.

Em Portugal a taxa bruta de natalidade mantém-se estável desde 2016 tendo sido de 8 nados-vivos por mil habitantes em 2022. No entanto, mantém-se a um nível inferior ao da taxa bruta de mortalidade que foi, no mesmo ano, de 11,9 óbitos por mil habitantes.

No período 2020-2022 estimou-se uma esperança de vida à nascença em 80,96 anos, com as mulheres a terem maior longevidade média (83,52 anos) do que os homens (78,05 anos). No período entre 2012 e 2022, verificou-se que ocorreu aumento no número de meses de vida para o total da população (mais 14,2 meses, sendo 16,6 para os homens e 11 para as mulheres).

Centros urbanos

De acordo com os Censos 2021, em Portugal, residiam cerca de 6,3 milhões de indivíduos em 634 locais com 2 000 e mais habitantes, o que correspondia a 61% do total da população residente. A maioria destes lugares situava-se nas regiões AML — área metropolitana

de Lisboa — (227 lugares), Norte (172) e Centro (121), seguindo-se o Alentejo (59 lugares), o Algarve (25) e finalmente as regiões insulares: 24 lugares na Região Autónoma dos Açores e 6 lugares na Região Autónoma da Madeira.

Portugal divide-se em 20 Distritos: 18 no Continente e 2 nas Regiões Autónomas, cujas capitais são as cidades mais importantes. Lisboa é a cidade com a maior população residente (cerca de 548 703, não incluídos os municípios pertencentes à “grande Lisboa”), seguida das cidades de Sintra (388 767), Vila Nova de Gaia (307 563) e do Porto (240 592).

Mercado de Trabalho e Nível de Vida

A população em idade ativa (16 a 89 anos) em Portugal totalizou 5,34 milhões, no terceiro trimestre de 2023, o que corresponde a uma taxa de atividade da população de 60,1% (+1,5 pontos percentuais (p.p.) comparado com 2021). No ano em análise, na faixa dos 25 aos 64 anos, a população ativa com pelo menos o ensino secundário³ foi de 55,6% (+24,6 p.p. face a 2011), e a população com o ensino superior foi de 29,8% (+14,3 p.p. em comparação a 2011).

A população empregada aumentou 2% face a 2021 e foi estimada em 4,9 milhões, continuando a tendência crescente apenas quebrada em 2020 devido à pandemia COVID-19.

Da população empregada em 2022, 84,8% eram trabalhadores por conta de outrem e destes, 83,5% tinham contratos sem termo⁴.

A maior parte da população ativa empregada trabalha no setor de comércio de bens e prestação de serviços (terciário – 73%), o qual continua em expansão, ao contrário do que ocorre no setor da agricultura (primário), cujo peso da população empregada tem vindo a diminuir. O setor da indústria (secundário) ocupa cerca de 25% da população ativa.

Anos		2017	Peso por setor	2018	2019	2020	2021	2022	Peso por setor
Setores de atividade económica	Total	4 590,9	100,00%	4 718,7	4 776,2	4 683,7	4 812,3	4 908,7	100,00%
	Primário	139,5	3,04%	146,8	133,9	129,1	130,6	133,9	2,73%
	Secundário	1 176,6	25,63%	1 208,9	1 212,3	1 192,6	1 181,6	1 206,5	24,58%
	Terciário	3 274,8	71,33%	3 363,0	3 429,9	3 362,0	3 500,1	3 568,3	72,69%

TABELA 05
POPULAÇÃO EMPREGADA: TOTAL E POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-09

3. Corresponde ao ensino médio no Brasil

4. Um contrato sem termo não tem uma data de término, pelo que só acaba se uma das partes assim o desejar, ou quando o trabalhador reúne as condições para a reforma. Está consagrado no artigo 147º do código do trabalho.

A taxa de desemprego foi de 6%, totalizando 313,9 mil pessoas (-0,6 p.p. versus o ano precedente e -7,4 p.p. face a 2011).

Na faixa etária dos jovens dos 16 aos 24 anos, a taxa de desemprego foi de 19% (-4,4 p.p. relativamente a 2021), aproximando-se da taxa de 18,3% verificada em 2019. Dentro da população desempregada, 49,4% (+6,1 p.p. do que em 2021) se encontrava nessa situação há um ou mais anos (desemprego de longa duração).

Em 2021, o ganho médio mensal (bruto) dos trabalhadores assalariados em Portugal foi de €1.289,50⁵, mais 3,4% do que a média do ano anterior, mas representando um aumento real de 2,1% (tendo em conta a taxa de inflação de 1,27%).

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), encontrava-se em risco de pobreza em 2022, 17% da população residente, mais 0,6 p.p. do que em 2021. Na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, o risco de pobreza aumentou 4,3 e 1,0 p.p, respectivamente, mantendo-se em 15,6% na região Centro e diminuindo nas demais regiões.

A taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu de 10,3% em 2021 para 10% em 2022, mas aumentou para a população desempregada, de 43,4% para 46,4%.

As análises do índice de Gini⁶ e do rácio S80/S20 atestam que os rendimentos monetários continuaram a ser distribuídos de forma acentuadamente assimétrica. O valor do índice de Gini foi de 33,7% em 2022 (1,7 p.p. superior aos 32% registrados no ano anterior), enquanto o rácio S80/S20 denota que 20% de habitantes com rendimentos mais elevados tiveram um rendimento monetário líquido maior 5,6 vezes do que o rendimento monetário líquido equivalente aos 20% da população com mais baixos recursos (5,1 em 2021). Por zonas geográficas, é no Alentejo que, em 2022, se denotava uma distribuição dos rendimentos menos desigual (30%), ligeiramente inferior ao valor registrado em 2021 (30,8%), enquanto aumentou em todas as outras regiões do país. Em Portugal continental, foi na área metropolitana de Lisboa que se registrou maior desigualdade nos rendimentos, 34,9% (31,4% em 2021).

5. De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal (do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social).

6. O coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). (INE.PT)

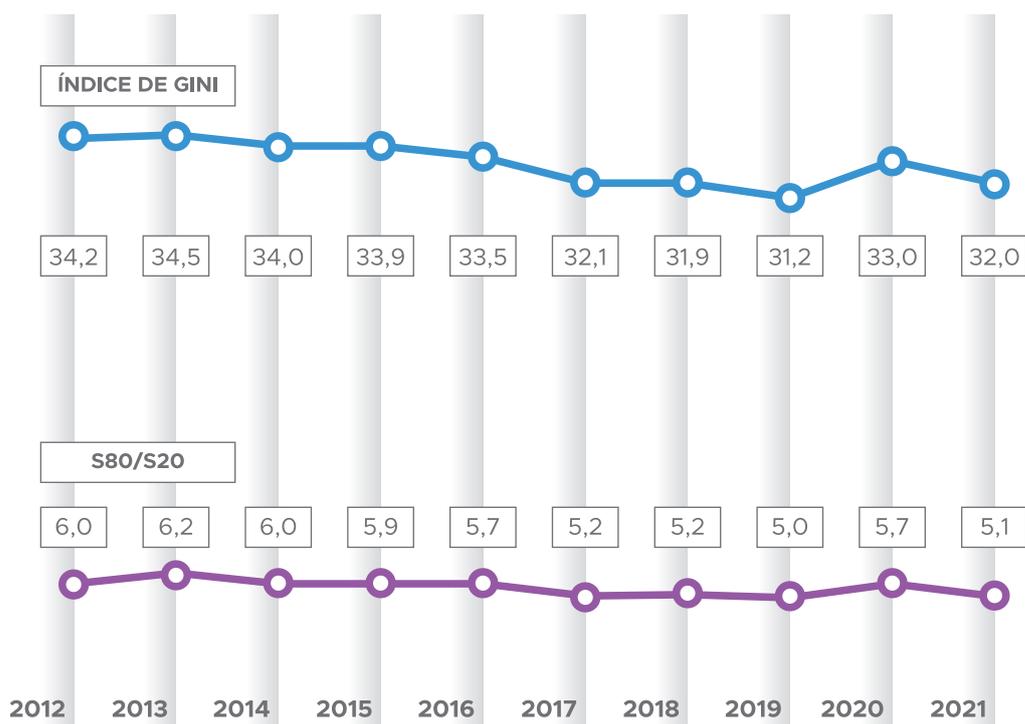


FIGURA 02

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO (%)

Fontes de Dados: Eurostat (até 2000) / INE (a partir de 2001) — Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (até 2002) / Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (a partir de 2003)

Fonte: PORDATA

Última atualização: Índice de Gini (%) 2023-01-20; S80/S20 2023-02-02

Principais indicadores socioeconômicos

Em 2022 o PIB português per capita atingiu US\$24 121,8. Expresso em paridade do poder de compra (PPC), representa cerca de 77% (segundo o Eurostat, dados a 23/03/23) em relação à média europeia, sendo o sexto mais baixo da Zona Euro ao lado da Romênia e da Hungria.

Anos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022 US \$
PIB per capita	18 950,2	19 854,0	20 703,6	19 308,8	Pro 20 632,9	Pre 22 907,7	Pro 24 121,8

TABELA 06

PIB PER CAPITA (BASE=2016)

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-06-07

*Utilização da taxa de câmbio média de 2022 1€=1,053US\$ (Banco de Portugal)

Em termos regionais, no final de 2021 (últimos dados disponíveis), Lisboa apresentava um PIB per capita superior à média nacional (128,39%, correspondendo a US\$27 895). O Algarve era a segunda região mais rica (mas abaixo da média nacional — 95,34%, US\$20 715), seguindo-se a Região Autónoma da Madeira (94,05%), o Alentejo (93,08%), os Açores (89,96%) e a região Centro (88,42%). O último lugar era ocupado pela região Norte (86,98% da média nacional, correspondendo à renda per capita de US\$18 897,35).

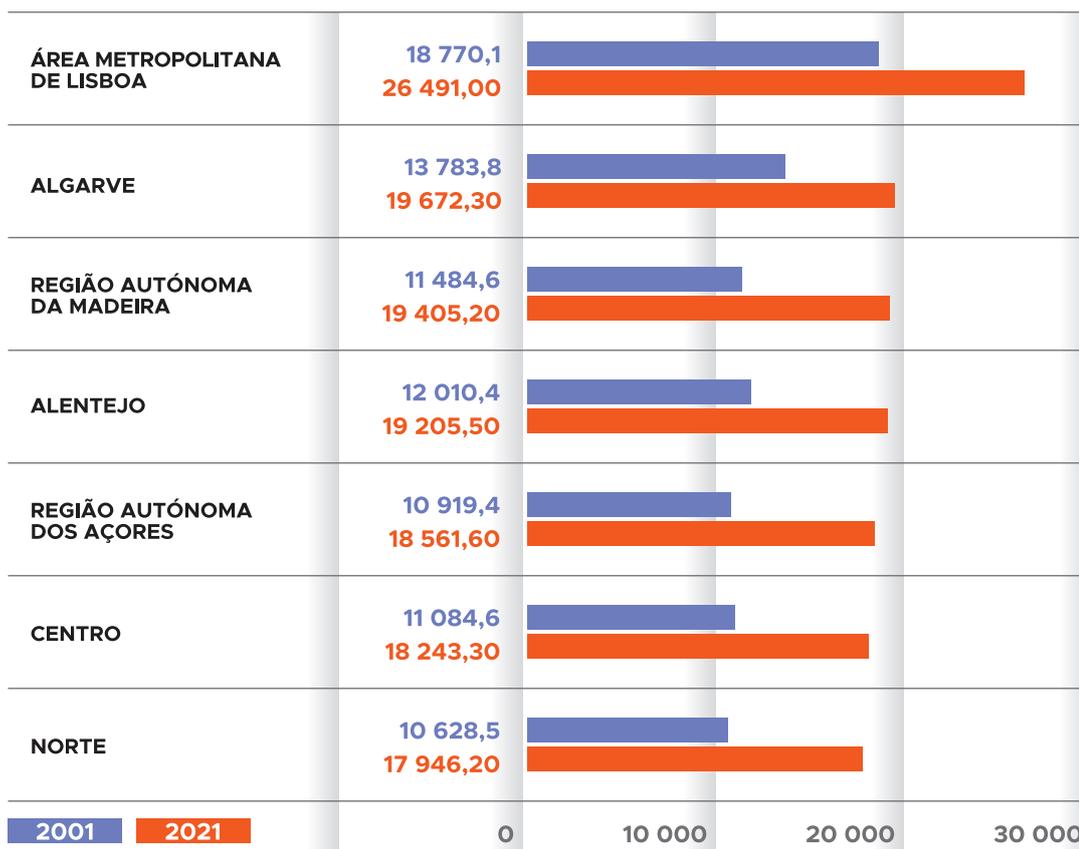


FIGURA 03
PIB PER CAPITA (BASE=2016)

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-06-02

Em 2023, o salário mínimo nacional foi fixado em €760 (cerca de US\$800,28). Apesar do seu incremento, continua a ser um dos mais baixos da União Europeia, próximo dos valores de Chipre, Grécia, Lituânia e Malta. No quadro abaixo, o valor de €886 de salário mínimo nacional encontra-se retificado a 12 meses para ser comparável com os valores de países da UE que pagam 12 meses, ao invés de 14 meses.

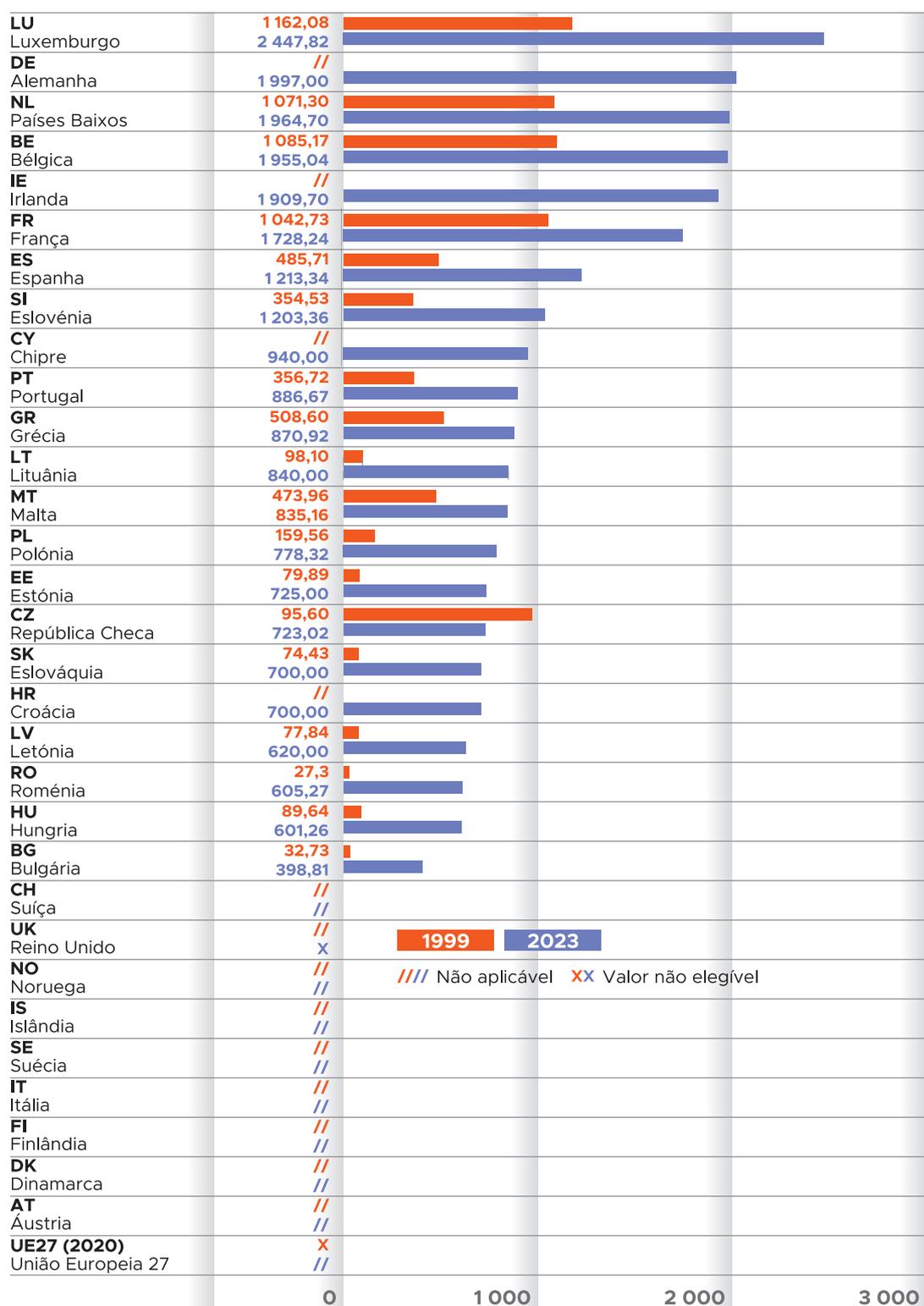


FIGURA 04
SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (EURO)

Fontes de Dados: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística / Ministérios dos Assuntos Sociais, Trabalho ou Emprego Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-07-21

De acordo com as Estatísticas do Rendimento ao Nível Local, com base em dados fiscais anónimos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) relativos à Nota de Liquidação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas (IRS – Modelo 3), divulgados em 2021, o rendimento bruto declarado deduzido do imposto sobre o rendimento de pessoas físicas (IRS) foi, em média, de €12 449 por agregado fiscal. As regiões cujo rendimento se situou acima da média nacional foram as áreas metropolitanas de Lisboa (€13 839) e do Porto (€12 519), a Região de Coimbra (€13 126), Região de Leiria (€12 906), Alentejo Central (€12 747) e na Região de Aveiro (€12 671). As regiões com média de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado mais baixo, inferior ou igual a €11 000, localizavam-se nas sub-regiões do Tâmega e Sousa (€10 228), Alto Tâmega (€10 252) e Douro (€10 937), todas no Norte do país.

No entanto, a média de despesas de cada agregado familiar, em alimentação, bebidas, vestuário, habitação, acessórios para o lar, saúde, transportes, comunicações, lazer, educação, restaurantes ou hotéis, entre outros bens e serviços foi, em 2021, de €36 614,2 e, em 2020, de €31 872,2, sendo que, naquele ano, as categorias de alimentação, bebidas e tabaco e habitação, água, eletricidade, gás, e outros combustíveis representaram 42% da despesa total.

Outros indicadores

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

Os dados mais recentes evidenciam, em geral, um aumento no acesso e utilização pelas famílias, indivíduos, empresas e Câmaras Municipais (prefeituras) às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

A proporção de agregados familiares com acesso à internet foi, em 2022, de 88,2% (+0,9 p.p. versus 2021) e de 84,5% no caso das pessoas com idade dos 16 aos 74 anos que utilizaram a internet (82,3% em 2021).

O valor total de comércio eletrónico em Portugal (B2B + B2C) foi de €129,5 bilhões. No mesmo ano, 42,7% das pessoas dos 16 aos 74 anos utilizou o comércio eletrónico (+2,3 p.p. em relação a 2021).

Em 2021, tal como já vinha acontecendo⁷ nos anos anteriores, todas as Câmaras Municipais dispunham de ligação à internet, assim como marcavam presença online. A percentagem de Câmaras Municipais que disponibilizaram o preenchimento e submissão de formulários online aumentou para 73,4% em 2021 (70,8% em 2020).

No entanto, a proporção de Câmaras Municipais que disponibilizaram processos de consulta pública no site ou portal da internet baixou para 90,9% em 2021, enquanto em 2020 esta percentagem era de 91,9%.

Registrou-se um crescimento de 15,6% do número de empresas do setor das TIC (mais 2 836 empresas), o que passou a representar cerca de 1,6% do total de empresas, 4,9% do total de volume de negócios e 3,5% do total de pessoal ao serviço.

7. B2B – Business to Business // B2C – Business to Consumer

No ano de 2022, 88% das famílias portuguesas dispunha de acesso fixo ou móvel à internet, sendo este acesso de 93% na média da UE. O acesso à internet através de banda larga foi de 96,9% (+0,3 p.p. do que no ano anterior). Portugal ocupou o 4º lugar no ranking de países da UE com maior proporção de acessos de banda larga fixa ultrarrápida (velocidade de download anunciada de 100 Mbps ou mais). No mesmo ano, o número de empresas com comércio eletrônico revelou um aumento de 2,1 p.p., representando uma proporção de 18,4%. A utilização de banda larga fixa nas empresas ascendeu a 95%, acima da média de 94% da UE, e a banda larga móvel representou 86%, ficando Portugal em linha com os valores médios europeus.

Em 2022, o número de prestadores do serviço de acesso à internet aumentou para um total de 62 (registraram-se mais 3 em comparação com o ano anterior) e o número de prestadores em atividade manteve-se em 47, tal como em 2021. O número de clientes aumentou 3,4% tal como em 2021, mantendo a tendência crescente verificada nos últimos 10 anos, ultrapassando os 4,1 milhões de assinantes.

De acordo com a edição de 2022 do Índice de Digitalidade da Economia e Sociedade (IDES), Portugal ocupa o 15º lugar entre os 27 Estados-Membros da UE, na análise que agrega as várias dimensões avaliadas, subindo uma posição relativamente ao ano anterior, o que reflete os esforços de desenvolvimento digital da sociedade e da economia nacionais.

Das várias dimensões analisadas, são de destacar o 14º lugar no ranking “Capital Humano” (subida de 4 posições em relação a 2021), ficando ligeiramente acima da média da UE; o 12º lugar em “Integração das Tecnologias Digitais” (mais cinco posições no ranking face a 2021); o 14º lugar em “Serviços Públicos Digitais”, alinhado com a média da UE e o 18º lugar em “Conectividade”, cujo lugar no ranking foi afetado pela integração da tecnologia 5G na análise.

EDUCAÇÃO

O Sistema Educativo Português é constituído pela educação pré-escolar e os ensinos básico, secundário e superior.

O pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos, idade para a entrada na escolaridade obrigatória, e é de frequência facultativa.

O ensino básico tem a duração de nove anos, dos 6 aos 15 anos de idade, e é de frequência obrigatória. Estrutura-se por três ciclos sequenciais, com duração de 4, 2 e 3 anos, respectivamente.

O ensino secundário tem uma duração de referência de três anos letivos, encontrando-se organizado de forma diferenciada, com cursos permeáveis entre si, orientados quer para a continuidade dos estudos, quer para a entrada no mercado de trabalho.

Existe também o ensino pós-secundário não superior que visa a inserção qualificada no mercado de trabalho e a aquisição do nível 4 de formação profissional e técnica, e se encontra organizado em cursos de especialização tecnológica (CET).

Existe, ainda, larga variedade de cursos que garantem a dupla certificação escolar e profissional, correspondente aos ensinos básico e secundário e à qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3, que visam a educação e a formação de jovens e adultos com baixa qualificação.

O ensino superior é lecionado em institutos politécnicos e universidades, de natureza pública, privada, cooperativa e concordatária e a sua estrutura obedece aos princípios da Declaração de Bolonha⁸.

O nível educacional da população portuguesa tem aumentado de forma consistente ao longo das últimas décadas, com significativo recuo do número de habitantes com pouca instrução.

Anos		1960	1981	1991	2001	2011	2021	21 vs 81	
Nível de escolaridade	Sem nível de escolaridade	5 096 434	2 700 398	2 049 048	1 568 250	934 129	528 088	-80,4%	
	Básico	1º ciclo	2 272 347	2 840 840	2 872 337	2 625 865	2 444 206	2 008 075	-29,3%
		2º ciclo	x	768 572	1 182 947	1 203 798	1 152 362	864 512	12,5%
		3º ciclo	x	513 750	848 012	1 417 095	1 714 586	1 604 653	212,3%
	Secundário	229 256	229 301	560 032	1 159 830	1 411 801	2 119 842	824,5%	
	Médio	x	87 507	98 287	66 965	88 023	103 820	18,6%	
Superior	49 065	155 284	284 075	657 712	1 244 742	1 782 888	1 048,1%		

TABELA 07
POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS SEGUNDO OS CENSOS: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA // Última atualização: 2023-03-14

Dados relativos a 2021 indicam que 20% da população portuguesa com idade igual ou superior a 15 anos completou curso superior; 23,5% tem ensino secundário completo (atualmente correspondendo ao ensino mínimo obrigatório); 18% completou o 3º ciclo; 10% o 2º ciclo e 22% o 1º ciclo, apenas. A população sem qualquer nível de ensino corresponde a 6% do universo populacional.

Anos		1960	1981	2001	2011	2021	
Nível de escolaridade	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	Sem nível de escolaridade	66,6	36,9	18,0	10,4	5,9	
	Básico	Total	-	56,3	60,3	59,1	49,7
		1º ciclo	29,7	38,8	30,2	27,2	22,3
		2º ciclo	-	10,5	13,8	12,8	9,6
		3º ciclo	-	7,0	16,3	19,1	17,8
	Secundário	3,0	3,1	13,3	15,7	23,5	
	Médio	-	1,2	0,8	1,0	1,2	
Superior	0,6	2,1	7,6	13,8	19,8		

TABELA 08
POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS SEGUNDO OS CENSOS: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%)

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População // INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-03-14

8. Trata-se de um processo de reforma intergovernamental a nível europeu que se inscreve nos objetivos da Estratégia de Lisboa e que visa concretizar o Espaço Europeu de Ensino Superior.

De acordo com um recente estudo publicado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, o número de matriculados no ensino secundário aumentou significativamente para 397 100 (+3 411 em comparação com o ano anterior). Este crescimento deve-se, essencialmente, ao aumento do número de adultos inscritos em cursos de educação e formação de adultos (EFA), de dupla certificação e nível secundário (+30%, equivalente a 26 273 alunos).

De acordo com dados disponibilizados pelo INE, no ano letivo de 2020/2021, denota-se preponderância do ensino não superior público, dos níveis pré-escolar ao secundário, realçada pelo número de alunos inscritos (79,1% do total), mas também pelo número de estabelecimentos de ensino (72%) e do pessoal docente (86,9%). A menor proporção do ensino público verifica-se no número de inscrições no pré-escolar (53,9%).

No ano letivo em análise, a educação pré-escolar manteve o número de crianças matriculadas e o pessoal docente aumentou 2,7%, quando comparado com o ano letivo anterior. No ensino básico, o número de alunos matriculados nos 1º, 2º e 3º ciclos de ensino apresentou diminuição de 3,5%, 2,5% e 1,7%, respectivamente. Porém, verificou-se um ligeiro aumento de 0,1% no número de alunos matriculados no ensino secundário. Em relação ao pessoal docente, denotou-se um aumento no 1º ciclo do ensino básico (3,1%), no 2º ciclo do ensino básico (0,2%) e no 3º ciclo do ensino básico e secundário (2,2%).

No que diz respeito ao ensino superior, e ainda no ano letivo 2020/2021, registraram-se inscrições de 412 000 estudantes, distribuídos por 288 estabelecimentos (+3,8% face ao ano letivo transato), sendo que 81,3% destas inscrições foi no ensino público. A taxa de escolarização registrou-se nos 40% (+2,4 p.p. em relação a 2019/2020), sendo que 53,6% dos inscritos eram mulheres. Face ao ano letivo de 1990/1991, o número de inscritos no ensino superior mais que duplicou, tendo aumentado 120,6%.

O número de diplomados no ano letivo 2020/2021 aumentou 6% em relação ao ano letivo anterior (90 900), sendo que 58,5% deste número são mulheres. As “ciências empresariais, administração e direito” (com peso de 22% do total), a “engenharia, indústrias transformadoras e construção” (com peso de 19%) e a “saúde e proteção social” (com peso de 16,4%) foram as áreas de estudo que registraram maior número de diplomados.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)⁹

De acordo com o índice de desenvolvimento humano da ONU, relativo aos anos de 2021—22, Portugal mantém-se no grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado, num conjunto de 191 países analisados. Ocupa o 38º lugar em um total de 66 países com desenvolvimento humano muito alto.

9. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): índice compósito que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno.

Ranking Portugal IDH (2021)	Índice de desenvolvimento humano (valor)	IDH Ajustado à desigualdade (IDHAD)			Índice de desenvolvimento humano por género		Índice de Desigualdade de género	
	Valor	Valor	Perda global %	Diferença da classificação do IDH	Valor	Grupo	Valor	Classificação
38	0,866	0,773	10,7	-4	0,994	1	0,067	15

TABELA 09

IDH: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: TOTAL E COMPONENTES

Fonte: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewpt1pdf.pdf>

SAÚDE

O sistema de saúde em Portugal é caracterizado por três sistemas coexistentes: o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os regimes de seguro social de saúde especiais para determinadas profissões (subsistemas de saúde) e os seguros de saúde privados.

O SNS caracteriza-se por ser nacional, universal (para todos os cidadãos portugueses e todos os residentes apátridas e estrangeiros em condições de reciprocidade), geral (compreende toda a gama de cuidados de saúde primários e diferenciados, incluindo a vigilância e promoção da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento de doentes e a reabilitação médica e social) e tendencialmente gratuito (financiado inteiramente pelo Estado através da tributação geral).

Os subsistemas de saúde são os regimes especiais que prestam cuidados de saúde aos membros de certas profissões ou organizações e são distintos do SNS. Os subsistemas públicos de saúde abrangem todos os funcionários públicos não cobertos por outro sistema especial. Destes, o mais importante é a ADSE (subsistema para os funcionários públicos), mas existem outros tais como a ADM (para os militares das forças armadas), o SAD/GNR (para os militares da Guarda Nacional Republicana), o SAD/PSP (para o pessoal da Polícia de Segurança Pública) e o SSMJ para alguns grupos profissionais do Ministério da Justiça). Existem, ainda, os subsistemas privados, podendo estes ser financiados pelos beneficiários ou pelos seus empregadores. Nestes destacam-se o SAMS (para os bancários) e o SSCGD (para os colaboradores do grupo Caixa Geral de Depósitos).

Os seguros de saúde complementam tanto o SNS quanto os subsistemas de saúde. São privados, de adesão voluntária e com pagamento variável mediante os serviços contratados. Atuam sob a fiscalização do Ministério da Saúde.

De acordo com o mais recente anuário estatístico do INE, em 2021, existia menos 1 hospital do que em 2020, totalizando 240 hospitais, dos quais mais de metade (128) eram privados. Existiam 36 249 camas (+0,6% em relação a 2020) e o mesmo número de salas de operação (903). Em 2022, encontravam-se a operar 2 921 farmácias (o mesmo número que em 2021) e 197 postos farmacêuticos móveis (+6 do que no ano anterior).

De acordo com dados de estatística do pessoal da saúde divulgados pelo INE, existiam 578 médicos e 783 enfermeiros por cada 100 mil habitantes em 2022 (+2,4% e +1,6% do que em 2021, respectivamente).

Anos	2021	2022
Médicos por 100 mil hab.	564,3	578,3
Dentistas por 100 mil hab.	110,1	113,5
Odontologistas por 100 mil hab.	—	—
Enfermeiros por 100 mil hab.	770,9	783,2
Farmacêuticos por 100 mil hab.	154,3	157,4

TABELA 10
MÉDICOS E OUTRO PESSOAL DE SAÚDE POR 100 MIL HABITANTES

Fontes de Dados: INE - Estatísticas do Pessoal de Saúde

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-07-31

Em 2021, nos hospitais, estiveram ao serviço 26 079 médicos, 49 002 enfermeiros e 38 381 auxiliares (mais 2,8%, 1,7% e 2,4% do que em 2020, respectivamente). O número de técnicos de diagnóstico e terapêutica aumentou para 10 986 (+4,6%).

Em 2021, ocorreram mais 11,8% de internamentos por mil habitantes (+106,3 do que em 2020), mais 16,7% consultas externas (+2,1 consultas por habitante do que no ano anterior) e mais 18,2% de cirurgias por dia (exceto pequenas cirurgias +2 778,8). Em 2021, ocorreram 5 017 menos partos do que no ano anterior, num total de 78 890 partos e 7 073 menos do que em 2019.

Em 2021, registraram-se 1,2% mais óbitos do que em 2020 (125 223). As mortes por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos diminuíram 6,2% e 2,6%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Em conjunto, representaram menos de metade das mortes ocorridas no país (46%), tendência contrária a dos anos anteriores, o que terá ficado associado ao aumento do impacto da doença COVID-19 na mortalidade em 2021.

CULTURA E DESPORTO

De acordo com dados do INE, no ano de 2021, das 888 Publicações Periódicas¹⁰ existentes foram publicadas 18 264 edições, com uma tiragem total de 213,4 milhões de exemplares, dos quais 142,6 milhões foram de circulação total. O total de exemplares vendidos correspondeu a 76,1% da circulação total.

10. Publicação editada em série contínua com o mesmo título, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período indeterminado, sendo os diferentes elementos da série numerados consecutivamente ou cada um deles datado.

Das publicações periódicas, as revistas contribuíram para 46,5% do número total de títulos e 36% da circulação total. Os jornais representaram 39,3%, e 60,6% da circulação total.

Em 2022, realizaram-se cerca de 509,8 mil sessões de cinema (+54,3% face a 2021), de acordo com dados do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), com crescimento aproximado de 75,4% espectadores (9,6 milhões) e 80,9% de receitas (€55,4 milhões). No mesmo ano, contabilizaram-se 111 907 lugares em 190 recintos com um total de 569 telas. No entanto, quer o número de espectadores, quer o número de sessões ficaram aquém do registrado em 2019 (61,9% e 77,1% dos níveis desse ano, respectivamente), com consequências na diminuição do valor das receitas em 33,4%.

Apesar da recuperação ocorrida em 2020 e 2021 no número de espetáculos ao vivo, ainda assim, continuou-se aquém do nível alcançado em 2019. As 24 469 sessões realizadas de todas as modalidades representaram 66,8% do valor de 2019. Cerca de 3,6 milhões de espectadores assistiram aos espetáculos, dos quais 2 milhões pagaram bilhete, compondo uma receita de €28 milhões (+12,3% relativamente ao ano anterior, mas somente 25,7% das receitas alcançadas em 2019). O preço médio dos bilhetes foi de €14,2 (valor mais baixo do que a média de €17,8 do ano anterior).

Havia, em 2021, 419 museus, que acolheram 7,5 milhões de visitantes. Este número representa um aumento da procura por museus em aproximadamente 1,8 milhões visitantes relativamente a 2020, sendo, no entanto, um valor bastante inferior aos 19,8 milhões verificados em 2019.

No ano de 2021, as Câmaras Municipais efetuaram despesas em atividades culturais e criativas que somaram €491,5 milhões (+4,5% relativamente a 2020). No mesmo ano, foram canalizados €323,3 milhões para atividades e equipamentos desportivos (+7,4% do que em 2020), o que representou 3,3% do total da despesa dos Municípios.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tendo em conta os mais recentes estudos do INE, o total das receitas dos regimes de proteção social foi de €63,73 bilhões, em 2021 (+4% face a 2020). Estas receitas eram majoritariamente compostas em 44,2% pelas contribuições das administrações públicas, 29,5% pelas contribuições sociais dos empregadores e 15,6% pelas contribuições das pessoas protegidas, que conjuntamente representam 89,2% do total.

Também em 2021, o valor despendido em assistência social cresceu 5,2% quando comparado com 2020, ascendendo a €60 bilhões. O balanço entre receitas e despesas foi positivo em €4 bilhões em 2021, mas com uma diminuição de €473,7 milhões (-10,8%) face ao saldo do ano anterior.

As despesas são compostas majoritariamente por prestações sociais, que representam 92,5% do total, com um valor de €5,5 bilhões (+4,5% em comparação com 2020). Em

termos de funções, as prestações sociais foram canalizadas da seguinte forma: velhice, 46,2%; doença, 27,8%; sobrevivência, 7,4%; invalidez, 6,8%; desemprego, 5,7%; família, 5,1% e o conjunto da exclusão social e habitação, 0,9%.

Entre os vários regimes existentes no sistema de proteção social português, a Segurança Social é o mais significativo. Existiam 2,99 milhões de pensionistas ativos neste regime (+0,4% comparado com 2021), em 31 de dezembro de 2022.

Destes pensionistas, 69,6% eram beneficiários de pensões de velhice, 24,7% de sobrevivência e 5,7% de invalidez. Em 2022 foram pagas, pela Segurança Social, pensões, no valor de €19,04 bilhões (+5,9% face a 2021). Neste valor, as pensões de velhice pesam 79,7% do total e as pensões de sobrevivência e de invalidez representam 14,9% e 5,4%, respectivamente.

No que concerne ao subsídio de desemprego, no ano de 2022, processaram-se 335 mil subsídios (-18,4% do que em 2021), no valor de €1,07 bilhão (-18,9%). Processaram-se prestações de lay-off¹¹, sendo o seu número de beneficiários de 92 mil, mas inferior 84,4% quando comparado com o ano transato. Estas prestações tiveram o valor de €135 milhões de valores processados (-86,5%). No entanto, apesar da descida acentuada em 2022, os valores de lay-off ainda se revelavam significativamente acima dos valores pré-pandemia: no ano de 2019 foram pagos €3,6 milhões a 3,9 mil beneficiários desta prestação.

O rendimento social de inserção teve 262,5 mil beneficiários em 2022, mantendo-se estável face ao ano anterior (+0,1%). O valor pago nesta prestação foi de €313 milhões (-3,5% do que em 2021). No entanto, verificou-se um aumento de 10,4% em comparação a 2021 no número de beneficiários da prestação social para a inclusão (137 mil), tal como os valores pagos, que aumentaram 9,9% (€472 milhões).

Em 2022, existiram 796 mil beneficiários de subsídio de doença (+20,5% face a 2021) e a despesa cresceu 6,5%, num total de €851 milhões. Com respeito ao subsídio parental inicial, os beneficiários foram, em 2022, de 168 mil (+3,6% do que em 2021), com um valor processado de €405 milhões (+11,1% em relação a 2021).

11. O layoff é um regime jurídico que permite às empresas que estão a enfrentar dificuldades económicas ou outros constrangimentos na sua atividade, suspenderem contratos de trabalho ou reduzirem o número de horas de trabalho habituais dos seus trabalhadores. No sentido de ajudar as empresas a fazer face aos efeitos da pandemia COVID-19, o Governo financiou prestações de layoff, de forma a ajudar as empresas a ultrapassarem o período de crise e ajudar à sua recuperação.

3. Transportes e Comunicações

Transporte de mercadorias

O movimento de mercadorias nos portos marítimos portugueses cresceu 2,3% em 2022, atingindo 85 milhões de toneladas. As mercadorias desembarcadas cresceram 4,9%, mas as embarcadas diminuíram 1,6%. No que concerne ao movimento por portos, o Porto de Sines registrou 48,9% do movimento total, o de Leixões 15,6% e o de Lisboa 13,2%.

No transporte rodoviário de mercadorias, registrou-se uma diminuição do movimento em 2022, no caso dos veículos pesados portugueses (143,4 milhões de toneladas). Enquanto o tráfego internacional cresceu 2%, o nacional baixou 3%.

No transporte por via aérea de carga e correio foram transportadas, em 2022, 222,9 mil toneladas (+16,9% e +29,7% do que em 2021, respectivamente), representando 85% do transporte internacional (em comparação com 83,2% em 2021).

No tráfego nacional por ferrovia, em 2021, ocorreu um crescimento de 10,6% face a 2020 (7,4 milhões de toneladas de mercadorias). Em nível intrarregional, registrou-se também um crescimento de 6,3 p.p., representando este 19,6% do transporte nacional.

Transporte de passageiros

No ano de 2021, no tráfego nacional, o transporte ferroviário transportou 120,7 milhões de passageiros (+18,1% face ao ano anterior, e após ter registado um decréscimo de 41,6% em 2020). No meio de transporte metrô, o tráfego foi de 137,5 milhões de passageiros (-2,4%, decréscimo menor do que os -47,8% registados em 2020, devido à situação da pandemia COVID-19). De realçar que, em comparação com 2019, o decréscimo foi de 49,1%. No mesmo ano de 2021, 380,2 milhões de passageiros utilizaram o transporte público rodoviário em Portugal Continental (+15,8% do que em 2020) refletindo uma menor incidência da pandemia COVID-19 durante esse ano. Ainda assim, registrou-se uma diminuição de 32,8% no total de passageiros, comparativamente a 2019. Os passageiros-km¹² aumentaram 49,8%, mas ainda 25,7% aquém do número de 2019, e os lugares-km¹³ cresceram 21,8%, no entanto, abaixo 10,2% face a 2019. O coeficiente de utilização cresceu 23,9% (+4,5p.p., mas ainda abaixo 5 p.p. face a 2019).

12. Passageiros-Km: unidade de medida correspondente ao transporte de um passageiro na distância de um quilómetro.

13. Lugares-Km: número resultante do produto da lotação do veículo pela distância percorrida em cada trajeto. Corresponde ao número máximo possível de passageiros-km se o veículo andar sempre cheio.

Nos portos marítimos nacionais, em 2022, ocorreu um movimento de 1,7 milhões de passageiros (+19,8% em relação a 2021).

Nos aeroportos nacionais, movimentaram-se 56,8 milhões de passageiros em 2022 (+121,6%, evolução claramente superior ao crescimento de 39,3% em 2021). Deste movimento de passageiros, o aeroporto de Lisboa abrangeu 49,8% (28,3 milhões, +132,4% relativamente a 2021). No aeroporto do Porto, o movimento registrado foi de 12,6 milhões de passageiros (+116,1% face a 2021). O movimento de passageiros no tráfego internacional foi de 80,8% (+137,7% em comparação com ano anterior).

Atividades postais

O volume de tráfego postal tem diminuído na última década e o ano 2022 registrou nova diminuição de 4,2%, próxima à média de 5,8% das variações anuais dos últimos dez anos. Foram expedidos 562,5 milhões de objetos, enquanto a média anual dos últimos dez anos foi de 785,2 milhões. A maior parte destes objetos é correspondência (incluindo publicidade endereçada), representando 87,5% do total, sendo o restante relacionado com encomendas expedidas. Estas corresponderam a 70,3 milhões de objetos, crescendo 1,7% (em 2021 tinham crescido 15,1%). Ocorreu uma diminuição de 4,7% no tráfego internacional de saída, denotando uma inversão do crescimento do ano anterior (+11,5%); e também ocorreu uma diminuição do tráfego nacional em 4,1% (-3,3% em 2021). O tráfego internacional de entrada continuou a registrar sucessivos decréscimos (-12,2% em 2022, -12% em 2021 e -7,6% em 2020).

Telecomunicações

O número de postos telefônicos públicos tem diminuído ao longo dos anos e, em 2021, voltou a registrar novo decréscimo de 13%. Nesse mesmo ano, o número de acessos telefônicos não residenciais cresceu 3%, face a um crescimento de 1,5% em 2020. No entanto, apesar dos acessos residenciais continuarem a crescer 1,8%, o acréscimo percentual diminuiu face aos 2,8% de crescimento registrados em 2020.

Em 2022, o número de contratantes de televisão por assinatura atingiu cerca de 4,5 milhões e cresceu 3,1% (crescimento idêntico aos 3% de 2021). A fibra ótica continua a ser preferida pela maioria dos assinantes (60,8% do total). O tráfego telefônico baixou 3,7% em 2022 (em 2021 tinha crescido 2,7%) para 37,7 bilhões de minutos. A maior parte das chamadas (97,1%) foram efetuadas nacionalmente, sendo 92,2% realizadas na rede nacional móvel. O serviço fixo diminuiu 18,9%, para 2,9 bilhões de minutos (-11,6% em 2021), sendo que o serviço móvel também decresceu 2,4% (33,7 bilhões de minutos), tendo crescido 4,7% em 2021. As chamadas internacionais representaram 1,1 bilhões de minutos (+5,5% em 2022, em comparação com o decréscimo de 4,9% em 2021).

4. Estrutura política e administrativa

Organização política

A República Portuguesa é um Estado de Direito baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes.

A **Constituição** é a lei suprema do país, estando nela consagrados os direitos fundamentais dos cidadãos e também os princípios pelos quais se rege o Estado. Consagra também as orientações políticas e as regras de organização do poder político. É nela que está definida a estrutura do Estado e descritas as funções dos quatro órgãos de soberania — Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais — e dos órgãos de poder político — regiões autónomas e autarquias — bem como a forma como se relacionam entre si.

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada em 1976 e, desde então, foi revista sete vezes.

O **Presidente da República** é o Chefe de Estado eleito por sufrágio direto e universal para um mandato de cinco anos, não podendo ser reeleito para um terceiro mandato consecutivo. É o representante supremo da República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. Por inerência, é o Comandante Supremo das Forças Armadas.

À **Assembleia da República** compete a função primordial de representação de todos os cidadãos portugueses, sendo composta pelos deputados eleitos pelos cidadãos para os representarem. Compete também a este órgão de soberania vigiar pelo cumprimento da Constituição, das leis e dos atos do Governo e da Administração e assegurar a aprovação das leis fundamentais da República.

O **Governo**, em sentido lato, é o órgão superior da Administração Pública, responsável pela condução da política geral do país. Não emana de eleição por sufrágio direto e universal, mas sim por nomeação presidencial e responde perante o Presidente da República e a Assembleia da República. Em sentido restrito, refere-se à equipe governativa, constituída pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e Secretários de Estado. O Primeiro-Ministro, que preside o Conselho de Ministros, é nomeado pelo Presidente da República. Os outros membros do Governo são nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro. Normalmente, é chamado a formar governo o partido ou coligação de partidos que venceu as eleições.

O Governo exerce funções políticas, legislativas e administrativas, tais como negociar com outros Estados ou organizações internacionais, propor leis à Assembleia da República, estudar problemas e decidir sobre as melhores soluções, fazer regulamentos técnicos para que as leis possam ser cumpridas, decidir onde se gasta o dinheiro público.

O Governo responde ao Presidente da República, perante o qual tem responsabilidades, através do Primeiro-Ministro e à Assembleia da República através da prestação de contas da sua atuação política.

Os **Tribunais** são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça. Tratam-se de órgãos independentes, não eleitos, apenas sujeitos à Lei.

O sistema judicial português é constituído por várias categorias ou ordens de tribunais, independentes entre si, com estrutura e regime próprios.

Tribunal Constitucional — ocupa lugar especial, único e autónomo de ordenação constitucional dos demais tribunais. Distingue-se pelo modo como se constitui e por suas funções específicas. É o tribunal de recurso das decisões de todos os restantes tribunais em matéria de constitucionalidade das leis.

Tribunal de Contas — tem funções de fiscalização da legalidade de despesas públicas e de julgamentos de contas públicas e, ainda, emite parecer sobre a Conta Geral do Estado, visando habilitar a Assembleia da República a apreciá-la e aprová-la.

Tribunais Judiciais — compõem a primeira categoria de tribunais comuns e formam uma estrutura hierárquica própria, com tribunais judiciais de 1ª e 2ª instância, tendo como órgão superior o Supremo Tribunal de Justiça.

Tribunais Administrativos e Fiscais — a estes tribunais compete o julgamento de ações e recursos destinados a dirimir litígios emergentes de relações administrativas e fiscais. Formam uma estrutura hierárquica própria sob jurisdição do Supremo Tribunal Administrativo.

O Governo integra departamentos governamentais, os ministérios, sendo cada um destes dirigido por um ministro. Os principais ministérios são:

Ministério da Presidência;

Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Ministério da Defesa Nacional;

Ministério da Administração Interna;

Ministério da Justiça;

Ministério das Finanças;

Ministério Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;

Ministério da Economia e do Mar;

Ministério da Cultura;

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Ministério da Educação;

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
Ministério da Saúde;
Ministério do Ambiente e da Ação Climática;
Ministério das Infraestruturas;
Ministério da Habitação;
Ministério da Coesão Territorial;
Ministério da Agricultura e da Alimentação.

Organização administrativa

A divisão administrativa é a mais antiga nomenclatura territorial estabelecida por lei. Segundo a Constituição da República Portuguesa de 1976, as autarquias locais são pessoas jurídicas de base territorial, dotadas de órgãos representativos cujo objetivo é a promoção dos interesses próprios das respectivas populações.

Na organização do território Continental existem três categorias de autarquias locais: freguesia, município e a região administrativa. Nas regiões autónomas (Açores e Madeira) as autarquias locais são as freguesias e municípios, com uma forma de organização autónoma específica, tendo em conta as suas características geográficas, económicas, sociais e culturais, possuindo capacidade político-administrativa própria.

Em Portugal continental existem atualmente 18 distritos: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, divididos por um órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, e um órgão executivo, a Câmara Municipal.

A divisão administrativa portuguesa de menor dimensão é a freguesia, a qual constitui uma subdivisão do município, havendo em cada município pelo menos uma freguesia. A divisão do território em municípios e freguesias é determinado tendo em conta as necessidades das comunidades locais no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à cultura e ao ambiente, entre outros.

De acordo com o Código da Divisão Administrativa, Portugal se encontra organizado por divisões administrativas de segundo e terceiro níveis, que são compostas por 308 municípios (278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores) e por 3 092 freguesias, respectivamente. Estes níveis, em articulação com a Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) constituem o principal sistema de organização do território para a fusão de estatísticas.

Para fins estatísticos e com o objetivo de organizar o território nacional depois da adesão à UE, foi definido um sistema hierárquico de divisão do território em regiões, aprovado para

o contexto nacional em 1986, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais – NUTS. Assim, desde 1 de janeiro de 2015 que se encontra em aplicação no Sistema Estatístico Nacional e Europeu, a organização regional para fins estatísticos de acordo com a NUTS 2013, na qual existem 3 níveis de NUTS definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos - NUTS I, NUTS II, NUTS III - a qual é composta por três NUTS I – o Continente, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira - sete NUTS II - cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo, Algarve) e as duas regiões autónomas - e 25 NUTS III (23 Entidades Intermunicipais no Continente e as duas regiões autónomas).

5. Organizações e acordos internacionais

Portugal tem participação nas seguintes organizações e acordos internacionais:

Agência Espacial Europeia (ESA)

www.esa.int/

Agência Internacional de Energia (AIE)

www.iea.org/

Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA/ IAEA)

www.iaea.org/

Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA)

www.miga.org/

Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

www.worldbank.org/ida/

Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos

www.isa.org.jm/en/default.htm

Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD)

www.ebrd.com/

Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

www.worldbank.org/

Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)

www.bis.org/

Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM)

www.bipm.org/

Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI)

www.worldbank.org/icsid/

Centro Regional de Informação das Nações Unidas

www.unric.org/

Conferência Europeia de Ministros dos Transportes (CEMT)

www.cemt.org/

Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (Hcch)

www.hcch.net

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

www.unctad.org/

Comissão Internacional do Estado Civil (CIEC)

www.ciec1.org

Comunidade Europeia (CE)

europa.eu.int

Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM)

europa.eu.int

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)

europa.eu.int

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

www.cplp.org/

Conferência dos Serviços de Tradução dos Estados Europeus (COTSOES)

www.cotsoes.org

Conselho da Europa: www.coe.int/

Conselho Ibero-Americano do Desporto (CID)

www.coniberodeporte.org/CID/Portal/Default.htm

Conselho Internacional para o Estudo do Mar (ICES)

www.ices.dk

Conselho de Cooperação Aduaneira/Organização Aduaneira Mundial (WCO)

www.wcoomd.org/

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

www.ifad.org/

Fundo Monetário Internacional (FMI)

www.imf.org/

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

www.unicef.org/

Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)

www.idea.int/

Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT)

www.unidroit.org/

Instituto Universitário Europeu (IUE)

www.iue.it/

Laboratório Europeu de Biologia Molecular (LEBM)

www.embl-heidelberg.de/

Centro de Análise e Operações Marítimas Narcóticos (MAOC-N)

www.maoc.eu

Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO)

www.fao.org

Organização da Aviação Civil Internacional (OACI/ ICAO)

www.icao.int

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

www.oecd.org/

Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

www.oei.es/indexpor60.htm

Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT)

www.eumetsat.de/en/

Organização Europeia para a Investigação Astronômica no Hemisfério Sul (ESO)

www.eso.org/

Organização Europeia de Patentes (OEP)

www.european-patent-office.org/

Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN)

www.cern.ch

Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL)

www.eurocontrol.be/

Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite (EUTELSAT)

www.eutelsat.org/home/index.html

Organização Hidrográfica Internacional (OHI)

www.iho.shom.fr/

Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)

www.oij.org

Organização Intergovernamental para os Transportes Internacionais Ferroviários (OTIF)

www.otif.org/

Organização Internacional do Cacau

www.icco.org

Organização Internacional do Café

www.ico.org/

Organização Internacional de Comunicações Móveis Via Satélite (IMSO)

www.inmarsat.org

Organização Internacional da Juta

Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO)

www.itto.or.jp/live/index.jsp

Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML)

www.oiml.org/

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

www.iom.int/

Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL)

www.interpol.int/

Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites (Intelsat)

www.intelsat.com

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

www.ilo.org

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV)

<http://www.oiv.int/>

Organização Marítima Internacional (OMI)

www.imo.org

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

www.wmo.ch/index-en.html

Organização Mundial do Comércio (OMC)

www.wto.org/

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

www.wipo.int/

Organização Mundial da Saúde (OMS)

www.who.int/

Organização Mundial de Turismo (OMT)

www.world-tourism.org/

Organização das Nações Unidas (ONU)

www.un.org

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

www.unido.org/

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

www.unesco.org/

Organização para a Proibição de Armas Químicas

www.opcw.org/

Organização Para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)

www.osce.org/

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN / NATO)

www.nato.int/home.htm

Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares

www.ctbto.org/

Repartição Internacional das Epizootias

www.oie.int/eng/en_index.htm

Secretaria Ibero-Americana (SECIB)

www.secib.com/portugues/

Sociedade Financeira Internacional (SFI)

www.ifc.org/

Tribunal Penal Internacional (TPI)

www.un.org/law/icc/

Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA)

www.pca-cpa.org/

União da Europa Ocidental (UEO)

www.weu.int/

União Europeia (UE)

europa.eu.int

União Inter-Parlamentar (UIP)

www.ipu.org

União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Seus Recursos (UICN)

www.iucn.org/

União Internacional de Telecomunicações (UIT)

www.itu.int/

União Latina

www.unilat.org/SG/index.pt.asp

União para o Mediterrâneo

<https://ufmsecretariat.org/>

União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP)

www.upaep.com.uy

União Postal Universal (UPU)

www.upo.int

Organizações em que Portugal é membro não regional

Banco Africano de Desenvolvimento (BAFD)

www.afdb.org/

Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)

www.adb.org/

Organizações em que Portugal é membro extra-regional

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

www.iadb.org/

Organizações em que Portugal tem estatuto de observador

Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

www.aladi.org/NSF/ALADI/SITIO.NSF/INICIOP

Organização dos Estados Americanos (OEA)

www.oas.org/

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)

www.sela.org/sela/

União Africana (UA)

www.africa-union.org/

II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Conjuntura econômica interna

De acordo com dados divulgados pela Comissão Europeia, o sentimento econômico¹⁴ diminuiu na zona euro em agosto de 2023 (-1,2 pontos, para os 93,3, em comparação com julho) e também na União Europeia (-0,6 pontos, para os 92,9 em comparação com julho).

Considerando dados da Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN) do executivo comunitário, de julho para agosto de 2023, na UE e na zona euro, ocorreu um recuo acentuado da confiança dos consumidores (-16 e -17 pontos, respectivamente) e dos empresários dos setores da indústria (-10,3 e -9,8), construção (-5,2 e -7,7) e comércio a retalho (-5 e -4,5).

Analisando as maiores economias da UE, o indicador do sentimento econômico deteriorou-se na França (-2,5), na Alemanha (-2,4) e na Itália (-1,1), tendo melhorado na Espanha (1,5), na Polónia (1,2) e ligeiramente nos Países Baixos (0,2 pontos).

De acordo com a DG ECFIN, também se registrou, em agosto, um recuo nas expectativas de emprego: -1,3 pontos para os 102,1 na zona euro e -1,0 para os 101,7 pontos na UE.

Estas tendências de diminuição do sentimento econômico registram-se consecutivamente na UE desde abril de 2023.

Em relação a Portugal, de acordo com o inquérito de conjuntura efetuado às empresas e aos consumidores, pelo INE, em agosto de 2023, registrou-se uma diminuição do indicador de confiança dos consumidores, ocorrendo quebra na tendência de crescimento da confiança iniciada em dezembro de 2022. Esta diminuição é resultado da evolução negativa das expectativas, da evolução futura da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes por parte das famílias e da situação econômica do país. Pelo contrário, registrou-se um crescimento positivo das opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar.

14. Indicador que mede a confiança de setores corporativos e consumidores.

Após ter registrado, em junho de 2023, um valor máximo desde fevereiro de 2022, o saldo das expectativas relativas à evolução futura da situação econômica do país diminuiu em julho e agosto, invertendo a trajetória positiva observada desde novembro de 2022. Da mesma forma, o saldo das perspectivas relativas à evolução futura da situação financeira do agregado familiar, que registrava uma evolução positiva desde novembro de 2022, diminuiu em agosto de 2023.

Quanto à opinião dos consumidores sobre a evolução passada dos preços, diminuiu nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2023, quebrando o ciclo de otimismo em que se encontrava. No entanto, a opinião sobre a evolução futura dos preços, registrou uma evolução positiva em agosto de 2023, após uma tendência negativa desde março de 2022.

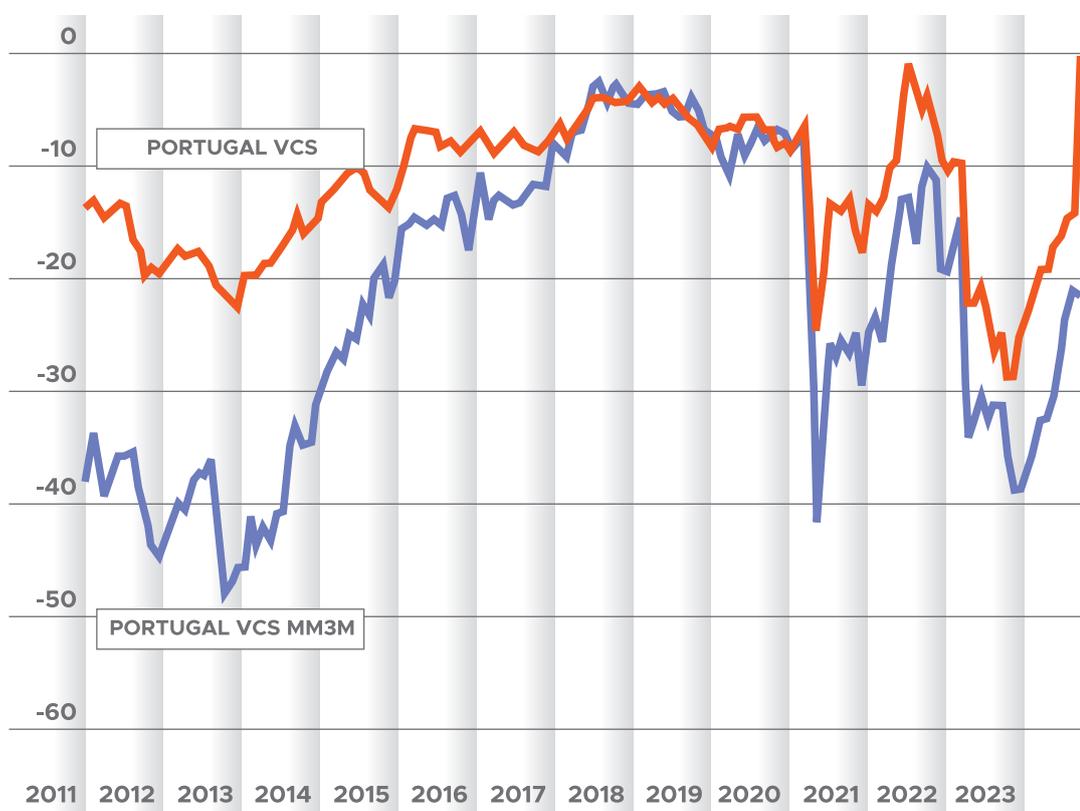


FIGURA 05
INDICADOR DE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES
 Fontes de Dados: Séries cronológicas mensais - Indicador de Confiança dos Consumidores
 Fonte: INE
 ve - valor efetivo

Após uma estabilização em junho de 2023, o indicador de clima econômico diminuiu em julho e agosto. Ao nível dos setores, os indicadores de confiança diminuíram em todos - Indústria Transformadora, Construção e Obras Públicas, Comércio e Serviços.

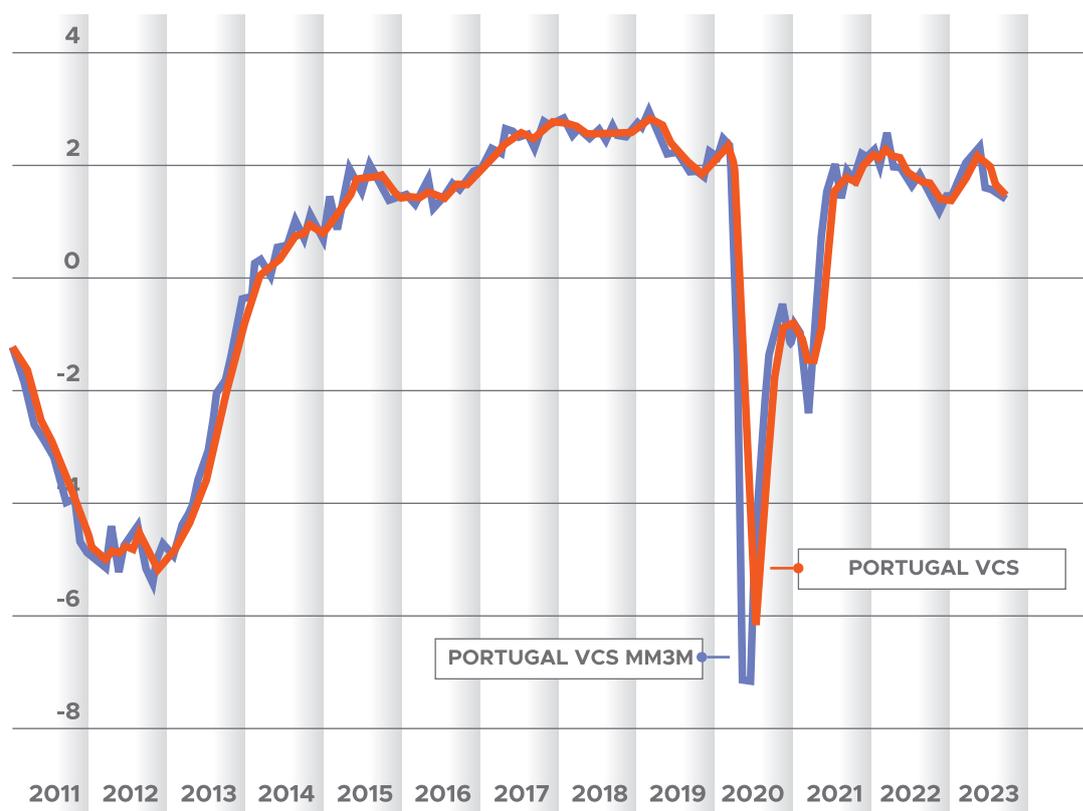


FIGURA 06
INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO

Fontes de Dados: Saldo de respostas extremas das questões relativas aos inquéritos às empresas.

Fonte: INE

vcs - valor corrigido de sazonalidade; mm3m - médias móveis de 3 meses

Em termos nominais, em setembro de 2023, as exportações e as importações de bens registraram variações homólogas de -8,2% e -13%, respectivamente (-7,4% e -16,1%, pela mesma ordem, em agosto de 2023). Para este desaceleramento, contribuíram principalmente os fornecimentos industriais (-9,3% nas exportações e -14,9% nas importações) e os combustíveis e lubrificantes nas importações (-27%). O comportamento registrado nesta última categoria reflete a descida dos preços destes produtos no mercado internacional (-20,8%).

Analisando o 3º trimestre de 2023, as exportações diminuíram 8,7% e as importações diminuíram 12,4%, em relação ao mesmo período de 2022, acentuando a trajetória de decréscimo verificada no trimestre anterior (-4,7% e -6,4%, respectivamente, face ao 2º trimestre de 2022).

O PIB

Analisado em volume, o PIB cresceu 6,7% em 2022 (5,5% em 2021 e após o mercado decréscimo de 8,3% em 2020, consequência da pandemia COVID-19 na economia). Considerando o 2º trimestre de 2023, foi registrada uma variação homóloga de 2,3% e de 2,5% quando comparado com o trimestre anterior.

Para a evolução verificada em 2022, contribuiu de forma expressiva a demanda interna (+4,7 pontos percentuais (p.p.) face a 2021), apesar de ter sido inferior à contribuição observada em 2021, com uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. O contributo positivo da demanda interna para a variação homóloga do PIB, no 2º trimestre de 2023, foi de 1 p.p. (contra 0,1 p.p. no 1º trimestre de 2023), tendo-se registrado menor redução do investimento e um pequeno abrandamento do consumo privado. Registrou-se um aumento 5,8%, em termos reais, do consumo privado (inclui as Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias), crescimento 4,7% maior do que o verificado em 2021. No entanto, o consumo público, apesar do crescimento de 1,7%, registrou uma desaceleração, tendo crescido 4,6% em 2021. Também se verificou um abrandamento no crescimento do investimento, que aumentou 3,3% em termos reais, versus os 10,1% registrados no ano anterior. Também menos expressivo do que 2021, foi o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo¹⁵ (+3,1% em 2022 versus +8,7% em 2021).

Ao contrário do ocorrido em 2021, o contributo da demanda externa líquida tornou-se positivo em 2022 (2 p.p.), com uma desaceleração das Importações de Bens e Serviços (de 13,2% para 11,1%) e com a aceleração das Exportações de Bens e Serviços (de 13,4% para 16,6%). Quanto ao 2º trimestre de 2023, a demanda externa líquida contribuiu positivamente, 1,4 p.p, mas com menor contributo do que o período homólogo e que o trimestre anterior (2,4 p.p), observando-se um abrandamento das Exportações de Bens e Serviços, em volume, mais acentuado do que o das Importações de Bens e Serviços.

Anos	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB (milhares €)	205 184 124	214 374 620	200 518 859	216 053 209	Pro 242 340 811	f 260 631 425
PIB (milhares \$)	216 058 883	225 736 475	211 146 359	227 504 029	Pro 255 184 874	f 274 444 891
Taxa de Crescimento		4,48%	-6,46%	7,75%	12,17%	7,55%

TABELA 11
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-03-28

Dados retificados de acordo com as "Séries Longas para a Economia Portuguesa" de 2021 (INE e BdP) entre 1960 e 1994 (01/03/2023)

Pro - Valor provisório

f - Valor previsto

15. Formação Bruta de Capital Fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um dado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	2º TRIM
Despesas de consumo final	166 705,6	173 762,0	166 485,4	176 602,1	195 977,0	102 861,2
Taxa de variação		4,2%	-4,2%	6,1%	11,0%	-47,5%
Formação bruta de capital	37 529,1	39 643,4	38 332,5	44 264,9	49 481,0	24 799,2
Taxa de variação		5,6%	-3,3%	15,5%	11,8%	-49,9%
Procura interna	204 234,8	213 405,4	204 817,9	220 867,0	245 458,1	127 660,4
Taxa de variação		4,5%	-4,0%	7,8%	11,1%	-48,0%
Exportações (FOB) (1)	89 143,7	93 271,0	74 285,8	89 404,7	119 635,2	64 067,8
Taxa de variação		4,6%	-20,4%	20,4%	33,8%	-46,4%
Importações (FOB) (2)	88 194,4	92 301,8	78 584,8	95 530,7	125 852,6	61 631,2
Taxa de variação		4,7%	-14,9%	21,6%	31,7%	-51,0%
PIB a preços de mercado	205 184,1	214 374,6	200 518,9	214 741,0	239 240,7	130 097,0
		4,5%	-6,5%	7,1%	11,4%	-45,6%

TABELA 12

PIB A PREÇOS DE MERCADO NA ÓTICA DA DESPESA - DADOS EM VALOR (PREÇOS CORRENTES)

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Trimestrais (BASE 2016), 2º trimestre de 2023

Destaque 2023-08-31

Notas:

— Os dados encontram-se ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.

(1) - Inclui consumo final de famílias não residentes, no território económico.

(2) - Inclui consumo final de famílias residentes, fora do território económico.

A necessidade de financiamento da economia representou 0,6% do PIB em 2022, com um saldo externo positivo de 0,9% do PIB. A redução da capacidade de financiamento das famílias (inclui ISFLSF - Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias), de 3,4% do PIB em 2021 para 0,6% em 2022, refletiu-se na redução do saldo externo da economia.

Emprego

De acordo com as Estatísticas do Emprego publicadas pelo INE, relativas ao 4º trimestre de 2022, a taxa de desemprego aumentou para 6,5% neste período, tendo registado uma diminuição anual para 6% em 2022.

A população empregada foi de 4,9 milhões de pessoas no último trimestre de 2022, com um decréscimo de 0,5% (26,2 mil) em comparação com o trimestre anterior e um crescimento de 0,5% (23,9 mil) face ao trimestre homólogo. Os dados relativos ao ano de 2022 registam um aumento de 2% da média da população empregada, face ao ano de 2021.

Da população empregada, uma proporção de 17% (835,9 mil pessoas) desempenhou as suas funções a partir de casa com recurso a tecnologias de informação e comunicação, em regime de teletrabalho, número já verificado no 3º trimestre de 2022.

Cerca de 73% da população empregada trabalha no setor terciário, sendo que o secundário ocupa 25% e o primário somente 3% desta população.

Anos		2018	2019	2020	2021	2022	2022 Peso %
Setores de atividade econômica	Total	4 718,7	4 776,2	4 683,7	4 812,3	4 908,7	
	Primário	146,8	133,9	129,1	130,6	133,9	2,7%
	Secundário	1 208,9	1 212,3	1 192,6	1 181,6	1 206,5	24,6%
	Terciário	3 363,0	3 429,9	3 362,0	3 500,1	3 568,3	72,7%

TABELA 13
POPULAÇÃO EMPREGADA: TOTAL E POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-09

No 4º trimestre de 2022, ocorreu um aumento de 36,9 mil pessoas desempregadas (+12,1% em comparação com o trimestre anterior) e 12,1 mil (+3,7%) relativamente ao período homólogo. A população desempregada diminuiu 7,3% em 2022 em relação a 2021, estimando-se que represente 313,9 mil pessoas.

A população inativa acima dos 16 e mais anos baixou 0,1%, para 3,6 milhões de pessoas, versus o 3º trimestre de 2022, tendo aumentado 1,1% (40,2 mil) relativamente ao trimestre homólogo.

Na faixa dos jovens dos 16 aos 24 anos, registrou-se uma taxa de desemprego de 19% (inferior 4,4 p.p. face a 2021), mas a proporção de desempregados de longa duração aumentou 1,8 p.p., em 2022, estimando que foi de 45,2%.

Estima-se que no 3º trimestre de 2022, Portugal registrou uma taxa de desemprego de jovens acima de 18,8%, 3,5 p.p. superior à média registrada na UE-27 (15,3%), sendo a 10ª taxa mais elevada na UE-27 nesse trimestre.

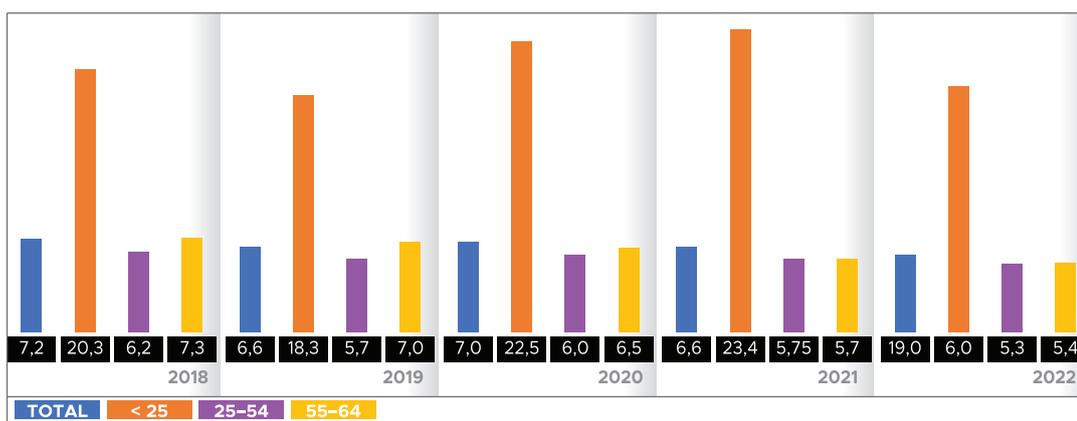


FIGURA 07
TAXA DE DESEMPREGO: TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO (%)

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-23

De acordo com dados recolhidos em iniciativa conjunta entre a Fundação José Neves, o Observatório do Emprego Jovem e da Organização Internacional do Trabalho para Portugal, constata-se que, desde 2015, a taxa de desemprego dos menores de 25 anos tem sido mais do dobro da taxa de desemprego total e agrava-se em tempos de crise, como se observa nos anos da pandemia COVID-19, em que chegou a ser 3,5 vezes superior.

Para além da pandemia vir atrasar um processo de redução do desemprego jovem iniciado em 2015, constata-se um aumento do desemprego dos jovens com ensino superior concluído face aos jovens com apenas ensino secundário. Além disso, constata-se a fragilidade do emprego destes últimos, devido ao tipo de emprego que ocupavam e que ficou estagnado com a pandemia, principalmente nas áreas de comércio, turismo e serviços. A somar a estes fatores, 56% dos trabalhadores com menos de 25 anos tinham contratos a termo certo. Outro fator que se observa é que os jovens mais qualificados enfrentam inúmeras dificuldades em encontrar trabalho quando acabam o ensino superior.

Inflação

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registrou uma variação média anual de 7,8% em 2022, o valor mais elevado desde 1992 e 6,6 p.p. superior em relação a 2021, mas abaixo da média na UE, que foi de 9,2%, em 2022, segundo o Eurostat. O indicador de inflação subjacente, medido pelo índice total, exceto produtos alimentares não transformados e energéticos, cresceu 5,6% em 2022, enquanto tinha aumentado 0,8% em 2021.

No Índice de Preços da Habitação (IPHab) observou-se, em 2022, o maior aumento anual dentro da série disponível¹⁶ (+12,7%, um aumento de 3,3 p.p. face a 2021). Conforme vinha a ser observado nos últimos anos, a categoria das habitações existentes continuou a registar uma subida de preços (+13,9%) maior do que as habitações novas (+8,6%). Comparativamente a 2021, as habitações existentes aumentaram 4,3 p.p. o ritmo de crescimento dos preços, enquanto as habitações novas decresceram 0,1 p.p. Assim, a diferença no ritmo de crescimento dos preços das duas categorias de habitação aumentou, tendo passado para 5,3 p.p. em 2022 (+0,9 p.p. em 2021).

Ocorreu uma variação anual positiva de 20,5% em 2022 (5,6% em 2021) no índice de preços dos produtos agrícolas no produtor. A produção animal apresentou uma variação de 29,6% (+2% em 2021) e a produção vegetal registrou aumento de 14,9% (8% em 2021). Quando analisado o índice de preços dos meios de produção na agricultura, observa-se uma variação positiva de 27,7% (12,8% em 2021). No caso dos bens e serviços de consumo corrente (input I), a variação anual observada nos preços foi de 30% (+14,2% em 2021), enquanto se registrou aumento de 10,7% (+3,2% em 2021) nos bens de investimento (input II).

O Índice de Preços na Produção Industrial registrou-se, em 2022, em 20,5% (8,9% no ano de 2021), com uma variação positiva dos índices para o mercado interno (20,5%) e para o mercado externo (20,4%), enquanto em 2021 tinham apresentado crescimento de 11% e 5,2%.

16. Série de dados: INE, I.P., Índice de Preços no Consumidor (Base 2012).

Anos	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Preços no Consumidor	1,4	1,0	0,3	0,0	1,3	7,8
UE27 (2020) - União Europeia 27 (desde 2020)	1,6	1,8	1,4	0,7	2,9	9,2

TABELA 13

TAXA DE INFLAÇÃO (TAXA DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR)

Fontes de Dados: INE - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-04-12 para dados Índice de preços no consumidor Portugal; 2023-01-18 para dados UE27. Retopolação da série de acordo com as “Séries Longas para a Economia Portuguesa” de 2021 (INE e BdP) entre 1960 e 1994. (12/04/2023).

2. Principais setores de atividade econômica

De acordo com dados do INE, em 2022, o setor primário (agricultura, silvicultura e pesca) representou 2,2% do PIB (21,6%, em 1960) e integrou 2,7% da população empregada; o secundário (indústria, construção, energia e água), 22,1% do PIB e 24,6% da população empregada, enquanto o setor terciário (serviços, comércio, transportes, turismo) representou 75,8% do PIB e 72,7% da população empregada. Ao longo das últimas décadas, o setor dos serviços assume cada vez mais preponderância em Portugal face aos outros dois setores da economia, sendo de salientar a cada vez menor relevância do setor primário.

Anos		1960	2022
PIB na ótica da produção	Total	493,9	Pre 239 253,3
	Total	465,3	Pre 206 876,7
	Agricultura, silvicultura e pesca	100,5	Pre 4 537,1
	Indústria	118,6	Pre 30 488,3
	Energia, água e saneamento	6,1	Pre 5 697,4
	Construção	36,3	Pre 9 438,1
	Comércio e reparação de veículos, alojamento e restauração	77,8	Pre 39 346,4
	Transportes e armazenagem, atividades de informação e comunicação	23,4	Pre 18 986,1
	Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	22,7	Pre 35 715,4
	Outras atividades de serviços	79,9	Pre 62 667,8
Impostos líquidos de subsídios aos produtos		28,6	Pre 32 546,7

TABELA 14

PIB NA ÓTICA DA PRODUÇÃO (BASE=2016)

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-03-28

Dados retificados de acordo com as “Séries Longas para a Economia Portuguesa” de 2021 (INE e BdP) entre 1960 e 1995 (01/03/2023).

Pre - Valor preliminar

Anos		1974	2022	Peso 1974	Peso 2022
Setores de atividade económica	Total	3 694,0	4 908,7		
	Primário	1 290,5	133,9	34,94%	2,73%
	Secundário	1 246,0	1 206,5	33,73%	24,58%
	Terciário	1 159,0	3 568,3	31,38%	72,69%

TABELA 15
POPULAÇÃO EMPREGADA: TOTAL E POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-09

Dados retificados de acordo com as "Séries Longas para a Economia Portuguesa" de 2021 (INE e Bdp) entre 1960 e 1995 (01/03/2023).

Agricultura e pecuária

De acordo com dados da Pordata (Fundação Francisco Manuel dos Santos), de 1989 a 2019, o setor agrícola perdeu cerca de 30 mil trabalhadores por ano, um total de 900 mil pessoas no período observado. Mais de metade dessa perda ocorreu na primeira década analisada, logo após a entrada na então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia.

De acordo com a mesma fonte, em 2021, a riqueza criada pela agricultura foi de €3,5 bilhões. No entanto, este valor tem vindo a diminuir desde o início dos anos 80, altura em que este setor gerava mais do dobro da riqueza atual.

Dados de 2020 registram que, em Portugal, a riqueza gerada pela agricultura era de 1,6% do PIB (valor provisório de 1,7% em 2021 e valor preliminar de 1,3% em 2022), enquanto na UE era de 1,3%, em 2020. De acordo com o portal Pordata, em Portugal, as culturas agrícolas que, atualmente, mais superfície ocupam são o olival (379.565 ha), os cereais (196.993 ha) e a vinha (175.791 ha).

Em 2019, a mão de obra agrícola era majoritariamente masculina (364.866 homens e 283.386 mulheres), com idades acima dos 55 anos e com o ensino básico.

O número de explorações agrícolas¹⁷ registradas em 2019 foi de 300 mil, valor que representa metade das explorações existentes há 30 anos, sendo que 9% são de média a grande dimensão (com pelo menos 20 hectares) e ocupam 4/5 do território (79%).

17. Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como mão de obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e satisfaz obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter, em boas condições agrícolas e ambientais, as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (em área ou número de animais); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada numa área bem determinada e identificável (INE.pt; <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5261>).

As pastagens permanentes destinadas à produção pecuária ocupam mais de metade da superfície agrícola em Portugal, sendo a restante superfície ocupada em 26% por terras aráveis para a produção agrícola e 22% por culturas permanentes.

Tendo em conta a segunda estimativa das Contas Econômicas da Agricultura (CEA) para 2022, elaborada com dados disponíveis até 30 de março 2023, registrou-se um elevado decréscimo (11,7%) do rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), consequência de uma redução nominal do VAB (-8,7%) e um acréscimo dos outros subsídios (+3,8%).

De janeiro a outubro de 2022, as exportações de produtos agrícolas registraram um aumento de 30,5% em comparação com o período homólogo de 2021. Recordar-se que o aumento das exportações totais de bens foi de 25,2%. As importações de produtos agrícolas aumentaram 32,2% no mesmo período, lembrando que o aumento das importações totais de bens foi de 35,7%. Os principais produtos agrícolas importados foram: carnes e miudezas, comestíveis; cereais; gorduras e óleos animais ou vegetais, ceras; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes; fruta, cascas de citrinos e de melões.

Pesca

Em Portugal, considera-se que a relevância social, regional e local do setor pesqueiro é sempre maior do que sua expressão e dimensão econômica efetiva. Trata-se, no entanto, de atividade de crescente importância, em particular em termos de exportação. Na realidade, continua a ser uma das mais diversificadas da União Europeia. Possui variedade das frotas e das espécies capturadas, comunidades muito dependentes da produção primária.

Ainda assim, a persistência de elevados níveis de consumo no mercado interno é o traço mais saliente da pesca portuguesa.

Em 2022, registraram-se 14.159 profissionais de pescador (-5,1% em comparação com 2021). Analisando o tipo de pesca, conclui-se que a polivalente é o segmento com maior número de pescadores (69,7% dos inscritos), seguindo-se o cerco (15,5%) e o arrasto (10%), sendo a pesca em águas interiores a que menos profissionais de pescador inscritos registra (4,7%). A frota de pesca nacional registrava, em 31 de dezembro de 2022, 7 608 embarcações.

Verificou-se um aumento de 16,2%, em 2022, do preço médio anual do total de pescado fresco ou refrigerado descarregado em portos nacionais, o qual registrou o valor de 2,65 €/kg (2,28 €/kg em 2021).

As capturas de pescado fresco ou refrigerado para transação em lota¹⁸ baixaram em toneladas 13,9% (121.069 toneladas em 2022, comparadas com 140.562 toneladas em 2021), mas com uma quase manutenção do valor (€335,5 bilhões em 2022 face a €335 bilhões em 2021).

18. Lota: Entende-se por lota a infraestrutura em terra implantada na área de um porto de pesca ou em zona ribeirinha na sua influência, devidamente aprovada e licenciada para a realização das operações, de recepção, leilão, entrega de pescado e outras operações que lhe são inerentes ou complementares, compreendendo a descarga, manipulação, conservação ou armazenagem. (in: <https://dgrm.mm.gov.pt/pesca-mi-lotas#:~:text=Entende%2Dse%20por%20lota%20a,ou%20complementares%2C%20compreendendo%20a%20descarga%2C>)

Em relação à produção aquícola, o seu total foi, em 2021, de 17 900 toneladas (+5,3%, em comparação com 2020). As suas vendas cresceram 62,9% em relação a 2020, gerando uma receita de €162,8 milhões (€99,9 milhões em 2020).

Silvicultura

– Indústria de Cortiça e Celulose

A produção florestal portuguesa é bastante importante: Portugal possui a 12ª maior floresta da UE. De acordo com a análise temática da Carta de Uso e Ocupação do Solo para 2018 (COS2018), publicada em 2020 (dados de 2018), a área florestal ocupa 3,47 milhões de hectares, equivalentes a 39% do território nacional, com taxas de arborização diferenciadas segundo as regiões do país.

A floresta portuguesa é constituída principalmente pelas espécies de sobreiro, eucalipto e pinheiro bravo que, em conjunto, ocupam cerca de 70% da área florestal. O sobreiro tem forte peso económico, pois sua exploração proporciona ao país condição de líder mundial na produção de cortiça. De igual modo, a exploração de eucalipto e de pinho permite a produção de pasta de papel com amplos excedentes exportáveis de elevado nível de qualidade.

De acordo com dados do INE, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura aumentou 0,7% em valor e diminuiu 1,8% em volume, em 2021, interrompendo o decréscimo nominal registrado nos dois anos anteriores. Registraram-se acréscimos nominais na produção (+1,6%) e no consumo intermédio (+3,3%). Em todos os produtos silvícolas ocorreu um aumento dos preços, exceto na cortiça.

Ao nível da balança comercial, manteve-se o saldo excedentário em 2022, alcançando um novo máximo de €3,3 bilhões. Para este saldo contribuíram majoritariamente o papel e cartão (saldo de €1,31 bilhão) e os produtos à base de cortiça (€1,03 bilhão).

O peso relativo das exportações de materiais e produtos industriais de origem florestal foi de 9,1% em 2022, observando-se um aumento face aos 8,9% de 2021.

Anos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022 US\$	
Produtos	Total	2 523 338,7	(R) 2 613 668,5	(R) 2 591 445,3	(R) 2 388 646,5	2 741 846,7	Pre 3 304 407,2	Pre 3 479 540,8
	Madeira em bruto	-104 417,9	-86 622,7	-103 733,4	-138 923,0	-181 710,9	Pre -287 436,3	Pre -302 670,4
	Cortiça natural	-103 782,2	(R) -84 418,7	(R) -63 314,4	(R) -52 041,5	-64 019,6	Pre -83 221,5	Pre -87 632,2
	Produtos resinosos	42 695,3	47 240,2	48 960,8	55 597,9	106 286,9	Pre 106 989,8	Pre 112 660,3
	Madeira serrada	-20 702,2	-18 232,2	-28 185,5	-32 440,9	-28 173,5	Pre -33 128,7	Pre -34 884,5
	Lenhas (inclui pellets)	57 982,4	66 306,4	100 822,1	81 399,9	68 562,1	Pre 108 430,4	Pre 114 177,2
	Folhas p/ folheados, painéis, madeira contrapla- cada, folheada e densificada	-37 095,7	-68 801,3	-22 158,4	-10 259,8	-24 223,1	Pre 15 966,8	Pre 16 813,0
	Mobiliário de madeira	485 898,7	487 691,4	466 952,6	412 016,1	479 016,2	Pre 519 476,4	Pre 547 008,6
	Construções à base de madeira	-3 549,5	93,8	-2 795,7	-5 136,5	-4 520,9	Pre 1 621,0	Pre 1 706,9
	Pasta de papel e papel para reciclar	548 280,7	532 247,9	524 357,4	501 185,7	668 725,8	Pre 783 543,8	Pre 825 071,6
	Papel e cartão	793 877,1	853 108,5	860 478,9	698 958,2	802 089,0	Pre 1 318 509,7	Pre 1 388 390,7
	Produtos à base de cortiça	896 127,0	932 448,4	926 044,2	895 290,4	994 131,3	Pre 1 039 470,8	Pre 1 094 562,8

TABELA 16
SALDO DA BALANÇA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM FLORESTAL

Fontes de Dados: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-06-22

O contributo da floresta é fundamental para a economia portuguesa. Constitui uma fonte de diversas atividades, matérias-primas e serviços. Apesar de não existirem estatísticas oficiais que caracterizem completamente este setor, existem registros de que, em 2021, as indústrias de base florestal – madeira, cortiça, mobiliário – e pasta cartão e papel registaram um volume de negócios de quase €10,7 bilhões. Se a isto somarmos o volume de negócios das empresas dedicadas à silvicultura e exploração florestal, o qual se registrou em mais de €1 bilhão, constatamos que, em conjunto, as indústrias de base florestal e as empresas da silvicultura geraram, em 2021, um volume de negócios superior a €11,69 bilhões (4,98% e 0,47% do PIB, respectivamente).

No histórico dos últimos anos (exceto em 2020), o volume de negócios das empresas do setor florestal tem contribuído, em média, com €10 bilhões para a economia nacional, aproximadamente 5% do PIB.

No que diz respeito ao VAB, as empresas do setor florestal representaram, em 2021, mais de €2,9 bilhões. Para este valor, a atividade industrial contribui com cerca de 90%, enquanto a silvicultura é responsável pelos restantes 10%.

Indústria

As empresas que operam nas indústrias transformadoras representavam, em 2021, 5% das empresas em atividade do setor não financeiro em Portugal, respondendo por 22,8% do VAB, por 23,7% do Excedente Bruto de Exploração (EBE) e empregando 17,2% do pessoal ao serviço.

Em 2021, registrou-se o valor de €96,8 bilhões, correspondente ao valor das vendas de produtos e da prestação de serviços industriais (+15% em termos nominais em comparação com 2020, ano no qual se tinha registrado um decréscimo de 10,6%).

Em relação à evolução das cinco principais divisões da indústria (indústrias alimentares; fabricação de veículos; fabricação de produtos metálicos; fabricação de coque, de produtos petrolíferos; fabricação de produtos químicos) cresceram, no seu conjunto, 10,5% (-13,6% em 2020), sendo o valor da produção vendida e serviços prestados 42,3% do valor total das indústrias transformadoras (44% em 2020 e 45,5% em 2019), o que evidenciou diminuição da concentração nos principais setores de atividade.

As indústrias alimentares mantiveram a preponderância no total das vendas e prestação de serviços, com crescimento de 5,1% em 2021 (-0,6% em 2020), e valor de €12,5 bilhões, e com uma representatividade de 12,9% do total das indústrias transformadoras.

A fabricação de veículos automóveis reboques manteve-se em valores idênticos a 2020, registrando o segundo maior peso (9,7%; -1,5 p.p.), num valor de €9,4 bilhões. A fabricação de produtos metálicos aumentou, mantendo-se como a terceira indústria no total das vendas e prestações de serviços (7%), crescendo 14% (-6,1% em 2020).

Indústria extrativa e mineração

De acordo com dados publicados pela Direção Geral de Energia e Geologia, apesar de ter uma pequena dimensão geográfica, Portugal possui uma diversidade geológica rica, tendo potencial para produzir as mais variadas matérias-primas.

No Norte do país, encontramos predominância de granitos, sendo também de salientar a produção de caulino na bacia sedimentar de Alvarães. No Centro, encontramos a importância da exploração de volfrâmio, na mina da Panasqueira, no Complexo Xisto-Grauváquico do Grupo das Beiras. Na região do Alentejo, encontramos importantes jazidas minerais de sulfuretos maciços polimetálicos, exploradas nas minas de Neves Corvo e de Aljustrel, localizadas na Faixa Piritosa Ibérica, uma das maiores províncias metalogenéticas do mundo. Ainda é de ressaltar as rochas ornamentais, onde encontramos os mármore prove-

nientes da região de Estremoz – Borba – Vila Viçosa e os calcários da região do Maciço Calcário Estremenho e também os minerais para a construção civil com relevância para os agregados¹⁹.

O setor extrativo dos recursos geológicos provenientes de minas e pedreiras nacionais, bem como o setor da transformação, destinatário destas matérias-primas, é de elevada importância para a economia portuguesa, visto que a utilização destes recursos permite ao país alcançar desafios importantes, tais como a descarbonização, visando uma transição energética para energias menos poluentes. E para este mesmo objetivo, é de realçar também as mineralizações em lítio localizadas nos jazigos pegmatíticos na região Norte e Centro do país.

Em 2021, ocorreu um crescimento geral do valor da produção da indústria extrativa nacional, em relação ao período homólogo. O setor dos minérios metálicos foi o principal responsável por este aumento, parecendo estar a retomar a dinâmica pré-pandêmica. Também com elevada importância para esta evolução foram os valores registrados nas exportações provenientes da produção de minérios de cobre e de zinco.

Em 2021, a produção nacional da indústria extrativa registrou um valor de produção de €1,33 bilhão, com exportações de €1,15 bilhão e com 10 396 trabalhadores diretamente envolvidos nesta indústria.

Analisando a produção, os minérios/minerais atingiram um valor de €1,05 bilhão (+34% em relação ao período homólogo) e os recursos hidrogeológicos, €279 milhões (+42% face a 2020). No total da produção, os setores preponderantes são os minérios metálicos, com um peso de 42%, seguidos dos minerais para a construção, com um peso de 31%.

Analisando mais especificamente os minérios metálicos, o cobre representa €279 milhões (50% do valor de produção) e os minérios de zinco €235 milhões (42%). Em específico, este último setor registrou um crescimento em valor de 57% em relação ao período homólogo.

Indústria do calçado

De acordo com dados publicados pelo World Footwear Yearbook 2022, Portugal é o 9º maior exportador mundial de sapatos de pele, encontrando-se no 19º lugar do ranking dos líderes de exportação de calçado, em quantidade, e no 13º em valor. Em 2021, as exportações de calçado português tiveram como principais mercados europeus a Alemanha, França, Países Baixos e Espanha. Do lado das importações, a Espanha foi o principal mercado, seguido pela França, Bélgica e Alemanha.

19. Agregados para a construção civil: são materiais granulares, sem forma e volume definidos, de dimensões e propriedades estabelecidas para uso em obras de engenharia civil, tais como, a pedra britada, o cascalho e as areias naturais ou obtidas por moagem de rocha, além das argilas e dos substitutivos como resíduos inertes reciclados, escórias de aciaria, produtos industriais, entre outros. (in: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/outras-publicacoes-1/8-1-2013-agregados-minerais>).

De acordo com dados publicados pela Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS), a indústria portuguesa de calçado registrou um crescimento das exportações de 20,2% em valor e de 10,5% em quantidade, em 2022, vendendo para os mercados externos 76 milhões de pares de calçado, no valor de €2 bilhões.

Nesse mesmo ano, o calçado português foi comercializado em 174 países. Mais de 95% da produção é exportada, com a Alemanha assumindo a maior relevância como país de destino, logo seguida da França e Países Baixos. As vendas para a Europa representam 80% do total das exportações. Há que se destacar o crescimento das vendas de calçado português nos EUA em 52% em 2022 (€114 milhões).

De acordo com dados de 2022 do INE, o setor do calçado contrariou a tendência nacional e contribuiu com €1,30 bilhão para atenuar o déficit da balança comercial portuguesa, o qual foi de €30,8 bilhões.

A exportação de calçado em couro representou 86% das vendas externas do setor, com um preço médio de €32,94. O segmento de calçado impermeável representou €52 milhões das vendas para mercados externos, a um preço médio de €11,81, registrando um melhor desempenho face ao ano transato.

Foram produzidos, em 2022, 85 milhões de pares de calçado (+12,6% comparativamente a 2012). O preço médio do calçado português aumentou 8,73%, em 2022, abaixo da média da última década, em que registrou aumentos de 16,5%, com um valor médio final de €26,40 no final de 2022.

O número de empresas que operaram no setor cresceu 4,2% em comparação com 2021 (1.186 empresas), empregando 32.292 trabalhadores (1.478 novos colaboradores).

Mercado automóvel

De acordo com estatísticas do setor automóvel divulgadas pela ACAP (Associação automóvel de Portugal), em 2021, Portugal apresentava um parque automobilístico total de 6,7 milhões de unidades, com 5,4 milhões de veículos leves, 1,1 milhão de veículos leves de mercadorias e 152.300 veículos pesados e 152.300 veículos pesados.

Em 2021, dos carros em circulação, 63% tinham 10 anos ou mais. Em 2022, um milhão e meio de automóveis que circulavam em Portugal tinham mais de 20 anos, o que denota um aumento da proporção de automóveis com mais de duas décadas, já que, em 2000, os carros com esta idade representavam apenas 1% do total do parque. A idade média dos veículos leves é de 13,4 anos e de 15 anos nos leves de mercadorias, nos pesados e nos de passageiros e de mercadorias.

De acordo com o balanço anual de 2022 publicado pela ACAP, verificaram-se mais 185.291 veículos novos emplacados em Portugal (+2,8% em relação a 2021). Apesar do crescimen-

to, este setor ainda está aquém 30,8% do número de novas placas verificadas em 2019, fruto ainda do efeito da pandemia da COVID-19.

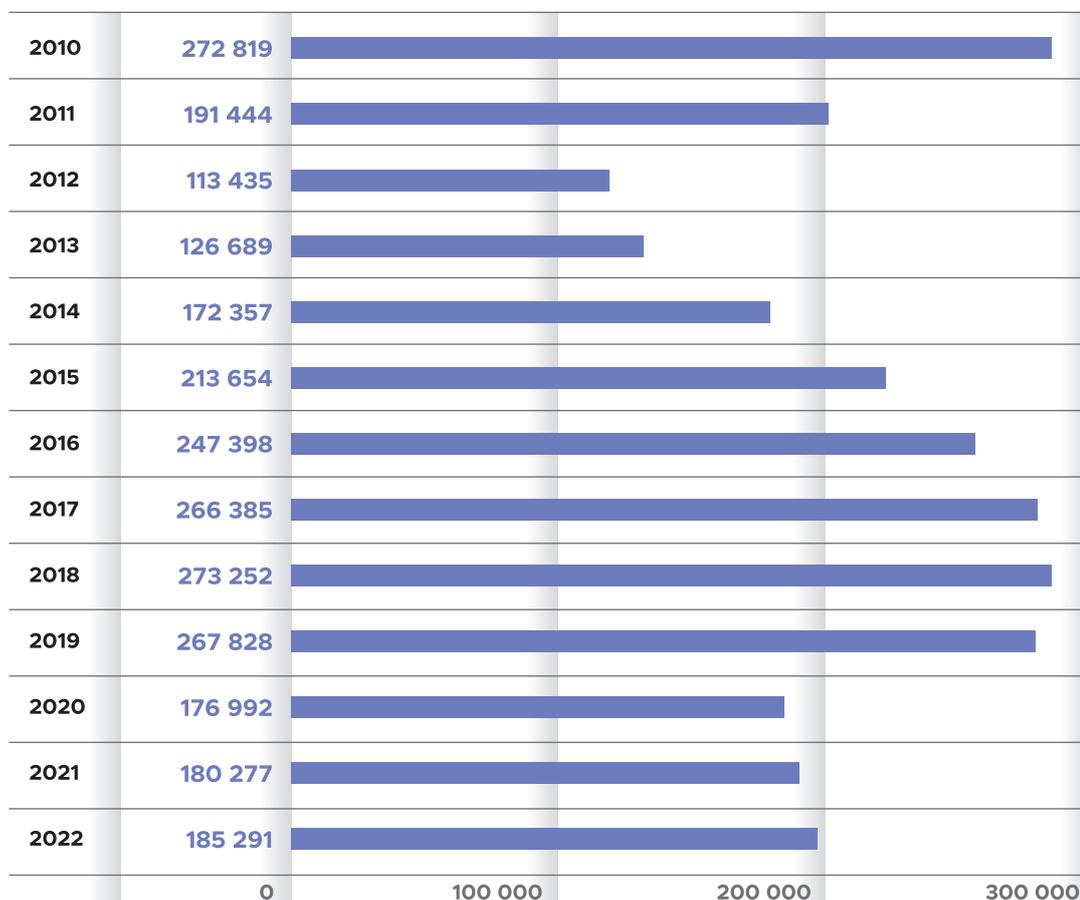


FIGURA 08
AUTOMÓVEL PORTUGUÊS (Nº DE UNIDADES)

Fonte: ACAP

Na análise dos veículos leves de passageiros, apesar de se verificar um crescimento do número de placas (matrículas) de 6,6% face a 2021 (156.250 placas), ainda se verifica uma quebra de 30,2% relativamente 2019.

É realçado pela ACAP que, em 2022, 40,5% dos novos veículos desta categoria eram movidos a energia elétrica ou eram carros híbridos e que 11,4% do total dos ligeiros de passageiros novos, movidos a energias alternativas, eram elétricos.

Na categoria de novos veículos leves de mercadorias ocorreu uma quebra de 18,2% (23.541 novas placas) relativamente a 2021 e de 38,8% face a 2019.

Por outro lado, na categoria de veículos pesados, verificaram-se 5.500 placas em 2022 o que, apesar de representar uma quebra de 1,3% face a 2019, apresenta um crescimento de 13,4% em comparação com 2021.

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INTERNA DE AUTOMÓVEIS

Em 2021, o setor automóvel em Portugal gerou volume de negócios de €31 bilhões, gerando uma riqueza (VAB) de €4,4 bilhões, cujo volume de exportações ultrapassou os €8 bilhões. Deste setor, fazem parte 24 mil empresas que empregam mais de 150 mil trabalhadores.

Em 2022, foram produzidos mais 11% de veículos (mais 322 000) em comparação com o ano anterior, embora ainda assim e por efeitos da pandemia COVID-19, se verifique uma queda de quase 7% face a 2019.

Em 2022, as exportações do setor representaram 97% do total da produção, sendo a Alemanha o principal destino, mas onde França, Itália, Espanha e Reino Unido também assumem especial relevância. Com efeito, desde 2015 que a empresa Autoeuropa registra a maior produção automóvel, a qual tem vindo a aumentar desde 2021, após a queda registrada entre 2019 e 2020, devido à pandemia COVID-19. Para além da Autoeuropa, é de destacar o comportamento idêntico de produção, para os mesmos períodos, das fábricas Stellantis Mangualde, Fuso Tramagal e Toyota Caetano.

Energia

Os objetivos ambiciosos estabelecidos, tais como o caminho para a neutralidade carbônica em 2050 e a concretização da transição energética, assim como o Plano Nacional da Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), implicam aposta forte nas energias renováveis, bem como na eficiência energética, nomeadamente a redução das emissões de gases com efeito estufa em até 55% em comparação com 2005, a redução do consumo de energia primária em 35% e o aumento do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia para 49%.

De acordo com dados publicados pela Agência para a Energia (ADENE), analisando os dados da energia, em 2021, constata-se a retomada gradual da economia depois do abalo provocado pela pandemia COVID-19. O consumo final de energia cresceu 4,8% face a 2020, muito por causa do aumento do consumo no setor dos transportes (9,1%), que esteve quase parado em 2020. A trajetória de descarbonização manteve-se em 2021, registrando-se as menores emissões totais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e a menor intensidade carbônica da economia desde que há registro.

O início da Guerra na Ucrânia, em 2022, levou a uma crise energética na Europa, com o agravamento significativo dos preços da energia e da fatura energética. Como consequência do conflito, ocorreu uma escalada de preços nos mercados internacionais, o que desestabilizou o mercado e gerou preços inflacionados à escala global. Em 2022, o saldo importador de energia agravou-se em cerca de 124% em relação a 2021, muito por causa do aumento de 60% do preço médio da cotação do Brent (95,76 €/barril) e também pelo aumento de 141% do preço médio de importação de gás natural de Portugal (61,70 €/MWh).

Da análise efetuada aos principais indicadores energéticos, em 2021, Portugal aumentou a sua dependência energética em 1,3 p.p. (67,1%), em relação a 2020, apesar da diminuição verificada face a 2011 de -12,3 p.p.. Em comparação com a média da UE, Portugal ocupava o 10º lugar no ranking da dependência energética (11,4 p.p. acima da média de 55,5% da UE-27). A intensidade energética da economia em energia primária foi menor 4,5% em comparação com 2020 e menor 10,2% face a 2011 (106 tep/M€). Ocupou o 14º lugar do ranking na análise da menor intensidade energética na União Europeia, posicionando-se 0,7% acima da média UE-27 (112,5 tep/M€). Ocupou o 3º lugar como país da União Europeia com as mais baixas emissões totais de GGE por habitante, registrando um valor 29,3% abaixo do valor médio registrado na UE-27 (7,8 ton CO₂e/habitante). No consumo final bruto de energia, as energias renováveis representaram 34%.

Em 2021, o saldo importador de energia foi menor em 2,5% em relação a 2020 (14 862 KIEP), tendo diminuído, face a 2011²⁰, 20,6%. Esta significativa melhoria face a 2011 é justificada, por um lado, pela queda de 7,1% das importações e por outro, pelo grande crescimento das exportações (63,9%). Produziu-se mais energia doméstica face a 2020 (+3,4%, 6.882 ktep), e esta produção representou 33,1% do consumo total de energia primária (+32% versus 2020; +22,6% face a 2011). O consumo total de energia primária manteve-se em comparação com 2020 (20.817 ktep), observando-se, no entanto, uma diminuição de cerca de 5,8% face a 2011. O consumo de energia final aumentou para 16.148 ktep (+4,8% em relação a 2020), sendo o setor dos transportes aquele que mais contribuiu para este crescimento (9,1%). Em comparação com 2011, o consumo de energia final foi menor em 2,1%.

Em 2022, o saldo importador de produtos energéticos mais do que duplicou em relação ao ano anterior, com um crescimento de 124%, atingindo o valor de €11,83 bilhões. As importações de petróleo bruto cifraram-se em 9,88 milhões de toneladas (+5,4% face a 2021), no valor de €7,36 bilhões (+83,1% em relação a 2021). O Brasil foi o principal fornecedor de petróleo bruto (38,3% do total das importações, em quantidade) e o segundo a Nigéria (13,9%). As importações de gás natural foram de 69.187 GWh (+2,3% comparativamente a 2021), no valor total de €4,3 bilhões (+146,4% versus 2021). A Nigéria foi o principal fornecedor de gás natural (46,9% do total das importações, em Nm³), logo seguida dos EUA (32,2%). As importações de energia elétrica foram de 12.171 GWh (+36% em relação a 2021), cifrando-se no valor total de €2 bilhões (+94,4% face a 2021).

A produção doméstica de energia cresceu 3,4% em 2021 (ktep), observando-se o valor mais alto desde que há registro. O crescimento face a 2011 foi de 38%. A produção das centrais termoelétricas continuou, em 2021, o decréscimo que tem vindo a ser verificado, registrando o valor de 1.859 ktep (-14,3% face a 2020 e -29,6% em comparação com 2011). A produção de eletricidade proveniente das centrais térmicas a gás natural foi de 71,3% do total da termoelectricidade produzida (em 2011, foi de 48,6%). A potência total instala-

20. Foi realizada comparação com 2011 para evidenciar a evolução da década.

da era, em 2022, de 23.225 Mw para a produção de eletricidade (-5,8% face a 2021, mas 13,7% superior em relação a 2012). Da potência instalada, 74% eram renováveis (54% em 2012). A potência fotovoltaica registrou 2.562 MW em 2022 (+51% em comparação com 2021) e é a que mais tem crescido nos últimos anos, sendo 11 vezes superior à potência instalada em 2012. Da potência total instalada de origem renovável, em 2022, a componente fotovoltaica representou 15%, enquanto em 2012 representava somente 2%.

O ano de 2021 registrou uma recuperação do consumo de energia final do setor dos transportes nacionais na sua componente rodoviária de 8,5% em comparação com 2020, mas ainda inferior ao consumo registrado em 2011 cerca de 8,6%. No setor dos Serviços, também se registrou um crescimento no consumo face a 2020 (3,7%) e em comparação com 2011 (+9,1%). O consumo de energia final do setor da indústria também cresceu 4,3% em 2021, consequência da recuperação da economia, mas sendo ainda inferior ao consumo registrado em 2011 (-4,9%). Tendo em conta que muitas empresas adotaram a opção do regime laboral híbrido (teletrabalho e presencial) o consumo de energia do setor doméstico apenas diminuiu 0,2% em relação a 2020, tendo aumentado em cerca de 7,1% face a 2011.

Serviços

O setor de serviços tem crescido nas últimas décadas e assumido maior peso na economia portuguesa. Em 2022, sua participação no PIB foi de 75,8% e de 72,7% do emprego. Seu avanço resulta também da incorporação de progressos tecnológicos, em particular no âmbito das telecomunicações (redes fixa e móvel, acesso à internet, banda larga), das tecnologias de informação e da energia.

De acordo com dados publicados pelo INE, em dezembro de 2022, o índice de volume de negócios nos serviços registrou crescimento de 6,8 p.p. (19,4%) em comparação com dezembro de 2021. O 4º trimestre de 2022 cresceu 16,1% face ao trimestre homólogo, tendo já crescido 23,6% no 3º trimestre de 2022.

No total do ano 2022, o índice de volume de negócios nos serviços cresceu 22,3%, uma taxa de crescimento ainda maior do que a verificada em 2021 (9,9%).

Em dezembro de 2022, registraram-se crescimentos homólogos nos índices de emprego, de remunerações e de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário, com aumentos de 5,3%, 11,7% e 5,5%, respectivamente. No conjunto do ano de 2022, o índice de emprego cresceu 6,5%, o índice de remunerações 9,9% e o índice de horas trabalhadas (dados brutos) 9,5% (versus -1,4%, 2,3% e 1%, respectivamente em 2021).

Dados mais recentes indicam que, em junho de 2023, o índice de volume de negócios nos serviços registrou uma variação homóloga nominal de 4% e que no conjunto do 2º trimestre de 2023, cresceu 5,8% em comparação com o 2º trimestre de 2022. O índice de emprego apresentou um crescimento homólogo em junho de 2023 de 3,5%, o de remunerações 11,8% e o de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário, 5,7%.

Turismo

O setor do turismo é a atividade econômica que mais contribui para as exportações em Portugal. Em 2022, foi responsável por 47,8% das exportações de serviços e por 17,6% das exportações totais, de acordo com dados do Pordata e Banco de Portugal. O contributo do saldo entre importações e exportações de viagens e turismo para o PIB foi de 6,5%, em 2022.

Estima-se que o número de **chegadas de turistas não residentes a Portugal** foi de 22,3 milhões, em 2022, mais do que o dobro do valor registrado em 2021 (131,4%), mas ainda assim abaixo do nível registrado em 2019 (-9,6%). O principal mercado emissor de turistas internacionais é o espanhol com uma cota de 25,8% e com um crescimento de 97,4% em comparação a 2021.

Foram registrados 28,9 milhões de hóspedes (+80,7% face a 2021), na **generalidade dos meios de alojamento turístico**, o que determinou 77,2 milhões de dormidas (+81,1% em comparação com 2021). Em 2021, os crescimentos registrados foram de 36,9% e 40,7%, respectivamente. Apesar do elevado crescimento, os números ainda se encontram abaixo dos registrados em 2019 (-2,2% e -0,8%, respectivamente). O mercado interno registrou 27,5 milhões de dormidas (+22,2% em 2022, +5,3% face a 2019). As dormidas de não residentes corresponderam a 49,7 milhões, tendo aumentado de forma significativa em 2022 (+146,9% em relação a 2021, mas ainda abaixo 3,9% face a 2019).

Os proveitos totais dos **estabelecimentos de alojamento turístico** mais do que duplicaram, com um crescimento de 115,2%, ascendendo ao valor de €5 bilhões, comportamento idêntico ao verificado nos proveitos de aposento²¹, com um crescimento de 117,3% (€3,8 bilhões). Embora mais baixos, também se registraram crescimentos face a 2019 (16,7% e 17,9%, respectivamente).

Tendo em conta dados do Travel BI by Turismo de Portugal, em 2022, o Brasil ocupou a 7ª posição como país no ranking dos mercados que procuram Portugal como destino turístico, com uma cota de 4,9% de dormidas (+265,3% em relação a 2021), totalizando 2,3 milhões de dormidas, e 6º lugar no indicador hóspedes (cota 6,1% e aumento de 294,5% em comparação com 2021), totalizando 928,1 milhões de hóspedes. As receitas turísticas provenientes dos turistas brasileiros cresceram, em 2022, 289,5% face ao ano de 2021 (€740 milhões), ocupando o 8º lugar no ranking deste indicador, com uma cota de 3,5%. No entanto, se compararmos o ano de 2022 com 2019, pré-pandemia, os valores ainda estão aquém no indicador hóspedes (-27,6%) e dormidas (-23,2%), enquanto as receitas turísticas registram um ligeiro acréscimo (+0,3%).

No indicador dormidas, os turistas provenientes do Brasil procuram primeiramente a Área Municipal de Lisboa (54,7%), seguindo-se o Norte (23,2%), o Centro (9,1%) e o Algarve (7,7%).

21. Proveitos de Aposento: são os valores cobrados pelas dormidas de todos os hóspedes nos meios de alojamento turístico.

3. Moeda e finanças

Moeda

Desde 1 de janeiro de 2002, a moeda portuguesa é o euro (€). As taxas médias de conversão com o real e o dólar dos EUA, nos anos de 2018 a 2023, são as seguintes:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023*
BRL	4,309	4,413	5,894	6,378	5,440	5,450
US\$	1,181	1,120	1,142	1,183	1,053	1,085

TABELA 17

TAXA MÉDIA DE CONVERSÃO DE MOEDA

Fontes de Dados: Banco de Portugal

* até 18/08/2023

Finanças públicas

Em 2022, houve necessidade líquida de financiamento de 0,4% do PIB (2,9% em 2021), por parte das Administrações Públicas. O decréscimo da necessidade de financiamento ocorreu porque a receita cresceu mais do que a despesa (10,2% e 4,4%, respectivamente). Analisando as três grandes componentes da receita corrente (impostos sobre a produção e importação, impostos sobre o rendimento e o património e contribuições sociais) observa-se que todas aumentaram, embora em diferentes ritmos. É de salientar o aumento de 24,1% dos impostos sobre o património e o rendimento, seguido do aumento de 11,8% dos impostos sobre a produção e a importação e os 8,5% nas receitas com as contribuições sociais.

Tendo em conta que em 2021 foi registrado o reembolso da margem, paga antecipadamente, respeitante aos empréstimos concedidos ao abrigo do Programa de Assistência Financeira a Portugal no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade, registrou-se uma diminuição da receita de capital em 28,8%, em 2022.

O crescimento da despesa total das Administrações Públicas foi consequência dos aumentos da despesa corrente e da despesa de capital (+3,5% e +15%, respectivamente).

Na despesa corrente registraram-se acréscimos nas prestações sociais (+7,4%) e nas remunerações (+3,5%), enquanto a despesa em juros decresceu €484 milhões, mantendo o decréscimo anual verificado desde 2015.

Analisando a despesa de capital, verifica-se que o seu aumento, em 2022, é justificado pelo acréscimo das transferências de capital pagas e na formação bruta de capital (+30,5% e +7,5%, respectivamente). É de salientar que nas transferências de capital pagas, inclui-se o apoio concedido pelo Estado português ao grupo TAP (€990 milhões), à EFACEC (€190

milhões) e os apoios concedidos pelo Governo Regional dos Açores à SATA Air Açores (€197 milhões).

Por outro lado, é de registrar os €2,15 bilhões pagos, em 2022, em medidas excepcionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 (€7 bilhões em 2021), o que representou 2% da despesa pública total. Dentro destas medidas, ressalta-se a despesa em apoio social às famílias, em subsídios às empresas, em consumo intermédio e em remunerações no setor da saúde.

		VALOR						% PIB			
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2021	2022		
Receitas das Administrações Públicas	Total	83 105,1	88 006,4	91 251,4	87 074,3	Pro 96 321,5	Pre 106 139,3	44,9%	44,4%		
	Receitas correntes	Total	82 387,3	87 028,3	90 437,3	86 091,4	Pro 93 741,0	Pre 104 302,5	43,7%	43,6%	
		Impostos e contribuições sociais	Total	71 261,6	75 480,3	78 360,0	74 835,3	Pro 80 321,0	Pre 91 477,2		
			Impostos sobre o rendimento e património	19 413,6	20 678,6	20 884,5	20 092,6	Pro 20 707,7	Pre 25 701,2	9,6%	10,7%
			Impostos sobre a produção e a importação	29 154,7	30 942,1	32 115,8	29 143,2	Pro 32 346,6	Pre 36 178,1	15,1%	15,1%
			Contribuições sociais	22 693,4	23 859,5	25 359,7	25 599,4	Pro 27 266,6	Pre 29 597,9	12,7%	12,4%
		Vendas	6 827,1	7 082,5	7 262,2	6 395,8	Pro 6 686,0	Pre 7 460,1	3,1%	3,1%	
	Outras	4 298,6	4 465,5	4 815,1	4 860,4	Pro 6 734,1	Pre 5 365,2	3,1%	2,2%		
	Receitas de capital	Total	717,8	978,1	814,1	982,8	Pro 2 580,5	Pre 1 836,8	1,2%	0,8%	
		Impostos de capital	0,0	0,2	0,0	0,1	Pro 0,0	Pre 0,1			
Ajudas ao investimento		496,3	660,3	676,4	761,5	Pro 1 232,9	Pre 1 737,9				
Outras transferências de capital		221,5	317,6	137,7	221,3	Pro 1 347,5	Pre 98,8				
Despesas das Administrações Públicas	Total	88 897,4	88 722,5	91 004,2	98 743,3	Pro 102 536,9	Pre 107 083,6	47,7%	44,8%		
	Despesas correntes	Total	80 371,7	82 479,4	84 911,2	89 749,0	Pro 94 287,8	Pre 97 600,0	43,9%	40,8%	
		Despesas com pessoal	21 386,0	22 029,6	23 146,7	23 933,8	Pro 24 974,8	Pre 25 841,2	11,6%	10,8%	
		Consumo intermédio	10 571,8	10 847,3	11 025,6	11 068,5	Pro 12 434,5	Pre 13 535,5	5,8%	5,7%	
		Juros	7 398,9	6 902,5	6 324,2	5 786,9	Pro 5 170,5	Pre 4 686,7	2,4%	2,0%	
		Transferências correntes	41 015,0	42 699,9	44 414,7	48 959,9	Pro 51 708,1	Pre 53 536,7			
	Despesas de capital	Total	8 525,7	6 243,1	6 092,9	8 994,2	Pro 8 249,2	Pre 9 483,6	3,8%	4,0%	
		Investimento	3 484,4	3 851,5	3 726,7	4 782,9	Pro 5 618,6	Pre 6 051,9	2,6%	2,5%	
		Outras despesas de capital	5 041,2	2 391,5	2 366,2	4 211,4	Pro 2 630,6	Pre 3 431,7	1,2%	1,4%	
	SALDO GLOBAL		-5 792,3	-716,1	247,2	-11 669,0	-6 215,4	-944,3	2,9%	0,4%	
SALDO PRIMÁRIO		1 606,7	6 186,5	6 571,4	-5 882,2	-1 044,9	3 742,3	-0,5%	1,6%		

TABELA 18

RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TOTAL E POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Fontes de Dados: INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016) para valor, BPStat para % PIB

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-04-12

Retopolação da série de acordo com as "Séries Longas para a Economia Portuguesa" de 2021 (INE e Bdp) entre 1960 e 1994. (12/04/2023)

Sistema financeiro

O sistema financeiro português abrange bancos comerciais, bancos de investimento, fundos de investimentos e empresas seguradoras.

Atualmente os cinco maiores bancos que operam em Portugal são a Caixa Geral de Depósitos (banco público), o Santander Totta, o Banco Português de Investimento (BPI), o Novo Banco e o Millennium BCP (BCP).

O sistema bancário português sofreu fortes alterações em anos recentes, devido a problemas com alguns bancos nacionais (o Banco Português de Negócios (BPN), o Banco Privado Português (BPP), o Banco Espírito Santo (BES) e o Banco Internacional do Funchal (BANIF)) que tendo sido liquidados, geraram grandes prejuízos para o setor público e para os contribuintes em geral.

Os remanescentes bancos de maior dimensão, o Banco Português de Investimento (BPI) e o Millennium BCP, tiveram outros destinos. O BPI foi comprado pelo banco espanhol Caixa-Bank e o Millennium BCP, até então o maior banco privado português e originariamente com capitais exclusivamente portugueses, tem hoje apenas 26% de capital nacional, sendo os seus principais acionistas o grupo chinês Fosun, com 29,95% do capital, e o grupo angolano Sonangol, com 19,49%.

De acordo com a Associação Portuguesa de Bancos, o modelo português de supervisão financeira tem duas vertentes: comportamental e prudencial, e é composto por três autoridades com competências setoriais distintas: o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O Banco de Portugal é uma autoridade de supervisão cujo âmbito se debruça sobre as instituições de crédito e é consubstanciada pela sua supervisão microprudencial e comportamental. As competências no âmbito da supervisão prudencial são exercidas, no contexto do Mecanismo Único de Supervisão, desde 4 de novembro de 2014.

O Banco de Portugal também tem o papel de Autoridade de Resolução Nacional, desde 2012, quando foi instituído um enquadramento de resolução no ordenamento jurídico nacional.

Desde 2013 é responsável por definir e executar a política macroprudencial aplicável a todo o sistema financeiro português, desempenhando também a função de autoridade macroprudencial nacional.

A responsabilidade da CMVM recai na supervisão dos mercados de instrumentos financeiros e das entidades que neles atuam.

A ASF é responsável pela supervisão microprudencial e comportamental da atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros e de fundos de pensões.

Tendo em conta a crescente integração e interdependência das diversas áreas ligadas à atividade financeira, criou-se em setembro de 2000, o **Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)**, do qual as três autoridades de supervisão nacionais fazem parte.

4. Balança de pagamentos e reservas internacionais

Balança de pagamentos

De acordo com dados publicados pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa registrou déficit externo de €1,1 bilhão em 2022, o que corresponde a 0,5% do PIB. À exceção do valor marginalmente negativo do saldo, registrado em 2020, a economia portuguesa já não apresentava necessidades de financiamento desde 2011.

O saldo negativo advém, principalmente, do saldo da balança comercial (balança de bens e serviços) que apresentou um saldo de -2,1% do PIB, sendo que o déficit da balança de bens foi superior ao excedente registrado na balança de serviços. Tendo em conta que as importações cresceram mais do que as exportações em 2022, o déficit da balança de bens aumentou €10,4 bilhões relativamente ao ano anterior (31% e 22%, respectivamente), consequência, em parte, da evolução dos preços verificada em 2022.

Na análise da balança de serviços, observa-se que o aumento das exportações foi maior do que o aumento das importações, fazendo com que ocorresse um aumento de €11 bilhões no seu excedente, em comparação com 2021. Na balança de serviços registraram-se os valores mais elevados desde 2011, quer no seu saldo nas exportações, quer nas importações.

Destaca-se o contributo das viagens e turismo (+110%), os serviços de transportes (+57%) e os outros serviços fornecidos por empresas (+23%) para as exportações de serviços.

Da mesma forma, foram os serviços de transportes (+53%), as viagens e turismo (+55%) e os outros serviços fornecidos por empresas (+15%) que mais contribuíram para a evolução das importações.

Na análise da balança de rendimento primário, observa-se um aumento de €1,8 bilhão do seu déficit, consequência da evolução do déficit dos rendimentos de investimento (+€1,9 bilhão). O aumento de pagamentos líquidos de rendimentos de instrumentos de capital, sob a forma de dividendos, foi o que mais contribuiu para esta evolução.

Na análise da balança de rendimento secundário, constata-se redução do excedente em €350 milhões em comparação com 2021, consequência da menor atribuição de fundos europeus aos beneficiários finais. Por outro lado, o saldo que mais contribuiu para este excedente foram as remessas de emigrantes/imigrantes.

Na análise da balança de capital, detecta-se uma perda de excedente acentuada de €1,6 bilhão, em comparação com 2021, justificado pelo recebimento excepcional, em julho

de 2021, da devolução da margem financeira relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

No ano de 2022, ocorreu diminuição de €1,1 bilhão, em comparação com 2021, do saldo de transferências com a União Europeia, justificada majoritariamente pela menor atribuição de fundos comunitários, dos quais se destacou a diminuição de €1,6 bilhão de fundos comunitários atribuídos associados ao programa FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), após o máximo registrado em 2021. Para além do exposto, a contribuição financeira paga por Portugal para a União Europeia diminuiu €249 milhões.

O saldo da balança financeira foi de -€1 bilhão, em 2022, resultado do aumento dos passivos perante o exterior (€13,6 bilhões) ser superior ao aumento dos ativos (€12 bilhões).

O investimento direto, com -€4,9 bilhões, foi o que mais contribuiu para o saldo negativo da balança financeira. Desde 2012 que se registra, nesta categoria funcional, aumentos de ativos inferiores aos aumentos de passivos. Também se observou uma redução de ativos líquidos, de €4,5 bilhões, na categoria dos derivados financeiros. De salientar que o investimento de carteira, o outro investimento e os ativos de reserva apresentaram saldos positivos de €4,7 bilhões, €3,5 bilhões e €173 milhões, respectivamente.

Anos		2017 (Milhões €)	2018 (Milhões €)	2019 (Milhões €)	2020 (Milhões €)	2021 (Milhões €)	2022 (Milhões €)	2022 (Milhões US\$)	2022 vs 2021 (%)	
Balança de pagamentos	Balança corrente	Total	2 537,3	1 137,4	932,6	-2 082,4	-1 635,9	-3 218,6	-3 389,2	96,7%
		Bens	-13 308,5	-15 641,8	-16 286,5	-12 507,9	-16 047,5	-26 457,6	-27 859,9	64,9%
		Serviços	16 179,3	17 490,9	17 949,5	8 624,8	10 500,6	21 519,1	22 659,6	104,9%
		Rendimento primário	-4 495,9	-4 871,2	-5 122,2	-2 746,7	-1 743,6	-3 584,9	-3 774,9	105,6%
		Rendimento secundário	4 162,4	4 159,6	4 391,8	4 547,4	5 654,5	5 304,8	5 586,0	-6,2%
	Balança de capital	1 675,7	2 037,8	1 904,8	1 979,2	3 706,7	2 147,5	2 261,3	-42,1%	
	Balança financeira	Total	4 202,7	3 472,9	3 162,0	133,3	2 535,0	-987,0	-1 039,3	-138,9%
		Investimento direto	-7 525,7	-5 348,1	-7 791,5	-4 921,3	-7 320,1	-4 861,9	-5 119,6	-33,6%
		Investimento de carteira	9 163,2	8 928,9	8 123,4	5 101,4	13 312,6	4 725,7	4 976,2	-64,5%
		Derivados financeiros (que não reservas) e opções sobre ações concedidas aos empregados	-20,0	617,9	87,5	478,2	29,5	-4 539,6	-4 780,2	-15 488,5%
		Outro investimento	3 801,9	189,1	5 044,4	-117,8	-7 027,9	3 515,7	3 702,0	-150,0%
		Ativos de reserva	-1 216,8	-914,9	-2 301,8	-407,2	3 540,9	173,1	182,3	-95,1%
	Erros e omissões	-10,2	297,8	324,6	236,6	464,2	84,0	88,5	-81,9%	

TABELA 19
BALANÇA DE PAGAMENTOS: SALDOS

Fontes de Dados: BdP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-04-12

Retropolação da série de acordo com as "Séries Longas para a Economia Portuguesa" de 2021 (INE e BdP) entre 1960 e 1995. (12/04/2023)

Reservas internacionais

Segundo o World Gold Council (WGC), organização internacional de empresas do setor do ouro, e com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Portugal encontra-se em 16º lugar no ranking das maiores reservas de ouro do mundo, com 382,6 toneladas, avaliadas em US\$22,1 bilhões (dez./2022).

As barras de ouro valorizaram ao longo dos anos e 2022 confirmou essa tendência. De acordo com os dados do Banco de Portugal, as reservas estavam avaliadas em €20,98 bilhões, no final de 2022, o que representa uma valorização de 6% em comparação com 2021 (€1,19 bilhão).

	DEZEMBRO 2022	JULHO 2023	DEZEMBRO 2022	JULHO 2023
	Milhões de euros	Milhões de euros	Milhões US\$	Milhões US\$
Ativos reserva / Ativos moeda estrangeira / BC / Todas divisas	5 304,36	5 474,51	5 585,49	5 764,66
Ativos reserva / Posição de reserva no FMI / BC / Bancos centrais / NR / FMI / DSE	585,87	572,74	616,92	603,10
Ativos reserva / Direitos de saque especiais / BC / Não especificado / DSE	3 502,37	3 108,18	3 688,00	3 272,91
Ativos reserva / Ouro monetário / BC / Ouro	20 985,51	21 850,13	22 097,74	23 008,19
Ativos reserva / Outros ativos (derivados, empréstimos, outros) / BC / Todas divisas	-42,70	371,32	-44,96	391,00
Ativos reserva / BC / Todas divisas	30 335,41	31 376,88	31 943,19	33 039,85

TABELA 20
RESERVAS INTERNACIONAIS – ATIVOS DE RESERVA – POR INSTRUMENTO (DEZEMBRO 2022, JULHO 2023)

Fonte: Banco de Portugal series

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal)

III. COMÉRCIO EXTERIOR

1. Considerações Gerais

Tratando-se de uma pequena economia aberta inserida no espaço da UE, o comércio internacional assume em Portugal especial relevância como motor de crescimento.

O peso do comércio internacional no PIB português tem aumentado de forma consistente nos últimos anos. Segundo dados do INE, o grau de abertura²² passou de 61,5% em 2011, para 86,6% em 2019 e foi de 102,4% em 2022.

Cerca de 70% do seu comércio internacional é realizado com a UE, preponderância associada à integração do país no Mercado Europeu, que permite a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais. No espaço comunitário europeu **não existem barreiras alfandegárias**, havendo, no entanto, regras definidas para a autorização da introdução no mercado europeu, tais como rotulagem, adequação do produto ao mercado, certificados, entre outros.

2. Evolução recente

De acordo com as estatísticas do comércio internacional, publicadas pelo INE para o ano de 2022, as exportações e importações de bens atingiram o valor mais elevado de sempre das estatísticas do comércio internacional, traduzindo um acréscimo face ao ano anterior de 22,9% nas exportações e de 31,4% nas importações. Em 2021, o aumento foi de 18,3% e de 22%, tendo sido em 2019, de 30,6% e de 36,6%, respectivamente. Com efeito, as exportações de bens, em termos nominais, aumentaram €14,8 bilhões, perfazendo €78,4 bilhões. As importações de bens aumentaram €26,3 bilhões alcançando o valor de €109,5 bilhões.

No que concerne à balança comercial de bens, observou-se um agravamento do déficit em €11,5 bilhões em comparação com 2021, atingindo €31 bilhões (o déficit mais elevado de que há registro), composto por €5 bilhões das trocas Intra-UE e €6,5 bilhões das trocas efetuadas Extra-UE.

22. grau de abertura = (exportações + importações)/PIB * 100.

		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa Cobertura	Total Bens e serviços (%)	103,5%	102,1%	101,8%	95,0%	94,2%	96,0%
	Total Bens e serviços (% PIB)	1,5	0,9	0,8	(R) -1,9	Pro -2,6	Pre -2,1
Saldo da balança comercial	Total Bens e serviços (Milhões €)	2 870,8	1 849,0	1 663,0	(R) -3 883,1	(R) -5 546,8	-4 938,4
	Total Bens e serviços (Milhões US\$)	3 023,0	1 947,0	1 751,1	-4 088,9	(R) -5 840,8	-5 200,1
Exportações	Total Bens e serviços (Milhões €)	84 150,7	89 619,3	93 680,9	74 427,1	(R) 89 588,1	119 995,9
	Total Bens e serviços (Milhões US\$)	88 610,7	94 369,1	98 646,0	78 371,7	(R) 94 336,3	126 355,7
Importações	Total Bens e serviços (Milhões €)	81 279,9	87 770,3	92 017,9	(R) 78 310,2	(R) 95 134,9	124 934,4
	Total Bens e serviços (Milhões US\$)	85 587,7	92 422,1	96 894,8	82 460,6	(R) 100 177,0	131 555,9
Taxa Cobertura	Total Bens (%)	80,0%	78,2%	78,1%	80,6%	79,5%	74,1%
	Total Bens (% PIB)	-6,8	-7,6	-7,6	-6,2	Pro -7,5	Pre -11,1
Saldo da balança comercial	Total Bens (Milhões €)	-13 308,5	-15 641,8	-16 286,5	-12 507,9	(R) -16 047,5	-26 457,6
	Total Bens (Milhões US\$)	-14 013,9	-16 470,8	-17 149,7	-13 170,8	(R) -16 898,0	-27 859,9
Exportações	Total Bens (Milhões €)	53 325,0	56 209,5	57 950,4	52 112,7	(R) 62 052,8	75 802,8
	Total Bens (Milhões US\$)	56 151,2	59 188,6	61 021,8	54 874,7	(R) 65 341,6	79 820,3
Importações	Total Bens (Milhões €)	66 633,6	71 851,3	74 237,0	64 620,6	(R) 78 100,3	102 260,3
	Total Bens (Milhões US\$)	70 165,2	75 659,4	78 171,6	68 045,5	(R) 82 239,6	107 680,1

TABELA 21
BALANÇA COMERCIAL

Fontes de Dados: BdP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-17

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal)

Em 2022, a Espanha, França e Alemanha continuaram a ser os principais clientes externos de Portugal e, em conjunto com os Estados Unidos, concentraram mais de metade das exportações nacionais (55,8%, -0,7 pontos percentuais (p.p.) face a 2021). O top 10 de países destino das exportações portuguesas manteve-se inalterado face a 2021, sendo, por ordem descendente, Espanha (26%), França (12,4%), Alemanha (10,9%), Estados Unidos (6,5%), Reino Unido (4,9%), Itália (4,5%), Países Baixos (4%), Bélgica (2,4%), Angola (1,8%) e Polónia (1,4%).

No mesmo ano, verifica-se que 49,3% das importações de bens vieram da Espanha, Alemanha e França (-2,6 p.p. em relação a 2021). Na análise de países Extra UE, a China manteve-

-se como principal fornecedor e passou a ser o 4º principal país parceiro (era o 6º em 2021), com uma cota de 5,1% (+0,3 p.p. que em 2021).

Na análise do ranking dos 10 principais países fornecedores de bens a Portugal, em comparação com 2021, verificou-se a queda dos Países Baixos e da Itália para a 5ª e 6ª posições, respectivamente (4ª e 5ª, pela mesma ordem, em 2021). A Bélgica, que ocupava a 7ª posição em 2021, foi ultrapassada pelo Brasil e pelos Estados Unidos, que eram os 8º e 9º países, respectivamente, passando a ocupar o 9º lugar do ranking. A Polónia passou a ser o 11º principal fornecedor (10º em 2021), trocando de posição com a Nigéria.

Analisando a evolução das exportações e importações portuguesas de bens para os três principais mercados de destino (Espanha, França e Alemanha), observa-se que, em 2022, as exportações apresentaram menor dinamismo, indiciando perdas de cota de mercado, resultado que é oposto ao observado em 2019, quando as exportações para estes três países registraram um dinamismo significativo, tendo crescido, em média, três vezes mais do que o total das importações destes parceiros.

Em 2022, observou-se aumento de 28,4% das importações provenientes da Espanha, ao passo que as exportações cresceram 23,7%. Esta evolução deveu-se, principalmente, aos produtos agrícolas, que apresentaram crescimento de 25,6% nas importações, enquanto as exportações aumentaram 12,3%, evolução que seguiu a tendência registrada nos últimos cinco anos. No caso da Alemanha, as importações de bens também cresceram mais do que as exportações (18% e 13,8%, respectivamente), destacando-se a categoria de veículos e outro material de transporte, com um aumento de 44% das importações, em comparação com um crescimento de apenas 13,3% das exportações. Embora com menor expressão, as importações de bens provenientes da França aumentaram 19,4%, em comparação com o acréscimo de 18,6% nas exportações totais daquele país, situação contrária à verificada nos dois anos anteriores.

Na análise da variação das exportações e importações, de 2021 para 2022, verifica-se, em relação à Espanha, a variação das exportações foi menor do que o acréscimo das importações totais (+19,7% e +32%, respectivamente), tendo sido mais notório nos veículos e outro material de transporte, com variação positiva de 3,2% nas exportações e de 23,9% nas importações. Em relação à França, a variação das exportações foi de 16%, enquanto a das importações cresceu 28,6%. Na Alemanha também se verificou uma variação menor das exportações do que das importações (+21,4% e +24,2%, respectivamente).

3. Rotas das Exportações Portuguesas

Em 2022, observaram-se aumentos nas trocas Intra-UE e Extra-UE, muito embora se detec-te maior impacto nas transações com os países da União Europeia, cujo peso representou 70,5% nas exportações (+1,1 p.p. face a 2021).

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022	2022	2022
	Milhões €	Milhões US\$	Evolução 2022/2021	Quota					
Mundo	55 017,99	57 849,99	59 902,81	53 757,39	63 618,53	78 402,74	82 558,08	23,2%	100,0%
Intra União Europeia	40 790,90	44 055,18	45 996,23	38 369,91	45 539,22	55 290,96	58 221,38	21,4%	70,5%
Extra União Europeia	14 227,08	13 794,81	13 906,58	15 387,48	18 079,31	23 111,78	24 336,71	27,8%	29,5%

TABELA 22

EXPORTAÇÕES (€) DE BENS POR LOCAL DE DESTINO E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL - INE, ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

Fontes de Dados: INE — Instituto Nacional de Estatística

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal)

No mesmo ano, os principais clientes externos de Portugal foram Espanha, França e Alemanha, representando conjuntamente 50,9% das exportações. A Espanha, com um peso de 26,7% nas exportações, manteve-se como o maior cliente nas trocas internacionais portuguesas.

Na análise Extra-UE, destaca-se o aumento de 32,8% nas exportações para os Estados Unidos, os quais ultrapassaram o Reino Unido como principal cliente fora da UE.

Nas trocas com a Espanha foi onde se registraram maiores crescimentos, com as exportações a aumentarem 24,8% (€3,38 bilhões), sendo de salientar o aumento de metais comuns.

De forma inversa, as exportações para Taiwan decresceram 36,7% (-€78 milhões), com destaque nas máquinas e aparelhos. As exportações para a Irlanda também apresentaram redução de 15,6% (-€77 milhões), destacando-se, principalmente, os produtos químicos.

É relevante que as exportações efetuadas para o Brasil decrescem anualmente desde 2017 e, apesar do crescimento acentuado ocorrido em 2022 face a 2021 (+30%), o valor ainda se encontra 2,6% abaixo do valor exportado em 2017.

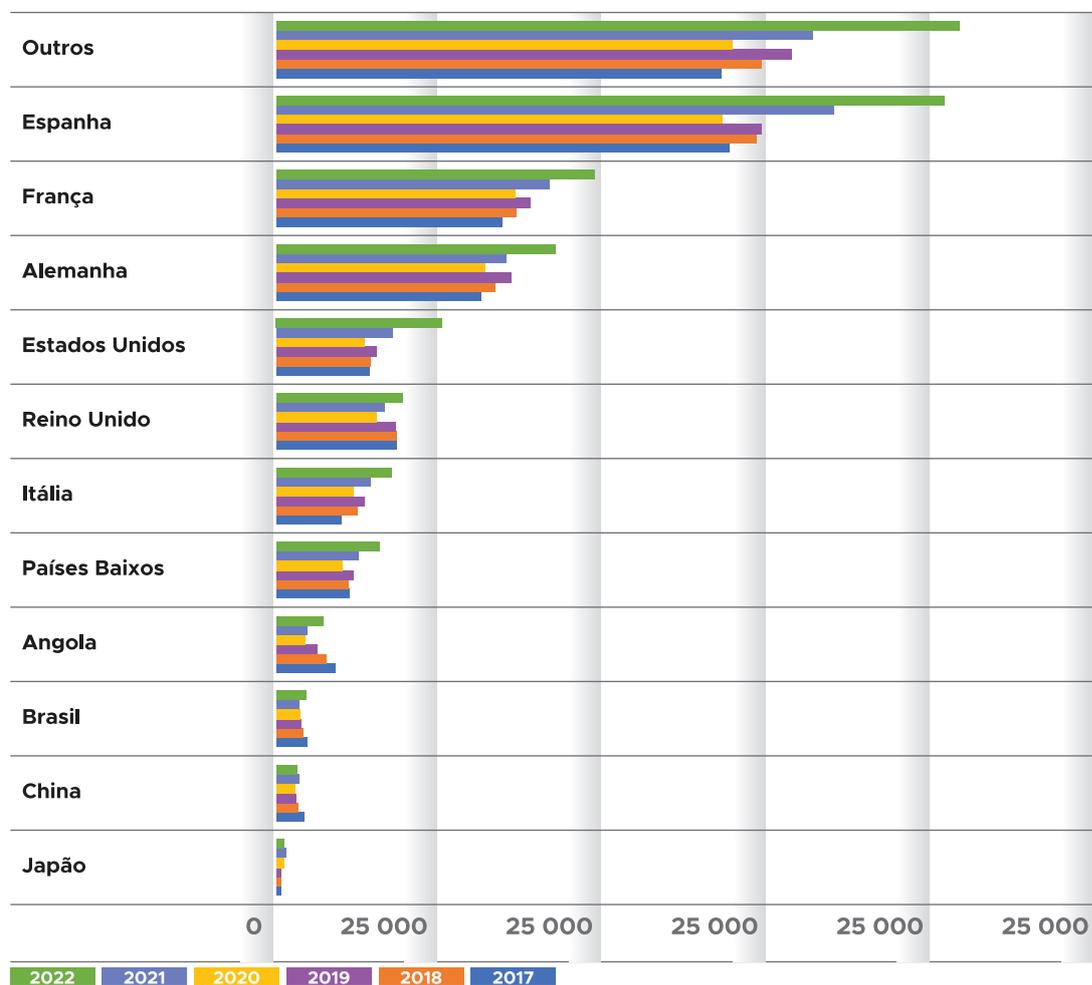


FIGURA 09
EXPORTAÇÕES DE BENS: TOTAL E POR PRINCIPAIS PAÍSES PARCEIROS COMERCIAIS (MILHÕES EUROS)

Fontes de Dados: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Fonte: PORDATA

Dados 2022: Pre - Valor preliminar; 2021: Rv - Valor revisto

Última atualização: 2023-02-09

4. Composição das Exportações Portuguesas

De acordo com a análise do INE, as máquinas e aparelhos foram, em 2021 e 2022, o principal grupo de produtos exportados, ultrapassando os veículos e outro material de transporte que ocupavam o 1º lugar no ranking de exportações em 2020. Estes dois grupos foram os que mais contribuíram globalmente para o aumento das exportações, em 2022, com crescimentos de 41,4% e 21,1%, respectivamente.

Ressalta-se o aumento significativo das exportações do grupo de produtos minerais (+144,3%) que passa a ocupar o 3º lugar no ranking nas exportações em 2022 (8º em 2020) e também o aumento dos grupos metais comuns e pasta de madeira (+66,2% e +69,4%, respectivamente).

Em sentido oposto, o grupo de materiais têxteis, apesar do crescimento verificado de 30,9%, perdeu posição no ranking passando de 3º produto mais exportado em 2020, para 5º, em 2022.

	2020		2021		2022		2022 vs 2020 %	
	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Milhões US\$	Partic. %	
T: Total	53 757	100%	63 619	100%	78 403	82 558	100%	45,8%
I: Animais vivos e produtos do reino animal	1 525	2,8%	1 856	2,9%	2 151	2 265	2,7%	41,1%
II: Produtos do reino vegetal	1 586	2,9%	1 656	2,6%	2 023	2 131	2,6%	27,6%
III: Gorduras e óleos animais, vegetais ou de origem microbiana; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	803	1,5%	1 066	1,7%	1 514	1 594	1,9%	88,6%
IV: Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	3 553	6,6%	3 906	6,1%	4 399	4 632	5,6%	23,8%
V: Produtos minerais	3 141	5,8%	4 614	7,3%	7 673	8 080	9,8%	144,3%
VI: Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	3 265	6,1%	3 927	6,2%	5 177	5 451	6,6%	58,5%
VII: Plástico e suas obras; borracha e suas obras	3 822	7,1%	4 878	7,7%	5 647	5 946	7,2%	47,7%
VIII: Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	249	0,5%	317	0,5%	411	433	0,5%	65,3%
IX: Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	1 658	3,1%	1 905	3,0%	2 197	2 314	2,8%	32,5%
X: Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e resíduos); papel e suas obras	2 304	4,3%	2 832	4,5%	3 903	4 110	5,0%	69,4%
XI: Matérias têxteis e suas obras	4 653	8,7%	5 413	8,5%	6 092	6 415	7,8%	30,9%
XII: Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	1 596	3,0%	1 801	2,8%	2 171	2 287	2,8%	36,0%
XIII: Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	1 656	3,1%	1 933	3,0%	2 299	2 420	2,9%	38,8%

	2020		2021		2022		2022 vs 2020 %
	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Milhões US\$	
XIV: Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria; moedas	280	0,5%	257	0,4%	313	330	11,7%
XV: Metais comuns e suas obras	4086	7,6%	5674	8,9%	6792	7152	66,2%
XVI: Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	7 891	14,7%	9 108	14,3%	11 156	11 748	41,4%
XVII: Material de transporte	7970	14,8%	8402	13,2%	9654	10165	21,1%
XVIII: Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	1 710	3,2%	1 816	2,9%	2 180	2 296	27,5%
XIX: Armas e munições; suas partes e acessórios	50	0,1%	58	0,1%	71	75	42,9%
XX: Mercadorias e produtos diversos	1 892	3,5%	2 120	3,3%	2 419	2 548	27,9%
XXI: Objetos de arte, de coleção e antiguidades	66	0,1%	80	0,1%	159	167	138,7%

TABELA 23
EXPORTAÇÕES (€) DE BENS POR LOCAL DE DESTINO E TIPO DE BENS
(NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s): (1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte). (2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal)

5. Origens das Importações Portuguesas

Em 2022, as importações portuguesas cresceram nas trocas Intra-UE e Extra-UE, observando um maior impacto nas transações com os países da União Europeia, cujo peso representou 69,5% nas importações (-4,2 p.p. do que em 2021).

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022	2022	2022
	Milhões €	Milhões €	Evolução 2022/2021	Quota					
Mundo	69 688,56	75 439,25	79 977,13	68 145,57	83 145,71	109 485,80	115 288,55	31,7%	100,0%
Intra União Europeia	53 193,86	57 289,16	61 092,74	50 887,91	61 297,45	76 090,75	80 123,56	24,1%	69,5%
Extra União Europeia	16 494,70	18 150,09	18 884,39	17 257,66	21 848,26	33 395,05	35 164,98	52,8%	30,5%

TABELA 24

IMPORTAÇÕES (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL - INE, ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

Fontes de Dados: ine.pt

Nota(s): (1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal)

Em 2022, os principais fornecedores externos de Portugal foram Espanha, França e Alemanha, representando conjuntamente 49,3% das importações (-2,6 p.p., em comparação com 2021). A Espanha, manteve-se como o maior fornecedor nas trocas internacionais portuguesas, com um peso de 32,1% nas importações.

As importações com origem na Espanha aumentaram 28,4%, sendo de salientar o aumento de produtos agrícolas, com um crescimento de 25,6%.

As importações da Alemanha cresceram 18%, destacando-se o aumento de 44% da categoria de veículos e outro material de transporte. Já as importações provenientes da França cresceram 19,4%.

O principal fornecedor de bens Extra-UE foi a China, sendo observado um aumento de 0,3 p.p. relativamente a 2021 nas importações com origem neste parceiro, passando a ocupar o 4º lugar no ranking dos fornecedores externos (era o 6º em 2021).

Por sua vez, ressalta-se o crescimento de 79,3% das importações portuguesas de bens com origem no Brasil em 2022, em comparação com o ano anterior e 274% face a 2017.

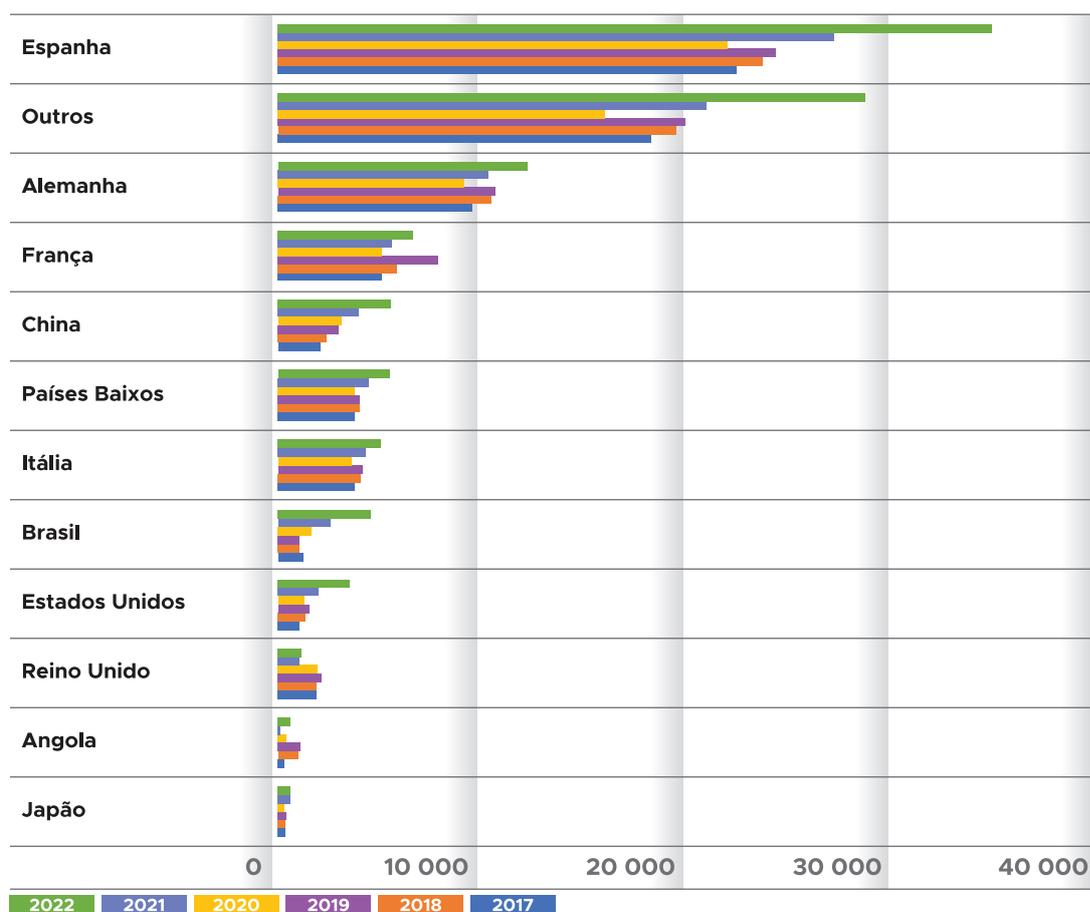


FIGURA 10
IMPORTAÇÕES DE BENS: TOTAL E POR PRINCIPAIS PAÍSES PARCEIROS COMERCIAIS (MILHÕES EUROS)

Fontes de Dados: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Fonte: PORDATA

Dados 2022: Pre - Valor preliminar; 2021: Rv - Valor revisto. Última atualização: 2023-02-09

6. Composição das Importações Portuguesas

De acordo com a análise do INE, as máquinas e aparelhos foram, em 2022, o principal grupo de produtos importados.

É de salientar o aumento significativo dos fluxos de importações do grupo de produtos minerais (203,7%), ocupando o 2º lugar do ranking das importações (4º em 2020).

Apesar de ocuparem os lugares cimeiros do ranking de importações, as duas categorias referidas anteriormente apresentam os maiores déficits de saldo de balança comercial (€7,4 bilhões e €10,9 bilhões, respectivamente).

O material de transporte, apesar do aumento de 33,9% das importações, passou a ocupar o 4º lugar do ranking em 2022, quando era o 2º em 2020.

	2020		2021		2022		2022 vs 2020 %	
	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Partic. %	Milhões €	Milhões US\$	Partic. %	
T: Total	68 146	100%	83 146	100%	109 486	115 289	100%	60,7%
I: Animais vivos e produtos do reino animal	3 495	5,1%	3 814	4,6%	4 918	5 179	4,5%	40,7%
II: Produtos do reino vegetal	3 364	4,9%	3 795	4,6%	4 887	5 146	4,5%	45,3%
III: Gorduras e óleos animais, vegetais ou de origem microbiana; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	625	0,9%	852	1,0%	1 120	1 180	1,0%	79,3%
IV: Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	3 325	4,9%	3 666	4,4%	4 589	4 832	4,2%	38,0%
V: Produtos minerais	6 103	9,0%	9 759	11,7%	18 537	19 519	16,9%	203,7%
VI: Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	8 340	12,2%	10 209	12,3%	12 110	12 752	11,1%	45,2%
VII: Plástico e suas obras; borracha e suas obras	4 161	6,1%	5 491	6,6%	6 535	6 881	6,0%	57,1%
VIII: Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	569	0,8%	637	0,8%	901	949	0,8%	58,4%
IX: Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	911	1,3%	1 178	1,4%	1 604	1 689	1,5%	76,0%
X: Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e resíduos); papel e suas obras	1200	1,8%	1 461	1,8%	1 921	2 023	1,8%	60,1%
XI: Matérias têxteis e suas obras	3 781	5,5%	4 307	5,2%	5 449	5 737	5,0%	44,1%
XII: Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	729	1,1%	799	1,0%	1 095	1 153	1,0%	50,3%
XIII: Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	873	1,3%	1 046	1,3%	1 326	1 396	1,2%	51,9%
XIV: Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria; moedas	167	0,2%	221	0,3%	334	351	0,3%	100,1%
XV: Metais comuns e suas obras	5 251	7,7%	7 664	9,2%	9 430	9 930	8,6%	79,6%
XVI: Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	13 207	19,4%	15 469	18,6%	18 588	19 573	17,0%	40,7%
XVII: Material de transporte	8 411	12,3%	8 606	10,4%	11 260	11 857	10,3%	33,9%
XVIII: Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	1 755	2,6%	2 004	2,4%	2 313	2 436	2,1%	31,8%
XIX: Armas e munições; suas partes e acessórios	50	0,1%	46	0,1%	66	69	0,1%	31,1%
XX: Mercadorias e produtos diversos	1 757	2,6%	2 082	2,5%	2 454	2 584	2,2%	39,7%
XXI: Objetos de arte, de coleção e antiguidades	73	0,1%	41	0,0%	48	51	0,0%	-33,9%

TABELA 25
IMPORTAÇÕES (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS
(NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte). (2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, seleccionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade. Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023. *US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

IV. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-PORTUGAL

1. Evolução recente

Entre 2017 e 2022, o Brasil perdeu posição enquanto comprador das exportações portuguesas, passando da 10ª para a 12ª posição; tendo registrado, em 2022, cota de 1,2% do volume total das exportações portuguesas de bens. Entre os países extracomunitários, no ano de 2022, o Brasil posicionou-se como o quarto maior mercado de destino das exportações portuguesas a mesma posição que ocupava em 2017, em ranking liderado pelos EUA.

Como fornecedor de Portugal, o Brasil tem vindo a subir no ranking desde 2019, ocupando a posição de 7º mercado em 2022 (12º em 2019, 10º em 2017), representando 4,2% do total importado e estabelecendo-se como o 2º maior fornecedor fora da UE (4º em 2017), logo após a China.

Origem		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Como Cliente	Posição	10	10	11	11	13	12
Como Fornecedor	Posição	10	11	12	9	8	7

TABELA 26
IMPORTÂNCIA DO BRASIL NOS FLUXOS COMERCIAIS DE PORTUGAL DE BENS

Fonte: INE - Estatísticas do comércio internacional de bens
Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022	2022 vs 2021
	Milhões €	Milhões US\$	Milhões US\$	%				
Exportações (Portugal→Brasil)	944	808	751	727	707	919	968	30,0%
Importações (Brasil→Portugal)	1 219	1 004	1 028	1 602	2 549	4 567	4 809	79,2%
Saldo	-276	-197	-277	-874	-1842	-3 648	-3 841	
Coefficiente de cobertura	77,4%	80,4%	73,1%	45,4%	27,7%	20,1%	20,1%	

TABELA 27
EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BILATERAL DE MERCADORIAS

Fonte: INE - Estatísticas do comércio internacional de bens
Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

No âmbito dos serviços, segundo dados do INE, em 2022 o Brasil absorveu 3,5% do total da exportação portuguesa e forneceu 4,7% da importação.

O total da exportação de serviços em 2022 foi de €1,57 bilhão, representando um acréscimo de 235% relativamente a 2021. Já as importações de serviços totalizaram €1,07 bilhão, um acréscimo de 77% em relação a 2021.

Em anos recentes, a Balança de Serviços tem sido sempre favorável a Portugal (à exceção de 2021), tendo atingido em 2022 o superávit de €493,1 milhões e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 146%.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022	2022 vs 2021
	Milhões €	Milhões US\$	Milhões US\$	%				
Exportações (Portugal→Brasil)	1 364,1	1 628,6	1 465,2	531,5	(R) 467,5	1 566,9	1 649,9	235%
Importações (Brasil→Portugal)	526,7	452,6	486,1	(R) 365,6	(R) 606,6	1 073,8	1 130,7	77%
Saldo	837,4	1 176,0	979,1	165,9	(R) -139,1	493,1	519,2	
Coefficiente de cobertura	259%	360%	301%	145%	77%	146%		

TABELA 28

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BILATERAL DE SERVIÇOS

Fontes de Dados: BdP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2023-02-20

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

2. Exportações Brasileiras

De acordo com dados do INE, em 2022, o Brasil foi responsável por 4,2%, no total de US\$ 4,8 bilhões, mais US\$ 2,1 bilhões do que em 2021, enquanto país de origem das importações portuguesas.

		2017	2018	2019	2020	2021	2022	
		Milhões €	Milhões US\$					
Mundo	MUNDO	69 689	75 439	79 977	68 146	83 146	109 486	115 289
Intra União Europeia	INTRA	53 194	57 289	61 093	50 888	61 297	76 091	80 124
Extra União Europeia	EXTRA	16 495	18 150	18 884	17 258	21 848	33 395	35 165
Brasil	BR	1 219	1 004	1 028	1 602	2 549	4 567	4 809

TABELA 29

IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

Entre 2017 e 2022, a média anual das exportações brasileiras a Portugal foi de quase €2 bilhões, verificando-se uma tendência de crescimento desde 2018.

De acordo com dados da Comexstat para o ano de 2022, o fluxo de mercadorias brasileiras para Portugal representou 1,28% do total das exportações de mercadorias do Brasil, situando Portugal como o 17º parceiro do Brasil.

Exportações brasileiras para Portugal, por grupo de produtos

Em 2022, destacaram-se os produtos minerais (59,2% do total) seguidos dos produtos agrícolas (20,2%), metais comuns (7,4%) e madeira e cortiça (4,7%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (59% do total); soja (8,1%), milho (6,5%).

Entre 2021 e 2022, salienta-se o forte aumento verificado na importação portuguesa de produtos agrícolas (+75%), em razão da abertura comercial derivada da guerra da Ucrânia, e de produtos minerais (+72,9%).

	2021	2022		% Total 2022	2022 vs 2021
	Milhões €	Milhões €	Milhões US\$		
Total	2 549	4 567	4 809	100%	79%
Animais vivos e produtos do reino animal	12	27	29	0,6%	123,4%
Produtos do reino vegetal	502	871	917	19,1%	73,5%
Gorduras e óleos animais, vegetais ou de origem microbiana; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	0	0	0	0,0%	0,0%
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	88	110	116	2,4%	24,6%
Produtos minerais	1 563	2 704	2 847	59,2%	72,9%
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	32	62	66	1,4%	93,4%
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	10	11	11	0,2%	7,6%
Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	6	5	6	0,1%	-13,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	127	213	225	4,7%	67,7%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e resíduos); papel e suas obras	15	31	32	0,7%	103,5%
Matérias têxteis e suas obras	20	38	40	0,8%	87,6%
Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	5	10	11	0,2%	122,3%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	2	5	6	0,1%	187,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria; moedas	1	2	2	0,0%	97,3%
Metais comuns e suas obras	112	337	354	7,4%	200,7%
Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	34	43	45	0,9%	26,4%
Material de transporte	10	82	86	1,8%	722,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	4	6	6	0,1%	38,2%
Armas e munições; suas partes e acessórios	0	0	0	0,0%	0,0%
Mercadorias e produtos diversos	4	7	8	0,2%	96,4%
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	1	2	3	0,1%	211,3%

TABELA 30
IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL (2)

Fonte: INE - Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte). (2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, seleccionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023.

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

3. Importações Brasileiras

De acordo com dados do INE, em 2022, o Brasil foi o destino de 1,2% das exportações portuguesas, num total de US\$990 milhões, mais 30% (US\$245 milhões) do que em 2021.

		2017	2018	2019	2020	2021	2022	
		Milhões €	Milhões US\$					
Mundo	MUNDO	55 018	57 850	59 903	53 757	63 619	78 403	82 558
Intra União Europeia	INTRA	40 791	44 055	45 996	38 370	45 539	55 291	58 221
Extra União Europeia	EXTRA	14 227	13 795	13 907	15 387	18 079	23 112	24 337
Brasil	BR	944	808	751	727	707	919	990

TABELA 31
EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE DESTINO E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8)

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: Dados Comexstat, 2022 (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>).

No período de 2017 a 2022, as importações brasileiras provenientes de Portugal atingiram a média anual de €809 milhões. No período analisado, observa-se um decréscimo de 2017 a 2021, com um grande crescimento em 2022, mas ainda assim não chegando aos valores verificados em 2017.

De acordo com dados da Comexstat para o ano de 2022, a venda de mercadorias portuguesas para o Brasil representou 0,4% do total das importações brasileiras, situando Portugal no 45º lugar no ranking dos fornecedores do Brasil.

Importações brasileiras de Portugal por grupo de produtos

Em 2022, os produtos agrícolas representaram 45,7% das importações brasileiras de Portugal e, em conjunto com os produtos das indústrias alimentares, máquinas e aparelhos e material de transporte, totalizaram 78,2%: veículos e outro material de transporte (15,1%), os produtos alimentares (9,6%), as máquinas e aparelhos (7,8%) e os minerais e minérios (4,7%).

Os principais produtos portugueses exportados foram gorduras e óleos vegetais (32%), aeronaves e outros equipamentos (13%), bebidas alcoólicas (6,6%), filés ou outras carnes de peixes congelados, frescos ou refrigerados (6,1%).

É de salientar o crescimento das importações brasileiras de produtos agrícolas (+32%), de produtos minerais (+142%) e de material de transporte (+79%).

Dados de 2021, do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que eram 1 595 as empresas portuguesas com atividade exportadora para o Brasil.

	2021	2022		% Total 2022	2022 vs 2021
	Milhões €	Milhões €	Milhões US\$		
Total	707	919	968	100%	30%
Animais vivos e produtos do reino animal	62	73	77	7,9%	17,7%
Produtos do reino vegetal	22	46	49	5,0%	112,2%
Gorduras e óleos animais, vegetais ou de origem microbiana; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	235	301	317	32,7%	28,2%
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	88	88	93	9,6%	0,5%
Produtos minerais	18	43	45	4,7%	142,0%
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	29	30	31	3,2%	0,9%
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	20	16	16	1,7%	-22,4%
Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correio ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	0	0	0	0,0%	0,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	8	9	10	1,0%	20,4%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e resíduos); papel e suas obras	3	3	3	0,3%	12,3%
Matérias têxteis e suas obras	17	21	22	2,3%	20,4%
Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	1	1	1	0,1%	26,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	23	32	34	3,5%	40,6%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria; moedas	2	4	5	0,5%	173,9%
Metais comuns e suas obras	36	30	32	3,3%	-15,2%
Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	57	71	75	7,8%	25,0%
Material de transporte	78	139	146	15,1%	79,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	7	9	9	1,0%	20,5%
Armas e munições; suas partes e acessórios	0	0	0	0,0%	0,0%
Mercadorias e produtos diversos	3	2	2	0,2%	-16,0%
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	0	0	0	0,0%	0,0%

TABELA 32
EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE DESTINO E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL - INE, ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

Fonte: INE - Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

4. Produtos Brasileiros com Potencial no Mercado Português

As melhores oportunidades para a penetração dos produtos brasileiros no mercado português devem ser consideradas mediante a análise das principais importações portuguesas de mercadorias. Por sua vez, os produtos importados da UE não estão sujeitos a taxas alfandegárias, nem a autorizações de comercialização ou a outro tipo de barreira, e que em geral implicam aumento de custos para o exportador.

Por sua vez, os produtos importados do Brasil estão sujeitos a tarifas alfandegárias definidas pela UE, bem como, a eventuais processos de licenciamento, autorização e/ou certificação definidos pela Comissão Europeia (CE), salvo se existir acordo específico entre a UE e o Brasil.

		2017	2018	2019	2020	2021	2022	
		Milhões €	Milhões US\$					
Extra União Europeia	EXTRA	16 495	18 150	18 884	17 258	21 848	33 395	35 165

TABELA 33

IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023.

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

	2021		2022			
	Milhões €	Quota do Brasil no total importado	Milhões €	Milhões US \$	Quota do Brasil no total importado	
Extra União Europeia	Produtos minerais	6 757	23,1%	12 992	13 681	20,8%
	Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	3 573	1,0%	4 908	5 168	0,9%
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	1 626	2,0%	2 281	2 402	2,7%
	Metais comuns e suas obras	1 945	5,8%	2 272	2 393	14,8%
	Produtos do reino vegetal	1 452	34,6%	2 133	2 246	40,9%
	Material de transporte	1 214	0,8%	1 873	1 972	4,4%
	Matérias têxteis e suas obras	1 440	1,4%	1 799	1 894	2,1%
	Plástico e suas obras; borracha e suas obras	1 129	0,9%	1 425	1 500	0,8%
	Animais vivos e produtos do reino animal	527	2,3%	716	754	3,8%
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano	473	18,6%	581	612	18,9%
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	333	38,2%	541	570	39,4%
	Mercadorias e produtos diversos	315	1,2%	389	410	1,8%

TABELA 34
IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS (€) DE BENS POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE BENS (NOMENCLATURA COMBINADA - NC8); ANUAL

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Nota(s):

(1) Tendo em conta o acordo de saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido e do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, a partir de janeiro de 2021, o código de país GB deixa de ser válido, e desdobra-se em dois códigos; código XU (Reino Unido-exceto Irlanda do Norte), e código XI (Reino Unido - inclui Irlanda do Norte).

(2) Os dados são definitivos de 2000 a 2022 e preliminares de 2023. Os indicadores analisados em cada uma destas tabelas têm por base a classificação Nomenclatura Combinada, que é alvo de alterações anualmente, o que tornou necessária a construção de uma classificação cumulativa de todos os períodos disponibilizados. Para consulta dos códigos NC ativos em cada ano deve aceder a <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3830>, selecionando o ano pretendido. O valor 0 (zero) associado às várias ocorrências poderá significar valor nulo, código de produto inexistente no ano em causa ou dado confidencial. A coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade.

Última atualização destes dados: 09 de agosto de 2023

*US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).

5. Investimentos bilaterais

Segundo dados do Banco de Portugal (BdP) para 2022, o fluxo de investimento direto do Brasil em Portugal registrou movimento positivo de €144,8 milhões, mantendo a realidade observada em 2021 (€373,5 milhões), embora em menor valor.

No entanto, no mesmo ano, o fluxo de investimento direto de Portugal no Brasil apresentou evolução também positiva de €84,8 milhões, invertendo a tendência negativa verificada em 2021 (-€23,8 milhões).

	2017	2018	2019	2020	2021	2022		22 vs 21
	Milhões €	Milhões US\$	%					
IDPE / Brasil / Trans / Anual / M€	126,3	- 67,5	- 248,1	- 105,1	- 23,8	84,8	89,2	-457%
IDE / Brasil / Trans / Anual / M€	455,2	- 454,3	394,5	-767,7	373,5	144,8	152,4	-61%
Saldo	- 328,8	386,8	- 642,6	662,5	- 397,2	- 60,0	- 63,2	

TABELA 35
FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL - PRINCÍPIO DIRECIONAL (VALORES LÍQUIDOS)

Fonte: Banco de Portugal

Nota: Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).

**US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).*

Em termos de estoque, o investimento do Brasil em Portugal no final de dezembro de 2022 atingia €4 bilhões, alcançando uma cota de 2,4% do estoque total.

No mesmo ano e em sentido oposto, o estoque de investimento português no Brasil totalizava €2,7 bilhões, valendo uma cota de 4,5% do total no último ano.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
	Milhões €	Milhões US\$					
IPE / Brasil / Pos Anual / M€	3 224,87	2 776,03	2 878,30	2 334,23	2 389,19	2 728,95	2 873,58
% Total Portugal	5,6%	5,5%	5,3%	4,4%	4,2%	4,5%	
IDE / Brasil / Pos Anual / M€	3 365,15	2 925,84	2 956,36	3 148,76	3 836,90	4 041,80	4 256,02
% Total Portugal	2,4%	2,2%	2,0%	2,1%	2,4%	2,4%	

TABELA 36
POSIÇÃO (ESTOQUE) DE INVESTIMENTO DIRETO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL - PRINCÍPIO DIRECIONAL (POSIÇÕES EM FIM DE PERÍODO)

Fonte: Banco de Portugal

**US\$: calculados com taxa de câmbio média de 2022 1€ = 1,053US\$ (Banco de Portugal).*

O Brasil desperta forte interesse entre empresas portuguesas, hoje presentes em diferentes áreas de negócio no Brasil, em particular nos setores de turismo, construção e obras públicas, energia, ambiente, agroalimentar e bebidas, equipamentos industriais, componentes para a indústria automobilística, tecnologias de informação e comunicação, serviços e distribuição.

6. Principais acordos bilaterais

No que se refere ao relacionamento do Brasil com a UE, o quadro legal está contido, basicamente, no Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação MERCOSUL/UE, assinado em 15 de dezembro de 1995 e em vigor desde 1 de julho de 1999, e no Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE assinado em junho de 1992 e em vigor desde 1 de novembro de 1995.

Os principais objetivos deste Acordo-Quadro Brasil/UE, mesmo não estabelecendo concessões tarifárias preferenciais, são a diversificação de trocas comerciais entre as partes e a intensificação da cooperação econômica, industrial, científica, tecnológica e financeira.

Também existe um acordo para a cooperação científica e tecnológica, com data de 11/11/2005, cujo principal objetivo é que as partes (UE e Brasil) encorajem, desenvolvam, e facilitem atividades cooperativas em áreas de interesse comum, executando e suportando a pesquisa científica e tecnológica e atividades de desenvolvimento. A íntegra deste acordo pode ser consultada no seguinte site: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A22005A1111%2801%29>.

Para informação mais pormenorizada sobre o relacionamento bilateral entre a UE e o Brasil, pode ser consultado o Portal da UE no site https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazi_en, no tema Relations with the EU ou Practical Information.

Acordos Relevantes entre Brasil e Portugal

Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (ACEI)

em vigor desde 17.06.1982

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1981/04/07900/08550856.pdf>

Acordo para a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos (APPRI)

aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1994/08/184A00/45584561.pdf>

Acordo Quadro de Cooperação (AQC)

em vigor desde 07.07.1995

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1993/05/102A00/22272230.pdf>

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC) e Acordo para Retificação do artigo 9º. (AR)

em vigor desde 05.09.2001

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2000/12/287A00/71727187.pdf>

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Protocolo Anexo (CEDT)

em vigor desde 05.10.2001 (mais informação no site da Autoridade Tributária e Aduaneira em CEDT e FAQ's – IRC/IRS)

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2001/04/098A00/24042413.pdf>

Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (ACRN)

em vigor desde 20.10.2003

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2003/09/217A00/60846086.pdf>

Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (AFCP)

em vigor desde 05.12.2007

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2003/09/221A00/61846186.pdf>

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (ACDT)

em vigor desde 01.11.2008

Link ao texto Legal no DR: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/43-1981-389596>

Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social (ASS)

em vigor desde 16.04.1995; Acordo de Alteração (AA), em vigor desde 01.05.2013

Ajuste Administrativo para Aplicação do Acordo (AAAA)

em vigor desde 28.12.2015, com produção de efeitos desde 01/05/2013

Link ao Texto Legal no DR: <https://dre.pt/application/file/a/73935045>

<http://dre.pt/pdf1s/2009/02/04000/0130701310.pdf>

Recentemente, por ocasião da visita do Presidente Lula da Silva a Portugal, em abril de 2023, no contexto da XIII Cimeira Luso-Brasileira, foram firmados 13 novos instrumentos de cooperação, cujos textos podem ser consultados no seguinte site https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lista-e-integra-dos-atos-assinados-no-centro-cultural-de-belem-em-22-de-abril-de-2023-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-portugal:

- **Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil**
assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário);
- **Acordo em Matéria de Proteção de Testemunhas;**
- **Acordo sobre a criação da Escola Portuguesa de São Paulo;**
- **Memorando de Entendimento para a criação de mecanismos de cooperação bilateral para o intercâmbio de boas práticas na promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência;**
- **Memorando de Entendimento no domínio da Energia;**
- **Memorando de Entendimento no domínio da Geologia e Minas;**
- **Memorando de Entendimento para promover o Reconhecimento Mútuo de Títulos de Condução;**
- **Memorando de Entendimento para Cooperação Internacional entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Ministério da Economia e do Mar e a Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz;**
- **Protocolo de Cooperação entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, de Portugal, e a Agência Nacional do Cinema – Ancine, do Brasil, para o fomento à coprodução cinematográfica.**
- **Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa, a Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space,**

o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Brasileira, para Cooperação de Uso Pacífico do Espaço, Ciências Espaciais, Tecnologias e Aplicações;

- Declaração de intenções na área de saúde - “Carta de Lisboa”;
- Memorando de Entendimento entre a Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo e o Turismo de Portugal, I.P.;
- Protocolo de cooperação entre a Lusa e a Empresa Brasileira de Comunicações.

V. ACESSO AO MERCADO – COMO EXPORTAR

1. Informações Gerais

Os Estados-Membros da União Europeia estão sujeitos a uma política comercial comum. Um dos objetivos da política comercial da União Europeia (UE) é garantir o acesso das empresas europeias aos mercados de países terceiros. Neste sentido a Comissão da UE lançou a Estratégia de Acesso ao Mercado que inclui os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e as Associações Empresariais, e que tem como objetivo não apenas a eliminação de barreiras ao comércio e investimento, mas também vários aspectos ligados à aplicação dos Acordos de Comércio Livre da UE. A Estratégia de Acesso ao Mercado visa, assim, identificar barreiras ao comércio e ao investimento em países terceiros, com vista à sua eliminação; prevenir o aparecimento de novas barreiras em países terceiros; acompanhar a aplicação dos Acordos de Comércio Livre (ACL) da União Europeia, nomeadamente, os trabalhos dos comitês técnicos previstos nesses acordos; acompanhar os Comitês Técnicos da Organização Mundial de Comércio; disponibilizar informação aos operadores e partes interessadas sobre as condições de acesso ao mercado nos países terceiros, nomeadamente através do site Access2Markets.

O Access2Markets é um site da Comissão Europeia, que permite aos exportadores consultarem as exigências e impostos aplicados pela UE. Pode ser consultado em <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/en/home>.

2. Sistema tarifário

Sendo a UE uma união aduaneira, o regime tarifário de importação adotado pelos Estados-Membros obedece à mesma legislação unificada, aplicando imposições alfandegárias iguais para produtos provenientes de países terceiros, consolidadas na Pauta Aduaneira Comum. O mesmo regime prevê a concessão por parte da UE de vantagens aduaneiras às mercadorias originárias de países em desenvolvimento, por intermédio do Sistema Geral de Preferências (SGP), e a países com os quais a UE mantém acordos preferenciais estabelecidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O importador interessado poderá se beneficiar deste regime mediante a comprovação da origem das mercadorias, através do “Certificado de Origem FORM A”, ou através do “Certificado de Circulação de Mercadorias EUR1”.

Mercadorias provenientes de países fora da UE estão sujeitas ao pagamento de direitos aduaneiros, na forma de imposto de importação. As taxas do imposto variam segundo o tipo de mercadoria, a qual está classificada no Sistema Harmonizado²³, que permite identificar com precisão o produto e verificar quais as linhas e regras pautais aplicáveis. O valor para o cálculo do imposto é designado “valor aduaneiro”, que é o somatório do preço declarado na fatura, e efetivamente pago na aquisição do produto, com os custos de transporte e de seguro, conjunto denominado preço CIF²⁴ (custo, seguro e frete). Além do imposto de importação, a mercadoria importada está sujeita, como as demais em circulação na UE, ao Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), cuja taxa mais alta em Portugal é 23%. O valor tributável para efeitos do cálculo do IVA é constituído pelo “valor aduaneiro”, acrescido do montante apurado dos direitos aduaneiros e de outros tributos eventualmente cobrados.

Os direitos aduaneiros previstos são, na sua maior parte, estabelecidos na base “ad valorem”. Direitos específicos expressos em valores predeterminados por unidades de volume aplicam-se sobre alguns produtos agrícolas, bebidas alcoólicas e carvão. Em alguns casos, além do direito de importação “ad valorem” e dos direitos específicos, existem direitos compensatórios, aplicáveis a produtos cujo preço de entrada no mercado comunitário seja inferior ao praticado na UE. Para produtos contendo farinha ou açúcar, são aplicados direitos adicionais específicos, consoante a quantidade neles contida.

As mercadorias postas em livre circulação²⁵ na UE estão isentas de controle alfandegário no espaço comunitário, embora sujeitas à fiscalização de qualidade e características técnicas. Quando em circulação no espaço da UE, as mercadorias devem estar acompanhadas dos documentos exigidos pelas autoridades nacionais, tais como: guia de transporte, fatura comercial e certificados de conformidade, qualidade, sanitários e fitossanitários.

Na ilha da Madeira funciona uma Zona Franca onde as mercadorias podem ser depositadas livres de direitos aduaneiros, restrições quantitativas ou de medidas de efeito equivalente. As empresas que se instalam na Zona Franca têm benefícios fiscais e financeiros.

Com o objetivo de proteção dos consumidores, a UE tem vindo a harmonizar as regras de rotulagem, apresentação e publicidade de vários produtos, como alimentares e brinquedos, para assim minimizar os entraves à livre circulação de mercadorias no território comunitário.

23. Pode ser consultado em: <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/pt/content/sistema-harmonizado>.

24. CIF: cost, insurance and freight

25. Mercadorias em livre circulação são as introduzidas nos países da UE após o cumprimento de formalidades de importação (pagamento de direitos aduaneiros e outras taxas) podendo circular livremente por todo o espaço comunitário sem necessidade de cumprimento de formalidades adicionais.

Para efeitos de importação, a UE utiliza a Pauta Integrada das Comunidades Europeias-TARIC, nomenclatura com desdobramento adicional de 2 dígitos e estruturada com base na NC (Nomenclatura Combinada). Contém as taxas dos direitos aduaneiros, regimes aduaneiros, as tabelas de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), as regras da UE aplicáveis ao seu comércio externo, as taxas preferenciais do SGP e, além de outras informações, notas explicativas sobre a aplicação de normas específicas, técnicas ou fitossanitárias. O endereço para consulta é: <https://pauta.portaldasfinancas.gov.pt/pt/partespauta/partes/Pages/partes-da-pauta-de-servico.aspx>.

Na condição de responsável pela gestão da TARIC, a Comissão Europeia atualiza-a diariamente em seu site oficial TARIC. Em Portugal, as informações sobre as nomenclaturas estão disponíveis no Portal das Finanças através do endereço na Internet: <https://pauta.portaldasfinancas.gov.pt/pt/partespauta/partes/Documents/PARTE20.pdf#search=TARIC>.

Outras taxas aplicadas à importação

Os produtos importados também estão sujeitos ao pagamento do imposto sobre IVA. As taxas de IVA para Portugal Continental estão divididas em taxa normal (23%), taxa intermédia (13%) e taxa reduzida (6%), aplicando-se as duas últimas, normalmente para produtos alimentares, livros, jornais e revistas de informação geral, produtos farmacêuticos ou a bens e serviços de atividades agrícolas. Nas Regiões Autônomas da Madeira e dos Açores, as taxas são diferenciadas: na Madeira, normal 22%, intermédia 12%, reduzida 5%; nos Açores, 16%, 9% e 4%, respectivamente.

Informação mais detalhada está disponível para consulta em: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/Pages/codigo-do-iva-indice.aspx.

Mercadorias como o tabaco, bebidas e óleos minerais (combustíveis) estão sujeitas ao pagamento dos impostos especiais sobre o consumo (IEC):

- a) O imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes (IABA);
- b) O imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP);
- c) O imposto sobre o tabaco (IT).

Para conhecer as respectivas alíquotas, é indispensável a consulta às tabelas, disponíveis em: https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/legislacao_aduaneira/Pages/default.aspx

3. Regulamentação de Importação da União Europeia

Regulamentação geral

A política comercial comunitária tem três principais vertentes:

- Política de defesa comercial (medidas antidumping, anti-subsídios e vigilâncias e salvaguardas), com objetivo principal da defesa do mercado interno europeu contra práticas consideradas desleais de terceiros países;
- Aprofundamento das regras multilaterais de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Nova estratégia de acesso a mercados de países terceiros com o objetivo de fortalecer a capacidade da UE de remover barreiras em mercados externos para produtos europeus.

Medidas de defesa comercial

MEDIDAS ANTIDUMPING

O Regulamento (CE) 1036/2016 do Conselho e do Parlamento, de 8 de junho de 2016, tem como objetivo a defesa contra as importações europeias objeto de dumping por parte de países não membros da Comunidade Europeia. O mesmo transpõe para a ordem jurídica da UE os termos do Acordo Anti-dumping da OMC, e tem como objetivo assegurar uma aplicação adequada e transparente das regras anti-dumping.

Este Regulamento sofreu alterações pelo Regulamento (UE) 2017/2321 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017 e pode ser consultado em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32016R1036>

Uma medida antidumping apenas permanece em vigor enquanto for necessária para combater o dumping que estiver causando prejuízo a empresas europeias. A vigência da aplicabilidade dos direitos antidumping é de cinco anos, findos os quais há lugar ao reexame das condições, feito por iniciativa da Comissão ou a pedido dos produtores da UE. Os direitos mantêm-se em vigor durante o reexame.

Contudo, a aplicação dessas medidas só é possível se estiverem reunidas três condições:

- 1 O produto ser vendido a preço de exportação inferior a seu valor normal, isto é, a preço inferior ao preço comparável praticado no mercado do país exportador relativamente a um produto similar;

- 2 As importações objeto de dumping causarem ou ameaçarem causar prejuízo importante no ramo de produção nacional do país importador;
- 3 A existência claramente verificada denexo de causalidade entre as importações objeto de dumping e o prejuízo importante causado ao ramo de produção em questão.

Existem alguns produtos brasileiros aos quais se aplica essa medida, tais como “produtos laminados a quente, de ferro, aço não ligado ou de outras ligas de aço” (consultar texto da medida europeia antidumping, revista a 2 de setembro de 2019, no seguinte endereço):

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R1382&from=PT>

ANTI-SUBVENÇÕES

O Regulamento (UE) 1037/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, visa defender o mercado europeu das importações efetuadas através de subvenções de países não membros da União Europeia. O mesmo transpõe para as normas jurídicas da UE as disposições do Acordo relativo às subvenções concluído no âmbito da OMC, a fim de assegurar uma aplicação eficaz e transparente das normas relativas às subvenções.

Este Regulamento sofreu alterações pelo Regulamento (UE) 2017/2321 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017 e pode ser consultado em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32016R1037>

Com base neste regulamento, a UE pode instaurar um direito de compensação (medida anti-subvenções) que visa neutralizar a introdução de qualquer subvenção em livre prática na UE, caso se verifique que a sua concessão, direta ou indireta, ao fabrico, produção, exportação ou transporte de produtos de um país terceiro, possa causar prejuízo à indústria comunitária.

As medidas de compensação apenas são aplicáveis se a subvenção tiver carácter específico²⁶ a uma empresa ou a um grupo de empresas ou de indústrias.

O anexo I do Regulamento tem uma lista de exemplos de subvenções às exportações consideradas específicas e também a definição das subvenções que não estão sujeitas a medidas de compensação (subvenções não específicas ou subvenções que incidem sobre ativi-

26. Carácter específico ocorre caso a entidade que concede a subvenção limite expressamente a certas empresas ou setores o acesso à subvenção.

dades de investigação, e são concedidas a regiões desfavorecidas ou favorecem a proteção do ambiente).

O Acordo contém, igualmente, disposições no que concerne à utilização das medidas de compensação, isto é, os direitos instituídos pelo país importador para compensar o efeito da subvenção. Trata-se de regras similares às aplicáveis no caso das ações antidumping.

A aplicação das medidas anti-subvenções deste regulamento é sujeita a requisitos idênticos aos do anti-dumping: existência de subvenções, prejuízo e respectivo nexo de causalidade e, no caso da UE, o “teste do interesse da União”.

VIGILÂNCIAS E SALVAGUARDAS

Estas medidas constituem exceções ao Regime Comum de Importações da UE e fazem parte do direito europeu, estando enquadradas no Regulamento (UE) 2015/478 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, relativo ao regime comum aplicável às importações.

A sua aplicabilidade recai sobre todos os países terceiros, exceto países em desenvolvimento que exportem menos de 3% das importações do produto em causa para Comunidade.

AS VIGILÂNCIAS

Caso a evolução de mercado de determinado produto possa ser uma ameaça ou causar prejuízo a algum produtor da UE que produza produtos similares ou concorrentes, a sua importação para o Mercado Comum pode ser sujeita a um controle da União, por decisão da Comissão.

A vigilância pode ser feita a priori das importações (sujeita à apresentação de um documento de importação) ou a posteriori (através de vigilância estatística). A aplicação destas medidas pode se iniciar devido a um pedido dos Estados-Membros ou por iniciativa da Comissão.

AS MEDIDAS DE SALVAGUARDA

Para que estas medidas sejam implementadas é necessário que a importação de determinado produto consagre quantidades muito elevadas e/ou seja importado em condições que causem ou ameacem causar um prejuízo grave aos produtores comunitários. No caso de mercados membros da OMC, estas condições são cumulativas. A Comissão pode instaurar contingências às importações se aquelas condições forem verificadas.

Caso sejam fixadas contingências, é analisada a possibilidade de manter, se possível, os fluxos comerciais tradicionais e o volume dos contratos celebrados antes da entrada em

vigor da medida (a contingência não deve ser inferior à média das importações dos três últimos anos).

A duração das medidas de salvaguarda não deverá exceder quatro anos, mas pode ser prorrogada até um máximo de oito anos, caso ao fim dos quatro se verifiquem as mesmas condições que a adoção da medida inicial.

As medidas de salvaguarda aplicam-se às importações efetuadas após a sua entrada em vigor, mas não a produtos já expedidos. Podem, excepcionalmente, ser limitadas a uma ou mais regiões da UE.

Regulamentação específica

FITOSSANIDADE, EMBALAGENS E RÓTULOS:

1) Atualmente as regras fitossanitárias da UE visam a proteção a agricultura e a silvicultura da Europa prevenindo a entrada e propagação de pragas alóctones²⁷. Inicialmente tais regras foram estabelecidas na Diretiva 2000/29/CE do Conselho da Europa, estabelecendo a legislação, que assentava nos princípios da Convenção Fitossanitária Internacional (CFI) e do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio. No entanto, concluiu-se que tais regras não eram suficientes para combater o maior afluxo de novas pragas e doenças dos vegetais, resultantes da mundialização do comércio e, por outro lado, para combater a facilidade de sobrevivência dessas pragas e doenças na Europa, devido às alterações climáticas. Deste modo, foi criado o novo Regulamento (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016 para estabelecer um quadro mais forte, transparente e sustentável para a proteção fitossanitária na UE.

O regulamento pode ser consultado em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:32016R2031>.

As medidas fitossanitárias aplicam-se em particular a produtos de origem animal e vegetal, nacionais ou importados. O objetivo destas medidas é evitar a propagação de organismos nocivos para o consumo humano, assim como, para animais e plantas ou produtos vegetais em toda a UE.

As restrições técnicas de modo geral abrangem o cumprimento de normas relativas à segurança e à qualidade dos produtos. São impostas com o objetivo de garantir homogeneidade entre produtos introduzidos no mercado da UE e os produzidos internamente, de modo a que todos cumpram os mesmos requisitos técnicos e de qualidade e segurança, em função do consumidor.

27. Alóctone: que não tem origem no local onde se encontra ou onde se manifesta.

No caso específico de exportações de carne bovina para a UE, as empresas brasileiras interessadas estarão sujeitas a inspeções sanitárias por técnicos da UE, durante as quais são examinadas as condições higiênicas e a qualidade do produto final de estabelecimentos de abate e de processamento. Caso aprovado, o estabelecimento é incluído na lista de empresas habilitadas a exportar para a UE elaborada pelo DIPOA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

2) Embalagem e rotulagem: O Regulamento (UE) 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, é a norma básica relativa à rotulagem de gêneros alimentícios na UE. Tem como principal objetivo informar os consumidores sobre a composição dos alimentos, permitindo-lhes melhores escolhas e mais informação acerca de eventuais relações do produto com a ordem econômica ou social, o ambiente, a ética ou a saúde.

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES:

Declaração nutricional — é obrigatória a informação sobre valor energético, quantidades de ácidos gordos saturados, hidratos de carbono, açúcares, proteínas e sal. A declaração nutricional deve ser expressa por 100 g/ml.

País de origem — obrigatória a identificação, em todos os rótulos de produtos alimentares ou alimentícios, do país de origem do produto. Identificação do estabelecimento produtor e do importador ou distribuidor da carne de bovino e de produtos à base de carne de bovino, mel, frutas, produtos hortícolas e peixe.

Datas de produção ou fabricação, de validade ou de limite preferencial de consumo após abertura de embalagem.

Legibilidade — sendo a boa legibilidade um fator importante na otimização da influência que as informações no rótulo podem ter sobre o público, as menções obrigatórias terão de obedecer a uma altura mínima que dependerá da área de superfície maior da embalagem ou recipiente.

Alergênicos — a informação deverá constar em rótulos e embalagens de todos os gêneros alimentícios (pré-embalados ou a granel). Na lista de ingredientes, os nomes alergênicos deverão aparecer destacados dos restantes ingredientes.

Bebidas com alto teor de cafeína: as embalagens ou rótulos deverão mencionar sua existência, referindo o respectivo teor e, ainda, que seu consumo não é recomendado a crianças, grávidas ou lactantes.

Produtos contendo glúten e lactose — suas embalagens e rótulos deverão mencionar sua existência.

Óleos vegetais — identificação dos óleos vegetais utilizados no produto alimentício final, bem como indicação de utilização de óleo de palma.

Produtos têxteis e de vestuário devem apresentar etiqueta com indicação do país de origem. Têxteis produzidos com diferentes fibras devem indicar na etiqueta a porcentagem de cada uma na composição do tecido.

Produtos químicos de uso ou aplicação específicos deverão apresentar símbolos e dizeres adequados às respectivas características, por exemplo, “inflamável” ou “tóxico”, etc.

Produtos cosméticos ou medicamentosos seguem normativa própria que deve ser consultada junto ao Instituto da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) (www.infarmed.pt), a respectiva autoridade reguladora.

O texto integral do Regulamento 1169/2011 está disponível em <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:304:0018:0063:PT:PDF>.

Segurança alimentar e fiscalização econômica

Em Portugal, a fiscalização da segurança alimentar e econômica é realizada pela Autoridade de Segurança Alimentar e Econômica (ASAE). Esta autoridade é a responsável pela avaliação de riscos na cadeia alimentar e pela comunicação pública de perigos ou de proibição de comercialização de produtos alimentícios e alimentares. Disciplina também o exercício das atividades econômicas nos setores alimentares e não alimentares, mediante fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas.

Marcas e Patentes

No que diz respeito às marcas comerciais, as empresas estrangeiras e portuguesas devem registrar as suas marcas comerciais no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Ao abrigo da lei portuguesa, este registro tem a duração de 10 anos, sendo sempre renovável por períodos de igual tempo. A formalização do pedido de registro de marca e o pagamento das taxas pode ser efetuados online.

As patentes de empresas estrangeiras também têm de ser registradas no INPI, pelo agente local, que precisa fornecer todas as especificações. A validade é de 20 anos, também estando as patentes sujeitas ao pagamento de taxas.

Regime cambial - taxa de câmbio

A taxa de câmbio no desembaraço aduaneiro de mercadorias é indispensável para determinação do valor aduaneiro. É estabelecida para vigorar durante 30 dias a cada penúltima

quarta-feira do mês. Na eventualidade de não ser definida numa daquelas quartas-feiras, a taxa a considerar será a que tiver sido estabelecida e publicada antes dessa quarta-feira.

As taxas de câmbio definidas para efeitos de comércio exterior são indicadas pelo Banco de Portugal (BdP) e dividem-se em:

- Taxas de Câmbio de Referência: relativa às principais moedas e cuja paridade é fixada regularmente pelo Banco Central Europeu (BCE), consultar: <http://www.bportugal.pt>,
- Outras Taxas de Câmbio: relativas a outras moedas, sendo, neste caso, as paridades indicativas.

Ambas são aplicáveis ao câmbio de venda, para a importação, e ao câmbio de compra, para a exportação.

4. Documentos e formalidades

Embarques no Brasil

Antes do desembaraço alfandegário, o importador deve ter em sua posse todos os documentos essenciais para concretizar a operação:

- Fatura Comercial;
 - Romaneio de Carga ou Packing List
 - Nota Fiscal de Exportação
 - Declaração de Exportação
 - Certificado de Origem
 - Conhecimento de Embarque (emitido após o embarque)
 - Certificado sanitário ou fitossanitário, quando aplicável.
-
- A Fatura Comercial é um documento base de qualquer transação comercial, devendo conter os seguintes elementos: nome e endereço do exportador/importador, data de emissão, local de embarque, meio de transporte, descrição detalhada da mercadoria, peso bruto e líquido, preço unitário e total de fábrica acrescido de custos de transporte, seguro e outros, país de origem e assinatura do representante da empresa exportadora.
 - O Romaneio de Carga é o documento que contém a lista de todas as mercadorias embarcadas ou de todas as partes que constituem uma carga, caso esteja fracionada. O seu objetivo é facilitar a identificação e localização de qualquer produto dentro da carga, quer para a fiscalização, quer para o importador, tanto no embarque como no desembarque.

- Nota Fiscal de Exportação inclui todas as informações relativas à mercadoria e é primordial para realizar o despacho aduaneiro e o embarque. Permite a circulação da mercadoria desde o país de origem ao destino.
- Declaração de Exportação é um documento eletrônico que serve de base para o despacho aduaneiro de exportação e contém informações, que caracterizam a operação de exportação, de natureza aduaneira, administrativa, comercial, financeira, tributária, fiscal e logística.
- O Certificado de Origem é emitido pelas entidades de classe do setor a que pertence o produto a ser exportado. Os certificados de natureza sanitária são emitidos pelas respetivas autoridades sanitárias, como sejam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Saúde.
- O Conhecimento de Embarque oficializa a contratação da operação do transporte internacional, comprova o recebimento da carga na origem, além da obrigação de entregá-la no destino, transmitindo a prova de posse e a propriedade da mercadoria. É emitido pela empresa responsável pelo transporte da mercadoria.

Desembarço alfandegário em Portugal

Todos os envios feitos para Portugal a partir do exterior da UE estão sujeitos a controle aduaneiro.

Assim como no embarque, no processo de desembarço alfandegário em Portugal devem ser apresentados os seguintes documentos:

- Fatura Comercial – contendo nome, endereço de exportador/importador, descrição da mercadoria, peso, quantidade e outros;
- Conhecimentos de Embarque – com dados idênticos aos da fatura comercial;
- Certificado de Origem – documento que atesta a proveniência da mercadoria. A apresentação é obrigatória no caso de importações de mercadorias com preferências pautais (EUR1 e FORM A).

Outros documentos: na UE são cada vez mais as mercadorias sujeitas à apresentação de certificados sanitários, fitossanitários, de qualidade ou de conformidade.

Porto Seco – Terminais de Retaguarda

A figura legal de Porto Seco é muito recente em Portugal, tendo sido aprovada a sua criação recentemente, pelo Decreto Lei nº 24/2022, de 4 de março de 2022, o qual atribui

à APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A., as competências de gestora de infraestrutura ferroviária relativamente ao terminal ferroviário da Guarda, localidade na qual se criará o primeiro porto seco em Portugal.

Até então, os Porto Secos eram designados de terminais de retaguarda: terminais intermodais terrestres diretamente ligados à ferrovia, rodovia ou via área, destinados a operações de importação, reexportação e distribuição de mercadorias. Seus serviços abrangem transbordo de carga, zonas de armazenagem, tratamento e consolidação de cargas e outros serviços aduaneiros. A utilização dos portos secos permite que as mercadorias exportadas/importadas cheguem aos portos preparadas para o embarque/desembarque de forma mais eficiente. Funcionam como plataforma logística.

Quanto aos procedimentos aduaneiros, são prestados os seguintes serviços no Porto Seco:

- gestão das mercadorias relativamente a seu estatuto aduaneiro;
- apresentação das mercadorias de importação/exportação à Alfândega;
- gestão de documentação aduaneira.

Em Portugal, existem onze plataformas logísticas, complementadas com dois Centros de Carga Aérea no Porto e em Lisboa:

- Plataformas urbanas nacionais – Maia/Trofa e Poceirão: localizam-se perifericamente às duas principais áreas metropolitanas do país, Porto e Lisboa. De grande dimensão, estão vocacionadas como grandes centros de distribuição, beneficiam da proximidade a nós completos do sistema nacional e internacional de transportes, incluindo o transporte aéreo.
- Plataformas portuárias – Portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Sines: localizadas na imediação destes portos, são polinucleares. Retiram partido da sua localização privilegiada na costa ocidental do continente europeu, complementam a atividade portuária; promovem a intermodalidade, em particular na ligação com o transporte ferroviário.
- Plataformas transfronteiriças – Valença, Chaves, Guarda e Elvas/Caia: localizadas na proximidade daqueles que são os principais eixos de fluxos com o exterior.
- Plataforma regional – Tunes: vocacionada para servir a região do Algarve.
- Centros de Carga Aérea - Porto e Lisboa: agilizam e concentram as operações relacionadas com a carga aérea, aumentando a capacidade de processamento, com uma redução do tempo envolvido.

5. Regimes especiais

Zona Franca

Na ilha da Madeira existe uma Zona Franca. Os benefícios fiscais, na Zona Franca, traduzem-se na redução das taxas de IVA, IRS e IRC.

Importação temporária

A importação temporária permite a entrada das mercadorias na UE com isenção de impostos, desde que se destinem a ser reexportadas sem sofrer qualquer alteração. O período máximo de permanência das mercadorias ao abrigo deste regime é de um ano.

Ata Carnet

Portugal é signatário da Convenção do Ata Carnet (Admission Temporaire/Temporary Admission) documento alfandegário internacional ao abrigo do qual mercadorias, material ou equipamento profissional destinado a feiras e exposições e espetáculos são admitidos sem pagamento de tributos aduaneiros em mais de cem países para uma permanência de até um ano no país.

O Ata Carnet opera sob convenções alfandegárias internacionais administradas pela Organização Mundial das Alfândegas (WCO).

O sistema é dirigido pelo Conselho Mundial do ATA Carnet em cooperação com a WCO. O Conselho estabeleceu grupos de trabalho regionais para promover o Ata Carnet em países da África, Ásia e do Pacífico, da América Latina, Europa de Leste e do Médio Oriente.

Mediante o ATA Carnet, o seu utilizador pode:

- Desalfandegar bens e produtos a um custo fixo predeterminado;
- Transitar com as mercadorias por mais de um país;
- Usar o mesmo documento para várias viagens durante o seu período de validade;
- Retornar ao seu país de origem sem problemas ou atrasos;
- Promover o trânsito das mercadorias dentro do território aduaneiro, sem necessidade de controlos específicos.

Cada país aderente ao sistema ATA tem uma única entidade responsável, aprovada pelas autoridades alfandegárias nacionais e pela Federação Mundial das Câmaras de Comércio (WCF), e habilitada a emitir e a autorizar outras Câmaras de Comércio no território nacional a emitir Carnês sob a sua supervisão. Em Portugal é a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. No Brasil é a Confederação Nacional da Indústria-CNI. Mais informações detalhadas sobre o ATA Carnet podem ser encontradas em <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/conhecendo-temas-importantes-1/ata-carnet-1> ou <https://www.fazcomex.com.br/importacao/ata-carnet/>.

Aperfeiçoamento ativo e Drawback

O aperfeiçoamento ativo suspensivo é um regime através do qual as mercadorias destinadas a transformação ou processamento na UE podem ser introduzidas num país membro da União com suspensão dos direitos de importação e de outras taxas, para futura exportação do produto final. A introdução de mercadoria está sujeita à apresentação de garantia bancária para cobertura das taxas suspensas.

A importação sob o regime de aperfeiçoamento ativo suspensivo pode ter origem em armazéns alfandegários da UE ou em países terceiros. No sistema Drawback, os direitos aduaneiros e demais taxas são pagos à entrada da mercadoria e reembolsados quando da saída da mesma, depois de efetuadas as transformações.

VI. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Canais de distribuição

Considerações gerais

O comércio, a indústria transformadora, a administração pública e o setor empresarial do Estado são os principais canais de importação em Portugal.

Canais do comércio

Em 2021, operavam 215,7 mil empresas no setor do comércio, gerando um volume de negócios (VGN) de US\$166,2 bilhões (+12,2% em comparação com 2020). O setor era constituído, na sua maioria, por empresas em nome individual (52%, -0,7 pontos percentuais (p.p.) em comparação com 2020), mas as sociedades foram responsáveis por 97% do VGN gerado (+0,3 p.p. face a 2020).

O comércio atacadista contribuiu com mais de metade de VGN do setor (51%, +1,2 p.p. versus 2020), o comércio varejista com 36% (-0,9 p.p. comparado a 2020) e o comércio automóvel com 13% (-0,3 p.p. em relação a 2020).

— **Atacadistas (grossistas):** Composto por micro, pequenas, médias e grandes empresas especializadas e não especializadas. Dependendo da sua dimensão, podem importar as mercadorias diretamente do exterior, através das suas centrais de compras e podem vender exclusivamente ao comércio varejista, a profissionais e/ou ao público.

— **Varejistas (retalhistas):** Composto por micro, pequenas, médias e grandes empresas que, dependendo da sua dimensão, podem importar as mercadorias diretamente do exterior, através das suas centrais de compras e vendem, em alguns casos, sob marcas próprias. Alguns operadores podem estar presentes, simultaneamente, no comércio varejista e atacadista.

De acordo com os resultados do Inquérito às Empresas de Comércio de 2021 e tendo por base a classificação de produtos CPA (Classificação estatística dos produtos por atividades na comunidade europeia), se constata que no comércio grossista a maior cota do VGN

pertence à venda de “produtos alimentares, bebidas e tabaco” (25,2%; -0,4 p.p. face a 2020). No comércio a retalho, o responsável por 22,9% da cota do VVN é a venda de frutos e produtos hortícolas, carne, peixe, produtos de padaria, leite e seus derivados e de ovos (-0,4 p.p. relativamente a 2020). Na análise do VVN das empresas do setor automóvel, se conclui que 63,8% pertence à venda de veículos automóveis.

No ano de 2021, em Portugal, existiam 3.650 estabelecimentos classificados como Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR) (-0,3% do que em 2020), empregando 121,6 mil trabalhadores (+2,7% em comparação com 2020) as quais geraram um volume de vendas de US\$21 bilhões (+5% comparando com 2020).

Ao nível do varejo alimentar, existiam 1.760 estabelecimentos, em 2021, número idêntico ao registrado em 2020. Estes foram responsáveis por um volume de vendas de US\$15 bilhões (+3,1% em comparação com 2020), nos quais a venda de “outros produtos alimentares” (inclui arroz, massas e cereais, entre outros) corresponderam a 13% das vendas totais (+0,2 p.p. do que no ano anterior), logo seguidos da “carne e produtos à base de carne” com 11,9% (-0,2 p.p.) e os “frutos e produtos hortícolas” (11,1%, -0,4 p.p.).

No varejo não alimentar, as UCDR foram responsáveis por vendas de US\$ 6 bilhões (+9,9% face a 2020), para as quais o “vestuário e acessórios” foi o produto mais vendido com 20,6% das vendas totais (+2,2 p.p. em comparação com 2020).

Indústria transformadora

A indústria transformadora é responsável por grande parte das importações de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. Segundo sua dimensão, as empresas importam diretamente ou através de agentes e representantes no país.

As empresas das indústrias transformadoras representam 5% das empresas em atividade do setor não financeiro em Portugal, segundo dados do INE, referentes a 2021, empregando 17,2% das pessoas ao serviço. São responsáveis por 22,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 23,7% do Excedente Bruto de Exploração (EBE).

O valor das vendas de produtos e da prestação de serviços industriais registrou, em 2021, US\$102 bilhões (+15%, em termos nominais, em comparação com 2020).

As cinco principais divisões (indústrias alimentares; fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis e fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos) cresceram 10,5% no seu conjunto, tendo um peso de 42,3% no valor total da produção vendida e serviços prestados das indústrias transformadoras (44% em 2020 e 45,5% em 2019).

As indústrias alimentares mantiveram, em 2021, o maior peso no total das vendas e prestação de serviços, com um crescimento de 5,1% em comparação com 2020, representando US\$13,1 bilhões, e representaram 12,9% do total das indústrias transformadoras. Na fabricação de veículos automóveis observa-se um valor semelhante ao registrado em 2020, US\$9,9 bilhões, ocupando o segundo maior peso (9,7%; -1,5 p.p. comparando com 2020). A fabricação de produtos metálicos cresceu 14% face a 2020, com o terceiro lugar no peso total de vendas e prestações de serviços (7%).

No que concerne ao mercado externo, as vendas da indústria cresceram 18,8% em 2021. As vendas para o mercado Extra-UE registraram um crescimento bastante maior do que as vendas para o mercado Intra-UE (+47,2% e +11,9%, respectivamente, comparando com 2020).

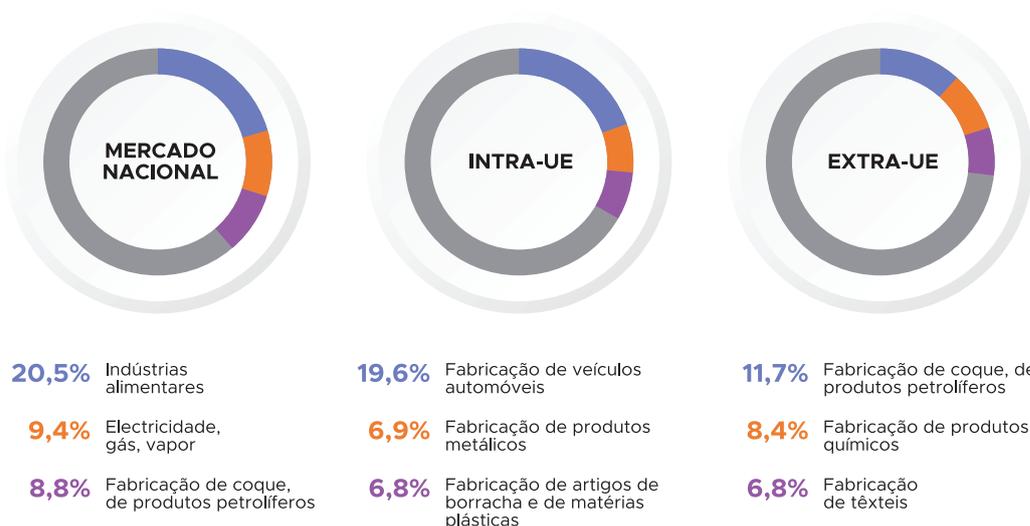


FIGURA 11
INE/API – Principais atividades industriais por mercado de destino, 2021

Administração pública e setor empresarial do Estado

A Administração Pública em sentido orgânico é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado e de outras entidades públicas que satisfazem regular e continuamente as necessidades coletivas; em sentido material, é a atividade propriamente dita desenvolvida por aqueles órgãos, serviços e agentes. É composta por três grupos de entidades:

Administração direta do Estado — (Lei n.º 4/2004 de 15 de janeiro, na versão atual), a qual de modo direto e imediato e sob dependência hierárquica do Governo, integra todos os órgãos, serviços e agentes integrados na pessoa jurídica do Estado, que desenvolvem uma atividade tendente à satisfação das necessidades coletivas. É composta pelos serviços centrais e serviços periféricos.

Administração indireta do Estado — (Lei n.º 3/2004 de 15 de janeiro, na versão atual), integra entidades públicas, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira que não dependem do Estado. Embora prossigam fins próprios do Estado, são entidades jurídicas que desenvolvem uma atividade administrativa de forma autônoma ao Estado. É composta por serviços personalizados, fundos personalizados e entidades públicas empresariais.

Administração Autônoma — integra todas as entidades que definem autonomamente e com independência a sua orientação e atividade, prosseguindo os interesses próprios das pessoas que as constituem. É composta pela Administração Regional (autônoma), Administração Local (autônoma) e Associações Públicas.

O Setor Empresarial do Estado (SEE) encontra-se integrado no Setor Público Empresarial, cujo regime jurídico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

O SEE é composto pelas unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas (onde o Estado de forma isolada ou conjunta, direta ou indiretamente, exerce influência dominante) e as empresas participadas (onde o Estado ou quaisquer outras entidades públicas detêm uma participação permanente, de forma direta ou indireta, mas sem influência dominante).

As compras da administração pública portuguesa tendem a ser centralizadas em agências do Estado, que utilizam plataformas eletrónicas onde é possível aceder aos vários concursos públicos e aos respectivos cadernos de encargos, disponíveis para consulta em: <https://comprasdoestado.pt/comprasdoestado/>.

Segundo dados do INE para o ano de 2022, o setor das Administrações Públicas (AP) apresentou uma necessidade líquida de financiamento (saldo negativo) de US\$820 milhões (-0,3% do PIB).

No mesmo ano, a receita total foi de US\$10,3 bilhões (+10,1%), tendo a receita corrente aumentado US\$11,48 bilhões (+11,6%). As componentes da receita corrente tiveram aumentos a ritmos diferentes, mas salienta-se o aumento dos impostos sobre o rendimento e o património, que representou 23,7%.

Em 2022, a despesa total das AP aumentou US\$4,53 bilhões (4,2%), tendo a despesa de capital crescido significativamente mais do que a despesa corrente (10,8% e 3,7%, respectivamente). Contribuíram para o aumento da despesa corrente, os acréscimos registados nas prestações sociais (exceto transferências sociais em espécie) e nas remunerações (7,2% e 3,1%, respectivamente). Por outro lado, registrou-se um decréscimo dos subsídios e dos juros pagos (cerca de 37% e 10,1%, respectivamente). Os crescimentos das transferências de capital concedidas (26,3%) e da formação bruta de capital (3,1%), contribuíram para o aumento da despesa de capital.

Canais de distribuição recomendados

O contrato de agenciamento ou de representação, em especial em setores-alvo fragmentados, poderá constituir o canal indicado, porque os agentes e representantes costumam deter bom conhecimento do mercado comprador e de suas características, e estão em permanente contato com potenciais compradores, desenvolvendo junto deles valiosa ação de prospecção e promoção.

A contratação de agentes é recomendável para bens de capital, bens de consumo durável ou bens intermediários, em virtude da necessidade de estocagem de pequenas quantidades também para fins de demonstração.

A venda direta poderá ser a melhor via no caso de setores com concentração de operadores para insumos básicos e bens intermediários (ambos constituindo a maior parte das atuais exportações brasileiras para Portugal).

O contrato de representação é o instrumento recomendado para empresas envolvidas no comércio internacional, e deve ser formulado em termos claros e objetivos, contendo cláusulas específicas de exclusividade e de resolução de controvérsias.

2. Promoção de vendas

Considerações gerais

As condições para a cobertura de custos promocionais pelas empresas exportadoras e importadoras são, de modo geral, estabelecidas em contrato de representação ou de agenciamento e dependem de fatores tais como: nível de comprometimento da representação, prazo estabelecido no contrato, cláusula de valores mínimos de investimento promocional por períodos de tempo e objetivos a atingir com as ações.

Principais Feiras e exposições

Em Lisboa, a Associação Industrial Portuguesa (AIP) - <http://www.aip.pt> - é a entidade que se encarrega da promoção e realização de feiras internacionais e nacionais. Fazem parte desta associação (grupo AIP), a FIL (Feira Internacional de Lisboa) com uma área coberta de cerca de 43.000m² e uma superfície total de 100.000m².

A Associação Empresarial de Portugal (AEP) - <http://www.aeportugal.pt/> - conta com o complexo Exponor - <http://www.exponor.pt/> -, um espaço de exposição com cerca de 60.000m² de área coberta, localizado nos arredores da cidade do Porto, que realiza mais de trinta feiras anuais de diferentes setores de atividade.

Estes dois espaços – a FIL e a Exponor –, onde têm lugar as principais feiras de âmbito internacional, surgem como um dos meios eficazes de promoção de produtos com possibilidades de penetração no mercado. No entanto, existem outras feiras de âmbito regional ou mais especializadas em alguns setores de atividade econômica, como:

- Expobeja, localizada na Cidade de Beja (<https://www.facebook.com/expobeja>);
- Ovibeja, em Beja (agrícola) (<http://www.ovibeja.pt/>);
- AveiroExpo, em Aveiro (<http://aveiroexpo.com/>);
- ExpoSalão, na Batalha (automóvel) (<http://www.exposalao.pt/>);
- Altice Forum Braga (<https://www.forumbraga.com/>).
- Expocosmética (<https://expocosmetica.exponor.pt/>)

Nos últimos anos, o Brasil tem participado na Feira BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) - <http://btl.fil.pt/> -, a maior plataforma de negócios para o setor do turismo em Portugal, por intermédio da Embratur e de algumas representações Estaduais.

O regime alfandegário das mercadorias a serem exibidas em feiras é o da admissão temporária, sendo o prazo limite de permanência de seis meses. A Associação Industrial Portuguesa (AIP) e a Associação Empresarial de Portugal (AEP) contam com um departamento habilitado para o tratamento de mercadorias destinadas a exposições em trânsito no país.

Veículos publicitários

Existem diversos veículos publicitários onde investir. Um dos principais meios de promoção utilizados é a **televisão**. Em anos recentes, com o aumento significativo de audiência, as empresas recorrem crescentemente a este veículo publicitário para a promoção de seus produtos. Ainda que dispendioso, é um meio promocional considerado eficiente. Portugal conta com mais de cem canais de televisão, detidos por diversos proprietários, nacionais e internacionais. O investimento em televisão representou cerca de 45% do investimento publicitário em Portugal nos primeiros meses de 2023.

A **rádio** é um recurso amplamente utilizado, em virtude da existência de grande número de emissoras no mercado, barateando o custo publicitário. É o meio promocional preferido por PME's e empresas de forte implantação regional.

A **internet** tem vindo a crescer exponencialmente como veículo publicitário. Por um lado, pelo número e aumento significativo de utilizadores deste tipo de meio. Por outro lado, porque ainda é um dos meios mais baratos para investir em publicidade, mas que permite segmentar e atingir de forma cirúrgica o público-alvo, assegurando maior eficácia e maior controle do investimento. Convém ressaltar que a utilização das redes sociais também pode ser veículo útil à concretização de alguns dos objetivos de marketing digital das empresas, em particular os relacionados com o branding, o reforço da sua visibilidade, angariação de novos clientes e fidelização. Em Portugal são aproximadamente 8,73 milhões de utilizadores da internet, em que 8,05 milhões são utilizadores das redes sociais. Nos primeiros meses de 2023, o investimento em digital terá sido de 34% do total do investimento publicitário em Portugal.

A **imprensa escrita** constituiu, no passado, um veículo promocional relevante, em particular publicações comerciais e técnicas e, em menor grau, os jornais que são mais utilizados por seguradoras, bancos, entidades oficiais e empresas produtoras de bens de consumo geral (refrigerantes, eletrodomésticos, computadores, livros...). As publicações especializadas são utilizadas por produtores em segmentos mais específicos do mercado. No entanto, este tipo de veículo tem vindo a perder relevância tendo em conta a maior pesquisa online e leitura digital. Com efeito, a criação da imprensa online teve um papel preponderante para o decréscimo da importância da imprensa escrita.

Os formatos de **mídia digital**, apesar de ainda estarem subdesenvolvidos em Portugal, em comparação com a Europa Ocidental, representaram 32% do total do mercado em 2022 e apresentam um crescimento a um ritmo mais rápido. De acordo com um estudo da IPG Mediabrands prevê-se um crescimento, para 2023, em todos os formatos digitais: formatos de search/e-commerce (15%), social (10%) e digital vídeo (17%), sendo que o investimento publicitário nestes meios crescerá a um ritmo mais rápido do que os meios lineares (TV, OOH-outdoors e rádio).

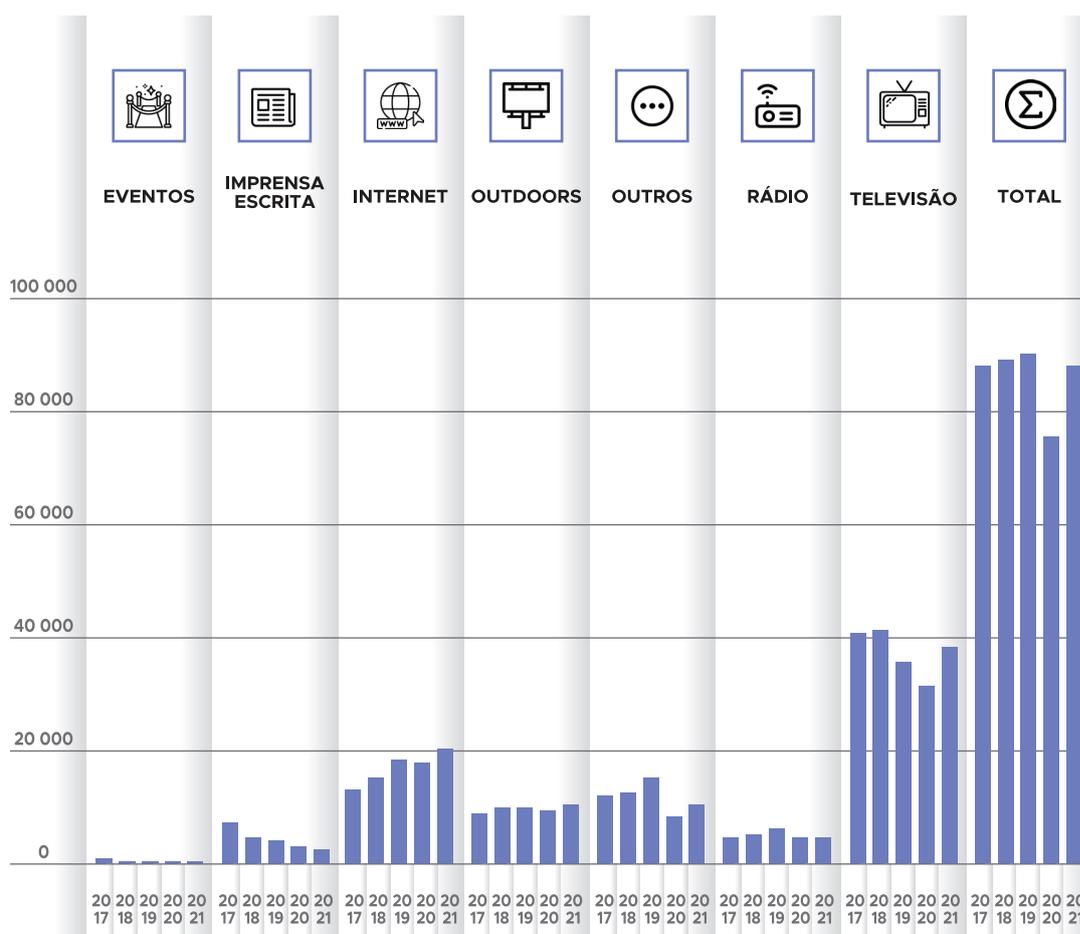


FIGURA 12
VENDA DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS (€/ANO) DAS EMPRESAS POR TIPO DE SUPORTE PUBLICITÁRIO
 Fonte: INE, Inquérito aos serviços prestados às empresas

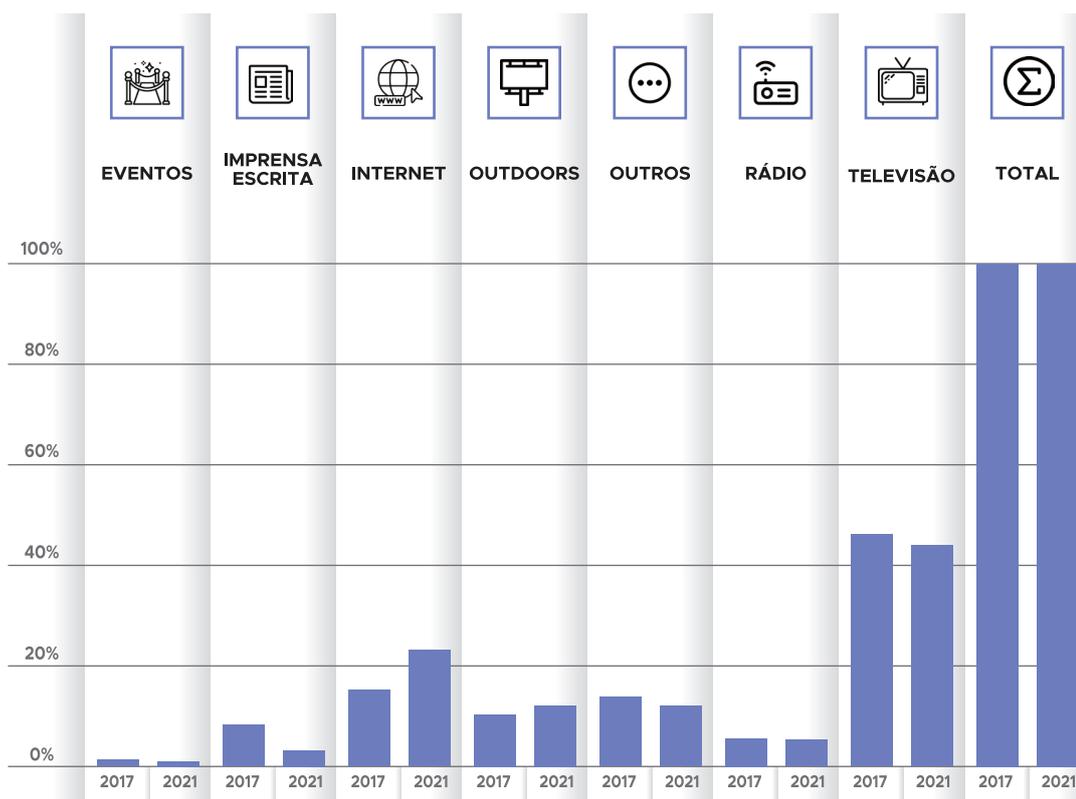


FIGURA 13
VENDE DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS (%) POR TIPO DE SUPORTE PUBLICITÁRIO, 2017 A 2021
 Fonte: INE, Inquérito aos serviços prestados às empresas

Consultoria de marketing

Uma empresa que decide atuar no mercado externo não pode deixar de realizar estudos de mercado aprofundados, que deverão incluir a análise do contexto legislativo, econômico e social do espaço de implantação do negócio, bem como a análise quantitativa e qualitativa dos consumidores e da concorrência.

Na impossibilidade de enviar especialistas para o mercado de trabalho, a empresa brasileira poderá recorrer a empresas de consultoria de marketing, habilitadas a elaborar estudos de mercado e a formular estratégias de inserção do produto/serviço brasileiro no mercado.

PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES DO SETOR:

AMA – Associação de Marketing e Atitude Empresarial
<http://www.amaempresarial.pt/>

Apodemo – Associação Portuguesa das Empresas de Estudos de Mercado e Opinião
<http://www.apodemo.pt/>

APPM – Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing
<https://www.appm.pt/>

AMD – Associação de Marketing Direto
<https://www.amd.pt/>

APAN – Associação Portuguesa de Anunciantes
<http://www.apan.pt/>

APAP – Associação Portuguesa das empresas de publicidade, comunicação e marketing
<http://www.apap.co.pt/>

3. Práticas comerciais

Negociações e contratos de importação

O idioma utilizado no relacionamento comercial Brasil-Portugal é o português. Geralmente, as comunicações entre empresas são realizadas via correio eletrônico, mas também através de processos convencionais, como correspondência postal e telefone. Os compromissos assumidos através dessas vias se resumem, muitas vezes, à consulta ou pedido de oferta por parte do importador potencial, cuja resposta poderá indicar as condições de venda do comerciante interessado em exportar, assumindo, então, força de contrato, caso seja escrito.

Os importadores portugueses preferem cotações CIF (custos, seguro e frete) ou C&F (custos e frete), apresentadas, em geral, em dólares norte-americanos ou euros (utilizados, sobretudo, para transações no território europeu). No que concerne aos portos, os de Lisboa, Sines ou Leixões são os preferidos dos importadores. Quanto às condições de pagamento, a carta de crédito e as ordens de pagamento à vista ou a prazo são as formas mais comuns.

O cumprimento de prazos de entrega constitui fator importante para o êxito de negócios com os agentes econômicos portugueses, de igual modo, valorizam-se a pronta resposta à correspondência e o estrito cumprimento do preceituado em contratos.

Designação dos agentes

O Agente é um dos intermediários mais comuns no mercado de exportação, a propriedade do produto não lhe é transmitida, pois atua apenas como representante da empresa no mercado escolhido. O agente vende, promove e assegura vários serviços, como o controle de créditos em nome do exportador no mercado.

A designação de agentes é recomendável, em especial, para bens de capital, de consumo durável ou produtos intermediários. Sua contratação poderá ser de grande valia, já que poderá facilitar a análise do mercado. Agências especializadas, meramente a título de exemplo:

<https://www.informadb.pt/idbweb>

<https://www.racius.com>
<http://www.coface.pt/>
<https://www.einforma.pt>

Abertura de escritório de representação comercial e de empresa

A abertura de escritório de representação comercial é recomendada a empresas que pretendam distribuir seus produtos em diversos países da UE. O recurso a essa alternativa não tem sido usual por parte de empresas brasileiras, que em geral preferem manter representantes do próprio país ou agentes exclusivos.

De qualquer forma, a instalação de escritório de representação é regulamentada pela legislação do investimento estrangeiro (<https://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/InstalarEmpresa/Paginas/InstalarEmpresa.aspx> ou www.iapmei.pt). O investidor estrangeiro pode estabelecer-se livremente em qualquer setor econômico, exceto em atividades relacionadas com saúde, segurança pública ou com indústria de armamento, casos em que é indispensável aprovação prévia das entidades competentes.

É possível abrir uma empresa nos diversos balcões da Empresa na Hora ou através do portal da Empresa Online:

“EMPRESA NA HORA”

<https://eportugal.gov.pt/servicos/criar-uma-empresa-na-hora>

Permite constituir uma empresa de forma rápida e simples num balcão da Empresa na Hora. Este serviço permite criar sociedades por cotas, sociedades unipessoais por cotas e sociedades anônimas. Qualquer pessoa física ou entidade jurídica pode criar uma empresa na hora. Para o efeito, basta dirigir-se aos balcões existentes <https://justica.gov.pt/Servicos/Empresa-na-Hora/Contactos>

Nesta modalidade de criação de “Empresa na hora”, é necessário optar por um nome de firma a partir de lista de nomes pré-aprovados, disponível no site <https://justica.gov.pt/Servicos/Empresa-na-Hora>.

“EMPRESA ONLINE”

<https://eportugal.gov.pt/servicos/criar-uma-empresa-online>

É a forma mais simples de criar uma empresa sem precisar de se deslocar. Permite criar sociedades por cotas, sociedades unipessoais por cotas e sociedades anônimas. Qualquer pessoa pode criar uma empresa online, desde que todos os sócios da empresa que vai ser criada tenham Cartão de Cidadão com assinatura digital ativada ou Chave Móvel Digital. Pode ser criada no seguinte site <https://eportugal.gov.pt/entrar>.

Também se encontram informações relevantes em:

O “BALCÃO DO EMPREENDEDOR”

<https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/balcao-do-empendedor>

Neste website pode obter informação sobre pedidos de licença para a atividade económica, comunicações a entidades e outros serviços eletrónicos, como por exemplo, tratar do licenciamento industrial ou para obtenção de informação sobre serviços necessários para o exercício de uma atividade económica;

- Existem também os Espaços Empresa ou as Lojas de Cidadão onde se pode marcar uma reunião com especialistas para obter ajuda em questões relacionadas com o negócio <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/precisa-de-ajuda>.

Após sua constituição em Portugal, a empresa será de direito português independentemente da origem do capital, sujeita às obrigações e gozando dos direitos idênticos aos de todas as empresas portuguesas, incluindo a possibilidade de candidatar-se a programas de apoio e incentivo ao investimento <https://portugal2030.pt/>.

Seguros de transportes

Não há, em Portugal, obrigatoriedade de efetuar um seguro de mercadoria importada. A decisão dos agentes económicos pelo seguro de transporte é tomada conforme a conveniência e a disponibilidade financeira. Assim, a contratação de seguro dependerá, sobretudo, do tipo de produto, de seu meio de transporte e de sua perecibilidade.

Em geral, os importadores locais preferem comprar a mercadoria com transporte seguro, mesmo que isto represente aumento do custo final (poucas são as situações em que o seguro será dispensado).

Supervisão de embarques

Não existe, em Portugal, instrumento legal que obrigue a supervisão de embarque ou de desembarque. No entanto, de acordo com o tipo de mercadoria, ou segundo as normas de contratos de exportação eventualmente firmados com empresa estrangeira, o importador poderá requerer a supervisão de embarque, que ficará a cargo do exportador.

Financiamento das importações

Os bancos portugueses oferecem crédito à importação, mas apenas a empresas com estrutura económico-financeira sólida e, em geral, a custos elevados, motivo pelo qual este canal de financiamento não é muito utilizado pelos operadores.

Incentivos para empresas instaladas em Portugal

Têm vigorado em Portugal diversos sistemas de incentivos de financiamento de importações para empresas sediadas em Portugal.

Um dos incentivos que teve bastante importância foi o programa Portugal2020, enquadrado no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que constituiu o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão econômica e social em Portugal no período de 2014 a 2020. Esteve estruturado através de: Programas Operacionais Temáticos e Programas Operacionais Regionais para as regiões do Continente e para as duas Regiões Autônomas.

Atualmente encontra-se em vigor o programa “Portugal 2030”, um Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para aplicar €23 bilhões dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa, entre 2021 e 2027, para o apoio de projetos nas seguintes áreas:

- Investigação e inovação, digitalização, competitividade e internacionalização das empresas;
- Transição verde, acompanhando a emergência climática, descarbonização, eficiência energética e reforço das energias renováveis;
- Aposta em redes de transportes estratégicas;
- Melhoria das qualificações da população, igualdade de acesso a cuidados de saúde, emprego de qualidade e a inclusão social;
- Estratégias de desenvolvimento a nível local, coesão social e territorial, desenvolvimento urbano sustentável;
- Economia sustentável e neutra em carbono.

Com a crise resultante da pandemia de COVID-19, a Comissão Europeia propôs um novo Instrumento de Recuperação da UE (Next Generation EU), assente no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, orientado exclusivamente para medidas de resposta à crise e de recuperação da mesma. Os fundos disponibilizados por este instrumento visam apoiar a recuperação dos Estados-Membros e devem ser usados em planos nacionais de recuperação e resiliência que estimulem o crescimento, o emprego, a superação econômica e social; que apoiem a transição ecológica (38% dos recursos deverão contribuir para a ação climática e sustentabilidade ambiental) e que promovam a transição digital (22% dos recursos). O plano de recuperação e resiliência (PRR) de Portugal tem um valor de €16,6 bilhões: €13,9 bilhões em subvenções e €2,7 bilhões em empréstimos.

Litígios e arbitragem comercial

É muito importante a existência de contratos escritos, redigidos por juristas competentes com base na legislação brasileira ou portuguesa, incluindo cláusulas de resolução de litígios, referência ao respectivo foro e à preferência quanto à emissão de garantias bancárias (first demand) ou de outro mecanismo de salvaguarda do interesse das empresas.

4. Comércio Eletrônico

Panorama

A revolução das tecnologias da informação e a profunda disseminação da Internet permitiram o desenvolvimento sem precedentes do comércio eletrônico em Portugal, tornando-o num dos pilares da sociedade da informação.

Com efeito, nos últimos anos, os portugueses passaram a comprar online, fenómeno muito alavancado pelos efeitos da pandemia COVID-19, tendo inclusivamente diminuído a diferença que demarcava Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa. As marcas começaram a apostar cada vez mais em investimentos publicitários online e a oferecer experiências de compra mais convenientes.

Em relação às grandes organizações, o comércio eletrônico já faz parte da sua gestão de negócio, ao passo que as PME's têm vindo a integrar gradualmente o negócio digital. A pandemia COVID-19 forçou uma reação das empresas, especialmente as pequenas e médias, para uma transição para o negócio digital, como forma de vender os seus produtos e serviços.

De acordo com dados do relatório de 2023 de e-commerce dos CTT se estima que a compra online de produtos em Portugal atingiu mais de €5,3 bilhões, em 2022 (-2,8% em comparação com 2021). Se somarmos as compras em serviços, que representaram €4,8 bilhões, o total do mercado e-commerce cresceu 1,9%, em comparação com 2021.

A projeção para o ano de 2023 aponta para um crescimento de 2,7% na compra de produtos online, num total de €5,53 bilhões. Também se prevê um crescimento de 6% dos serviços, para um total de €5,16 bilhões, pelo que o mercado online português poderá ultrapassar os €10 bilhões no final de 2023 (crescimento de 4,3% em comparação com 2022).

O número de portugueses que realizaram compras online em 2022 teve um aumento ligeiro de 1,7%.

De acordo com o relatório de comércio eletrônico em Portugal e na União Europeia publicado pela ANACOM, 43% das pessoas em Portugal fizeram compras através do comércio eletrônico nos três meses anteriores à inquirição (+2 p.p. comparando com 2021) e 54% dos indivíduos efetuaram este tipo de transação (+2 p.p. que em 2021), caso se considere os doze meses anteriores. No entanto, o crescimento verificado em 2022 foi menor do que o verificado nos dois anos anteriores (+7 p.p. em 2021 e +6 p.p. em 2020), em consequência de nestes anos haver uma grande alteração do comportamento de compra dos consumidores fruto da pandemia COVID-19. Foi, no entanto, um crescimento igual ao registrado em 2019. Do lado da oferta, em 2021, 18% das empresas receberam encomendas através de redes eletrônicas e cerca de 9% dos indivíduos efetuaram vendas online.

Em comparação com a UE27, Portugal ocupava o 21º lugar no ranking da percentagem de indivíduos que realizaram compras online nos últimos 3 meses e o 23º lugar nas vendas online.

A análise do perfil do utilizador, de acordo com relatório da ANACOM, constata que quem demonstra maior propensão para efetuar compras e vendas através da Internet são os indivíduos com níveis de escolaridade elevados, maiores rendimentos, empregados ou estudantes. Este perfil manteve-se face ao ano anterior e é semelhante ao da média da UE27.

De acordo com o relatório do e-commerce dos CTT, há maior incidência de e-buyers da área metropolitana de Lisboa, logo seguida pela área metropolitana do Porto, Norte e Centro. Ao nível do escalão etário, há maior incidência entre os 25 e 54 anos, mas verifica-se uma tendência de crescimento das compras online em faixas etárias mais velhas. Também neste estudo se confirma que o e-buyer português tem um perfil socioeconômico superior à média nacional.

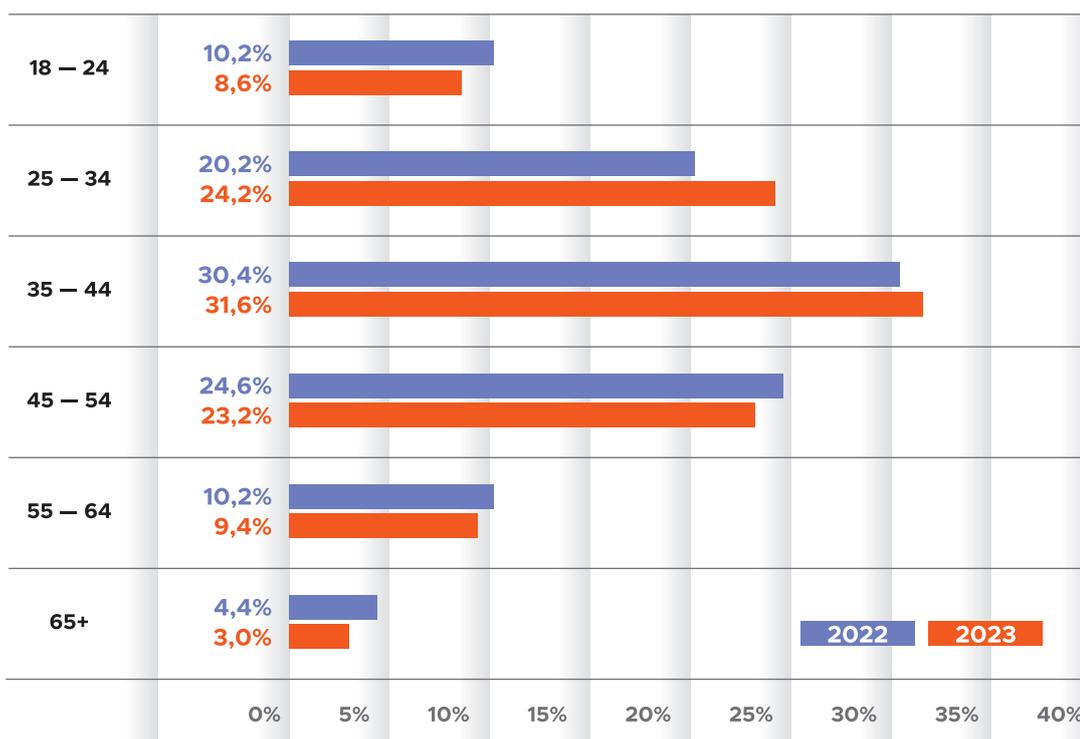


FIGURA 14
PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO CONSUMIDOR ONLINE PORTUGUÊS

Fonte: relatório do e-commerce dos CTT 2023.

De acordo com dados do estudo realizado pelos CTT, entre junho e agosto de 2023, os e-buyers fizeram, em média, 22,9 compras online, das quais 19,3 foram em produtos físicos. O valor médio de compra foi de €55,6, sendo o valor anual gasto em produtos de €1 073.

Os mesmos dados de 2023, denotam que 74% dos compradores online fazem pelo menos uma compra por mês e 13,9% compram todas as semanas (13% em 2022). 91% dos compradores online demonstram estar satisfeitos com a experiência e 17% perspectivam fazer mais compras online, no futuro. Apenas 7% preveem diminuir ou deixar de fazer compras pela internet.



FIGURA 15
PERFIL DA COMPRA ONLINE EM PORTUGAL
 Fonte: relatório do e-commerce dos CTT 2023.

Segundo dados publicados pelo INE, 87,3% dos agregados familiares tinham ligação à internet em 2021 (+2,8p.p. que em 2020), sendo que 84,1% acedem à internet através de banda larga (+2,4 p.p. em comparação com 2020). Verifica-se uma massificação da utilização da internet na população adulta com 82,3% dos indivíduos dos 16 aos 74 anos a aceder à internet nos últimos 3 meses (+4 p.p. que em 2020).

Dados do estudo dos CTT indicam que continua a haver um elevado envolvimento com as redes sociais por parte dos e-buyers portugueses, sendo o Facebook (79,3%) e o Instagram (77,7%) os mais utilizados. Verifica-se um crescimento da utilização do Tik Tok (33,9%) e o decréscimo do Twitter, agora denominado de X (22,1%, menos 15,9 pp que em 2020).

O comprador online possui cerca de 3,7 dispositivos para aceder à internet, observando-se que o smartphone é o mais utilizado, em comparação com o tablet, o computador portátil e o desktop.

A análise dos produtos comprados, em 2023, coloca o “vestuário/calçado” no topo do ranking, sendo 70,2% das compras efetuadas neste tipo de produtos, logo seguido dos

“equipamentos eletrônicos e informáticos” (55,4%) e da “higiene e cosmética” (44,4%). Observam-se categorias onde as compras globais reduziram, mas as compras online cresceram, como é o caso dos equipamentos eletrônicos e informáticos ou o material esportivo, o que denota uma transferência do consumo para o canal online.

De acordo com o relatório da ANACOM para 2022, quando analisado o ranking da UE27, Portugal ocupava a 5ª posição na compra online de “computadores, tablets, telemóveis, equipamento informático complementar ou acessórios”, a 6ª posição na compra de “livros, revistas ou jornais (em papel)”, a 7ª posição na compra de “refeições entregues ao domicílio” (+12 p.p. acima da média), a 10ª posição de “produtos de cosmética, beleza ou bem-estar” e a 12.ª em “equipamentos desportivos”. Na compra de produtos digitais, Portugal ocupou o 7º lugar do ranking da UE27, destacando-se os “filmes, séries ou programas de desporto para download ou subscrição online”, com 38% dos indivíduos a efetuar este tipo de compra.

Na análise da compra de serviços online, as compras são lideradas pelos “serviços de alojamento” com 36%, seguido dos “bilhetes para eventos culturais ou outros, como cinema, concertos, feiras” e os “serviços de transporte” (ambos com 32%), sendo o lugar de ranking da UE27 de 7º, 11º e 12º, respectivamente.

Direitos do consumidor

A legislação portuguesa sobre o direito do consumidor é ampla e diversificada. Além da supervisão da ICP-ANACOM, existem diversas Autoridades de controle e de supervisão das atividades comerciais ao nível nacional, bem como, associações privadas, entre as quais a mais importante é a “Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO)”. O Centro Europeu do Consumidor trata em especial de questões do comércio online, direitos, precauções, meios de pagamento, condições de entrega e garantia após a venda.

Deveres do fornecedor

A legislação regulamenta o comércio eletrônico em Portugal, impondo um conjunto de obrigações aos prestadores de serviços, impondo-os também a manter em condições de acesso fácil e direto elementos completos de identificação tais como: nome ou denominação social, endereço postal e e-mail, número de inscrição do prestador em registos públicos e NIF.

Devoluções: obrigações e prazos

O consumidor dispõe de um prazo mínimo de 7 dias (14 dias, se o vendedor for português ou membro da UE) para devolver o produto e ser reembolsado sem penalização ou necessidade de justificação. No entanto, terá que arcar com o custo do transporte. O prazo poderá ir até 3 meses, caso o vendedor apresente os elementos essenciais do contrato (nome e endereço do vendedor; características e preço do produto; meios de pagamento; informação direitos do consumidor e condições de cancelamento do contrato).

VII. RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS: SÍNTESE

Regulamentação

Os empresários brasileiros poderão obter informações sobre tarifas, regulamentação e mercadorias que beneficiam da isenção ou redução de direitos aduaneiros, através de websites de entidades oficiais que agregam estas temáticas relevantes para o exportador que serão mencionados ao longo deste capítulo.

As informações sobre o regime tarifário e a regulamentação de importação em Portugal são prestadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira portuguesa (AT) e podem ser consultadas no site: <https://pauta.portaldasfinancas.gov.pt/pt/direitosaduaneiros/Pages/importacao.aspx>. É importante o exportador brasileiro conhecer e manter atualizada informação sobre os direitos aplicáveis aos produtos, para poder definir o preço final de seu produto.

As amostras sem valor comercial, catálogos e publicações destinadas a orientar pedidos de compra são livres de direitos alfandegários, mas podem ser solicitados documentos específicos que permitam a sua entrada em Portugal.

Importações em Portugal

A maior parte das importações portuguesas processa-se nos setores relacionados com o comércio, a indústria transformadora e as aquisições da Administração Pública.

Transações que envolvam grandes quantidades, montantes elevados ou que impliquem o escalonamento de embarques e transportes são feitas com base em contratos formais, celebrados após troca de correspondência com vista ao fechamento de um acordo de agenciamento, de representação ou de execução de negócio específico.

Lisboa, Sines ou Leixões são os portos preferidos dos importadores. A carta de crédito e as ordens de pagamento, à vista ou a prazo, são as formas mais comuns de pagamento em Portugal.

Não existe, em Portugal, instrumento legal que obrigue a supervisão de embarque ou de desembarque. No entanto, de acordo com o tipo de mercadoria, ou segundo as normas de

contratos de exportação eventualmente firmados com empresa estrangeira, o importador poderá requerer a supervisão de embarque, que ficará a cargo do exportador.

Canais privilegiados de distribuição e promoção

O comércio atacadista pode importar diretamente do exterior ou fazê-lo através das centrais de compras, e vender para o comércio varejista. Para a introdução de novos produtos de grande consumo, o canal de distribuição mais vantajoso também é o comércio atacadista, como os supermercados ou as centrais de compras.

Como referimos no capítulo anterior deste Guia, em Portugal, são dois os principais espaços para realização de feiras internacionais: em Lisboa, na Feira Internacional de Lisboa, FIL e no Porto, no Centro de Exposições do Norte (Exponor). A participação em feiras tem sido o meio mais eficaz para a promoção e a introdução de produtos.

Para auxiliar no plano de marketing e na prospecção do mercado português, as empresas exportadoras brasileiras poderão encontrar no país amplo conjunto de profissionais de marketing e de assessoria. De modo geral, recomenda-se a elaboração de estudo de mercado, visando conhecer por antecipação o mercado, suas características, concorrentes, esquema tarifário, hábitos sociais entre outros.

Representação comercial

A abertura de escritório de representação comercial é recomendada a empresas que pretendam distribuir seus produtos a diversos países da UE.

O Portal do Cidadão (Balcão do Empreendedor) <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/balcao-do-empendedor> é um serviço eletrônico integrado, onde é possível encontrar informações úteis relativas às diversas atividades econômicas. Para a abertura, alteração ou extinção de empresas o exportador deverá consultar os seguintes websites:

- <https://eportugal.gov.pt/servicos/criar-uma-empresa-online>
- <https://justica.gov.pt/Servicos/Empresa-Online>
- <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/guia-a-a-z/cid-0-faseneg-2-dissolucao-ou-liquidacao-de-uma-sociedade>

Um dos canais mais indicados para uma parte das mercadorias exportáveis para Portugal é o contrato de agenciamento ou de representação.

Especificidades socioculturais

Visto que os empresários portugueses se deslocam muito ao Brasil, as empresas brasileiras devem inserir, na correspondência, convites para estes visitarem as empresas brasileiras exportadoras, se assim o desejarem.

O período menos recomendável para viagens de negócios a Portugal é o compreendido entre julho e meados de setembro, visto coincidirem com as férias de verão. Os principais feriados portugueses são: 1 de janeiro, 25 de abril, 1 de maio, 10 de junho, 15 de agosto, 5 de outubro, 1 de novembro, 1, 8 e 25 de dezembro e é comum a realização de “pontes” sempre que o calendário permite.

É aconselhável a marcação prévia de hotel, através das agências de viagens ou das companhias de transporte, porque Portugal é um destino turístico muito procurado e, em certas alturas do ano, a lotação hoteleira é mais notória.

Assistência profissional, no país, aos empresários brasileiros

Os empresários brasileiros devem procurar assistência para os seus projetos de internacionalização junto das entidades oficiais competentes e, quando da concretização do projeto, contratar profissionais especializados para tratar de assuntos concretos que exigem conhecimentos específicos do mercado (ex.: advogados, contabilistas, etc.).

ANEXOS

I. ENDEREÇOS

1. ÓRGÃOS OFICIAIS

EM PORTUGAL:

REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA E CONSULAR BRASILEIRA

Embaixada do Brasil em Lisboa
Estrada das Laranjeiras, 144
1649-021 - Lisboa
Tel.: (+351) 217 248 510
E-mail: brasemb.lisboa@itamaraty.gov.br
<http://lisboa.itamaraty.gov.br>

Consulado-Geral do Brasil em Lisboa
Rua António Maria Cardoso, 39
1200-443 - Lisboa
Tel.: (+351) 211 358 587
E-mail: cg.lisboa@itamaraty.gov.br
<http://cglisboa.itamaraty.gov.br/pt-br/>

Consulado-Geral do Brasil no Porto
Av. da França 20, 4050-275 Porto
Tel.: (+351) 226 084 070
E-mail: consular.porto@itamaraty.gov.br
<http://porto.itamaraty.gov.br/pt-br/>

Consulado Geral do Brasil em Faro
Praça Dom Marcelino Franco 2, 8000-169 Faro
Tel.: (+351) 289 096 211
<http://faro.itamaraty.gov.br>

Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Avenida da Liberdade, 180 A - 10º andar
1250-146 - Lisboa
Tel.: (+351) 213 568 360/70
E-mail: missao.delbrascplp@itamaraty.gov.br / missao@brasilcplp.org
<http://delbrascplp.itamaraty.gov.br/pt-br/>

ÓRGÃOS OFICIAIS PORTUGUESES DE INTERESSE PARA EMPRESÁRIOS BRASILEIROS

BdP (Banco de Portugal)
Tel.: (+351) 213 130 000
E-mail: info@bportugal.pt
<http://www.bportugal.pt>

Ministério das Finanças
Tel.: (+351) 218 846 695
www.portaldasfinancas.gov.pt

SGMF - Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
Tel.: (+351) 21 881 68 00
E-mail: relacoes.publicas@sgmf.pt
<http://www.sgmf.pt>

Direção-Geral do Tesouro e Finanças
Tel.: (+351) 21 884 6000
E-mail: tesouro@dgtf.pt
<http://www.dgtf.pt>

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
Tel.: (+351) 218442200
E-mail: geral@dgadr.pt
<http://www.dgadr.pt>

Secretaria-Geral da Economia
E-mail: secretaria.geral@sg.min-economia.pt
<http://www.sg.min-economia.pt>

Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
Tel.: (+351) 218 813 990
E-mail: dgaiec@dgaiec.min-financas.pt

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
E-mail: info@iapmei.pt
<http://www.iapmei.pt>

Aicep Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
Rua de Entrecampos, nº 28 Bloco B – 12º Andar
1700-158 Lisboa
Tel. Geral: + 351 217 909 500
E-mail: aicep@portugalglobal.pt
<http://www.portugalglobal.pt>

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Tel.: (+351) 218 818 100
<https://inpi.justica.gov.pt/>

Instituto Português da Qualidade
E-mail: ipq@ipq.pt
<http://www1.ipq.pt/PT/Pages/Homepage.aspx>

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
E-mail: dirgeral@dgav.pt
<http://www.dgav.pt/>

NO BRASIL:

Representação diplomática e consular de Portugal no Brasil

Embaixada de Portugal
SES - Setor de Embaixadas Sul, Quadra 801, Lote 02
CEP 70402 - 900
Brasília - Distrito Federal - Brasil
Tel.: (+55 61) 3032 9600
Celular (Emergência): (+55 61) 99823 4983
E-mail: (Geral): embaixadaportugal@embaixadaportugal.org.br
E-mail: (Informações Consulares): brasil@mne.pt
E-mail: (Secção Consular): sconsular.brasilia@mne.pt
<https://brasilia.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/>

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro
E-mail: riojaneiro@mne.pt
<http://www.consuladoportugalrj.org.br>

Consulado Geral de Portugal em São Paulo
E-mail: duvidas.saopaulo@mne.pt
<http://consuladoportugal.sp.org.br/>

Consulado de Portugal em Belo Horizonte
E-mail: mail@cnbel.dgaccp.pt / consulado.belo Horizonte@mne.pt
<http://www.consuladoportugalbh.org.br>

Consulado Geral de Portugal em Salvador/BA
E-mail: consulado.bahia@mne.pt
<https://salvador.dabaia.consuladoportugal.mne.gov.pt/pt/>

Vice-Consulado de Portugal em Belém
E-mail: belem@mne.pt
<http://www.vcportugalbelem.org.br>

Vice-Consulado de Portugal em Curitiba
Tel.: (+55 41) 3233 4211
E-mail: mail@curitiba.dgaccp.pt

Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza
Tels.: (+55 85) 3261 7420 / (Emergência): (+55 85) 8867 9850
E-mail: fortaleza@mne.pt

Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre
Tel.: (+55 51) 3061 5767
E-mail: mail@cnpal.dgaccp.pt
<https://www.consuladoportugalportoalegre.com>

Vice-Consulado de Portugal em Recife
Tels.: (+55 81) 3327 2073 / Tel.: (+55 81) 3327 1514 /
(Emergência): (+55 81) 9974 6894
E-mail: mail@cnrec.dgaccp.pt

ÓRGÃOS OFICIAIS BRASILEIROS

CGPR - Coordenação-Geral de Promoção Comercial
Anexo Maria José de Castro Rebello Mendes – 5º andar - sala 541
Telefone: 2030-8989
Fax: 2030-8967
E-mail: cgpr@itamaraty.gov.br

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, Sala 246
70170-900 Brasília – DF
Tel.: (+55 61) 2030 8531
E-mail: doc@itamaraty.gov.br

APEX Brasil
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre B 12º a 18º andar Centro Empresarial CNC Asa Norte
70040-250 Brasília – DF
Tel.: (+55 61) 2027-0202
E-mail: apexbrasil@apexbrasil.com.br

APEX Bruxelas
Avenue des Arts, 19 A/D, B-1000, Brussels – Belgium
Tel.: +32 2211 0530
E-mail: escritorio.europa@apexbrasil.com.br

2. CÂMARAS DE COMÉRCIO

EM PORTUGAL:

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal
E-mail: geral@ccilb.net
<https://www.ccilb.pt/pt/>

Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
E-mail: geral@ccip.pt
<http://www.ccip.pt>

NO BRASIL:

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no Rio de Janeiro
E-mail: atendimento@camaraportuguesa-rj.com.br
<http://www.camaraportuguesa-rj.com.br/>

Câmara Portuguesa de Comércio em São Paulo
E-mail: comercial@camaraportuguesa.com.br
www.camaraportuguesa.com.br

AICEP - Delegação em São Paulo
E-mail: aicep.s.paulo@portugalglobal.pt
www.portugalglobal.pt

Câmara Portuguesa do Rio Grande do Sul
E-mail: secretaria@ccbp-rs.org.br
<https://www.ccbprs.com/>

3. PRINCIPAIS ENTIDADES DE CLASSE LOCAIS

PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

APED, Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
E-mail: geral@aped.pt
<http://www.aped.pt>

Associação Industrial Portuguesa
E-mail: geral@aip.pt
<http://www.aip.pt>

AEP - Associação Empresarial de Portugal
E-mail: aep@aeportugal.pt
www.aeportugal.pt

Associação Nacional de Jovens Empresários
E-mail: anje@anje.pt
<http://www.anje.pt/>

ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal
E-mail: atp@atp.pt
www.atp.pt

ANCIPA – Associação Nacional de Comerciantes de Industriais de Produtos Alimentares
E-mail: geral@ancipa.pt
<http://www.ancipa.pt/>

AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
E-mail: aimmp@aimmp.pt
<http://www.aimmp.pt>

APICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos
E-mail: apiccaps@mail.telepac.pt
<http://www.apiccaps.pt>

CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
E-mail: ccp@ccp.pt
<http://www.ccp.pt>

FIPA - Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares
E-mail: info@fipa.pt
www.fipa.pt

4. PRINCIPAIS EMPRESAS DE E-COMMERCE

FNAC Portugal - ACDLDMPT, Lda.
Tel.: 707 31 34 35 / (+351) 211 544 039 (chamadas internacionais)
<http://www.fnac.pt>

Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.
E-mail: cliente@worten.pt
<http://www.worten.pt/>

La Redoute
Tel.: 707 20 10 10 ou 244 810 000
contacto@redoute.pt
<https://www.laredoute.pt/>

Continente Online (Grupo Sonae)
E-mail: ajuda@continente.pt
<http://www.continente.pt/>

Leroy Merlin
Tel.: (+351) 210 194 210
<https://www.leroymerlin.pt/>

El Corte Inglés, Grandes Armazéns, SA.
E-mail: relacoespublicas@elcorteingles.pt
www.elcorteingles.pt

Auchan
Tel.: (+351) 21 354 61 31 / (+351) 21 315 04 21
E-mail: apoiocliente@auchan.pt
<https://www.auchan.pt/Frontoffice/>

DEFESA DO CONSUMIDOR

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
E-mail: decolx@deco.pt
<http://www.deco.proteste.pt/>

Direção Geral do Consumidor - Portal do Consumidor
<http://www.consumidor.pt/>

5. PRINCIPAIS BANCOS

BANCOS BRASILEIROS EM PORTUGAL

Banco do Brasil S.A.
E-mail: lisboa.private@bb.com.br
Atua apenas como Private Banking

Banco Itaú BBA International, SA
Rua Tierno Galvan, torre 3, 11º, 1099-048 Lisboa
Tel.: (+351) 21 381 1000
E-mail: global.ibbaint@itaubba.com
www.itaueu
Atua para Private Banking ou grandes empresas

PRINCIPAIS BANCOS A OPERAR EM PORTUGAL NÃO BRASILEIROS

Activo Bank
Tel.: (+351) 210 030 700
<https://www.activobank.pt/>

Caixa Geral de Depósitos
Tel.: (+351) 217 900 790
<http://www.cgd.pt>

Millenium bcp
Tel.: (+351) 211 138 740
<http://www.millenniumbcp.pt>

Banco Santander
Tel.: (+351) 217 807 364
<https://www.santander.pt/>

Novo Banco
Tel.: (+351) 21 350 10 00
E-mail: info@novobanco.pt
<http://www.novobanco.pt>

Banco Português de Investimento-BPI SA
(Grupo Caixa Bank)
Tel.: (+351) 217 241 700 / (+351) 222 075 000
www.bancobpi.pt

CA Crédito Agrícola
Tel.: (+351) 917 202 010 / (+351) 969 855 840 / (+351) 936 630 001 / (+351) 213 136 900 (do estrangeiro)
E-mail: linhadirecta@creditoagricola.pt
<http://www.creditoagricola.pt>

Montepio Geral – Associação Mutualista
Tel.: (+351) 965 902 024 / (+351) 931 302 024 / (+351) 917 402 024 / (+351) 217 241 624
www.montepio.pt

BBVA - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) SA
Tel.: 351 213 911 416 (a partir do estrangeiro)
<https://www.bbva.pt>

Bankinter Private Banking
Tel.: (+351) 707 50 50 50
<https://www.bankinter.pt>

Deutsche Bank
Tel.: (+351) 21 311 12 00
<https://www.db.com/portugal/>

EuroBic
Tel.: 808 22 44 44
<https://www.eurobic.pt/>

6. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

PRINCIPAIS JORNAIS

Correio da Manhã – Lisboa
<https://www.cmjornal.pt/>

Diário de Notícias – Lisboa
<https://www.dn.pt/>

Jornal de Notícias – Porto
<https://www.jn.pt/>

Jornal Público – Lisboa
<https://www.publico.pt/>

Expresso – Lisboa
<https://expresso.pt/>

Jornal de Negócios – Lisboa
<https://www.jornaldenegocios.pt/>

Diário Económico - Lisboa
<http://diarioeconomico.sapo.pt/>

Jornal Sol – Lisboa
<https://sol.sapo.pt/>

Jornal i – Lisboa
<https://ionline.sapo.pt/>

Jornal Destak – Lisboa
<https://destakjornal.com.br/>

Principais revistas

ECONÔMICAS: Exame (<https://exame.com/>), Fortuna (<https://fortuna.perfil.com/>), Valor (<https://www.valormagazine.pt/>)

GERAIS: Visão
(<https://visao.pt/>), Sábado (<https://www.sabado.pt/>)

SOCIEDADE: Caras
(<https://caras.pt/>), Nova Gente (<https://www.novagente.pt/>)

FEMININAS: Máxima
(<https://www.maxima.pt/>), LuxWoman (<https://www.luxwoman.pt/>), Activa (<https://activa.pt/>)

AUTOMÓVEIS: Motor
(<https://www.motor24.pt/>), Turbo (<https://www.turbo.pt/>),

CANAIS DE TV

Rádio Televisão Portuguesa, S.A. - RTP (canais 1 e 2)
<https://www.rtp.pt/>

Sociedade Independente de Comunicação, S.A. - SIC (canal 3)
<https://sic.pt/>

Televisão Independente, S.A. - TVI (canal 4)
<https://tvi.iol.pt/>

ESTAÇÕES DE RÁDIO (NACIONAIS)

Rádio Renascença
<https://rr.sapo.pt/home>

Rádio Comercial
<https://radiocomercial.pt/>

TSF Rádio Jornal, S.A.
<https://www.tsf.pt/>

Antena 1
<https://radioonline.com.pt/antena-1/>

Antena 2
<https://radioonline.com.pt/antena-2/>

Antena 3
<https://radioonline.com.pt/antena-3/>

7. AQUISIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Imprensa Nacional - Casa da Moeda
E-mail: incm@incm.pt
<http://www.incм.pt>

Instituto Nacional de Estatística - INE
E-mail: ine@ine.pt
<http://www.ine.pt>

8. COMPANHIAS DE TRANSPORTE PARA O BRASIL

MARÍTIMAS

BRASILEIRAS

Aliança Navegação e Logística Ltda.
E-mail: contato.sao@alianca.com.br
<http://www.alianca.com.br>

PORTUGUESAS / INTERNACIONAIS

HAMBURG SUD
Tel.: (+351) 213 211 320
E-mail: garland.lis@garland.pt
<https://www.garland.pt/pt/>

Navex - Empresa Portuguesa de Navegação, S.A.
E-mail: navex@navex.pt
<http://www.navex.pt>

Pinto Basto Navegação SA
E-mail: geral@pintobasto.com
<http://www.pintobasto.com>

AGL Logistics
E-mail: info@agl-logistics.com
<http://www.agl-logistics.com>

Maersk Portugal-Transportes Internacionais Lda.
E-mail: porcsedirlis@maersk.com
<https://www.maersk.com/>

CMA CGM PORTUGAL – Agentes de navegação, S.A.
Tel.: (+351) 213 256 220
E-mail: Lca.jsantos@cma-cgm.com
<http://ww5.cma-cgm.com/>

Compañia Sud Americana de Vapores Agencia Marítima S.L (Lisboa)
E-mail: fernando.franco@csavagency-pt.com
www.csav.com

MSC - Mediterranean Shipping Company (Portugal), S.A.
E-mail: msc@msclis.msçgva.ch
www.msçportugal.com

COMPANHIAS AÉREAS

BRASILEIRAS

Latam
www.latam.com/pt.br/

AZUL
<https://www.voearul.com.br/fr/home>

PORTUGUESAS

TAP - PORTUGAL
Tel.: (+351) 707 205 700
<https://www.flytap.com/pt-pt/>
<http://www.ana.pt/pt/lis/home>
<https://www.aeroportoporto.pt/pt/opo/home>
<https://www.aeroporto Faro.pt/>

TAP – no Brasil
Brasília
Tel.: (+55 61) 3223-7138
E-mail: rcarnevalle@tap.pt

SATA
Tel.: (+351) 213 553 110
www.sata.pt
E-mail: lost.found.pdl@sata.pt

ESTRANGEIRAS

British Airways
www.britishairways.pt

IBERIA
<http://www.iberia.com/>

AIR CANADA
<https://www.aircanada.com/>

AIR FRANCE
<http://www.airfrance.pt/>

ARI EUROPA
<https://www.aireuropa.com/>

AMERICA AIRLINES
<http://www.aa.com/>

BRUSSEL AIRLINES
<https://www.brusselsairlines.com/>

EASYJET
<http://www.easyjet.com/>

KLM
<http://www.klm.pt/>

LUFTHANSA
<http://www.lufthansa.com/pt/pt/homepage>

RYANAIR
<https://www.ryanair.com/pt>

TRANSAVIA
<https://www.transavia.com/>

VUELING
<http://www.vueling.com/>

9. SUPERVISÃO DE EMBARQUES

PORTUGAL

SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência, S.A.
Tel.: (+351) 707 200 747
Fax: (+351) 707 200 329
<https://www.sgs.pt/>

Brasil

SGS Academy
Tels.: (+55 11) 3254-7830 / (+55 11) 3254-7831
Fax: (+55 11) 3254-7835

SGS do Brasil Ltda.
Telefax: (+55 21) 3150-2006
<https://www.sgsgroup.com.br/>

Carmac - Representações e Tramitação Aduaneira, Lda.
Despachantes Oficiais
Tel.: (+351) 218 686 831
Fax: (+351) 218 687 104

II. FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

1. INFORMAÇÕES SOBRE FRETES

MARÍTIMOS

Para obtenção de informações atualizadas sobre fretes marítimos, os empresários deverão consultar diretamente as empresas listadas no Anexo.

AÉREOS

De igual modo para obtenção de informações atualizadas relacionadas com a seção de cargas das companhias aéreas, as companhias aéreas de carga listadas no Anexo.

2. COMUNICAÇÕES: TARIFAS

TELEFONE

Conforme o operador de telecomunicações e o tipo de tarifário contratado, a tarifa telefônica para o Brasil, poderá variar entre um valor mínimo e máximo.

CORRESPONDÊNCIA POSTAL

Correio normal internacional

A Encomenda Internacional é um serviço de transporte de mercadorias, com ou sem valor comercial, que utiliza prioritariamente a via aérea para todo o mundo até 7 dias úteis.

Informação mais detalhada em <https://www.ctt.pt/empresas/encomendas-e-correio/enviar/carga/index>.

III. INFORMAÇÕES PRÁTICAS

1. MOEDA

A moeda em circulação em Portugal é o Euro (€), com subdivisão em cêntimos.

A moeda divisionária em curso legal é composta por moedas de €2; €1; €0,50, €0,20, €0,10, €0,05, €0,02 e €0,01 cêntimos.

A moeda em papel em curso legal é constituída por notas de €500, €200, €100, €50, €20, €10 e €5. As notas de €500 e €200 circulam em menor quantidade.

A cotação média do Euro em relação ao Dólar em 2022 foi de €1= US\$1.053.

2. PESOS E MEDIDAS

Portugal utiliza o sistema métrico decimal.

3. COMUNICAÇÕES

Telefone

A liberalização das redes fixa e móvel, ocorrida há anos no país, proporcionou aumento de concorrência, promoveu qualidade dos serviços e contribuiu para a redução do tarifário.

Principais operadores: Portugal Telecom, MEO, Vodafone, NOS, Nowo e UZO. Podem ser obtidas informações sobre tarifários diretamente nos operadores ou no site da ANACOM - Autoridade Nacional de comunicações - <http://www.anacom-consumidor.com>

4. FUSO HORÁRIO

A diferença horária de Brasília / Rio de Janeiro / São Paulo para Portugal, na época de inverno (outubro a março), é de mais 3 horas; na época de verão (março a outubro), é de mais 4 horas.

5. HORÁRIO COMERCIAL

Repartições Finanças/Tribunais – Horário: 2ª a 6ª feira, exceto em feriados portugueses, 9h às 16h (encerrando para almoço 12h30 às 14h).

Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF) – Recentemente o SEF (29 outubro 2023) foi substituído pela AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo). A linha de apoio a Migrantes funciona de Segunda a sexta, das 09h00 às 20h00 e Sábado, das 09h00 às 17h00, existindo 34 Lojas AIMA em todo o país, com diferentes horários (<https://aima.gov.pt/pt>).

As responsabilidades policiais do SEF foram redistribuídas entre a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia Judiciária (PJ). As funções administrativas relacionadas a cidadãos estrangeiros passam a ser da competência do Instituto de Registo e Notariado (IRN) e da recém-criada AIMA (esta é responsável pelas autorizações de residência de cidadãos estrangeiros). O IRN herda as responsabilidades do Passaporte para cidadão estrangeiro e renovação de atestado de residência, com exceção de casos de

vítimas de tráfico de pessoas e para efeitos de investimento que são assegurados pela AIMA. A Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros (UCFE) coordena todos estes serviços e assume responsabilidade do Controlo de Fronteiras, Centralização de Informações, Gestão de Informações Policiais, Emissão de Informações de Segurança e Gestão de Base de Dados.

Loja do Cidadão – entidade pública que abriga sucursais de vários serviços públicos, tais como Serviços de Finanças, Instituto da Segurança social e Instituto de Registos e do Notariado, e de empresas privadas produtoras ou distribuidores de bens públicos tais como eletricidade, gás, água telefones e outras. Horário: 2ª a 6ª feira, exceto em feriados portugueses, 8h30 às 19h30; sábados e feriados: 9h30 às 15h.

Bancos – Horário: 2ª a 6ª feira, exceto em feriados portugueses, 8h30 às 15h.

Comércio – Horário: 2ª a 6ª feira, exceto feriados portugueses, 9h30 às 19h; aos sábados e feriados, 9h30 às 13h, e muitas lojas durante todo o dia de sábado. Deverá ainda contemplar a possibilidade de algumas lojas encerrarem no horário de almoço.

Centros Comerciais – Horário: 10h às 00h

6. CORRENTE ELÉTRICA

A corrente elétrica em todo o país é de 220 volts e 50 ciclos.

7. PERÍODOS RECOMENDADOS PARA VIAGEM

O melhor período para realizar viagens é de outubro a junho. Os meses entre julho e setembro correspondem às férias de verão, sendo por isto período menos favorável para a realização de negócios.

8. VISTO DE ENTRADA

Nos termos da legislação em vigor, os cidadãos brasileiros não necessitam de visto para entrar em Portugal, por um período de 90 dias, nos casos de: turismo, negócios, cobertura jornalística ou missão cultural.

Este prazo poderá ser prorrogado em Portugal, mediante autorização do SEF (www.sef.pt), agora AIMA (aima.gov.pt), não podendo a prorrogação ultrapassar 90 dias.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENTRADA EM PORTUGAL

A isenção de visto não desobriga os beneficiários do cumprimento de formalidades legais de entrada no país (Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de fevereiro, e Documento do Conselho da UE nº 10479/02, de 17 de julho), tais como a apresentação de documentos à entrada no país:

- passaporte, com validade superior à duração da estada prevista de, pelo menos, 3 meses;
- bilhete de viagem aérea (ida e volta);
- comprovante de alojamento;
- comprovante de vínculo laboral ou atividade profissional no Brasil (devidamente reconhecido em cartório e autenticado no consulado na área de residência);
- comprovante de meios financeiros para suportar a estada, equivalente a €75 por cada entrada em território nacional, acrescidos de €40 por cada dia de permanência.

9. VACINAS

Para brasileiros, não há exigência de qualquer tipo de vacina.

10. ALFÂNDEGA E CÂMBIO

Não existem restrições cambiais nem restrições aos portadores de visto temporário em Portugal. O câmbio pode ser realizado livremente nos bancos e em casas autorizadas.

BIBLIOGRAFIA

Para a elaboração deste estudo, recorreu-se a informações fornecidas por diversos organismos, através das suas respetivas páginas oficiais na Internet, entre as quais estão:

AGROPORAL

<https://www.agroportal.pt/>

AIMA

<https://aima.gov.pt/pt>

ANA

www.ana.pt

ANACOM

www.anacom.pt

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA

<https://www.aip.pt/>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

<https://www.apb.pt/>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

www.aped.pt

ACAP – ASSOCIAÇÃO AUTOMÓVEL DE PORTUGAL

www.acap.pt

AICEP

www.portugalglobal.pt/

APICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos

www.apiccaps.pt

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PROFISSIONAIS DE MARKETING

www.appm.pt

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ADUANEIRA

www.portaldasfinancas.gov.pt

BANCO CENTRAL EUROPEU

www.ecb.europa.org

BANCO DE PORTUGAL

www.bportugal.pt

BANCO MUNDIAL

www.worldbank.org

BPSTAT

<https://bpstat.bportugal.pt/>

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

www.aeportugal.pt

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA

<https://www.ccip.pt/>

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

www.cp.pt

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA MADEIRA

<https://www.ibc-madeira.com/pt/>

CREATIVE NEWS

<https://creativenews.pt>

COMEXSTAT

www.comexstat.mdic.gov.br

COMISSÃO EUROPEIA

https://portugal.representation.ec.europa.eu/estrategia-e-prioridades/plano-de-recuperacao-para-europa_pt

CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SÃO PAULO

<https://consuladoporugal.org.br/dados-sobre-portugal/tratados-e-acordos-entre-portugal-e-brasil/>

CTT

<https://blog.ctt.pt/blog-ctt/o-estado-do-e-commerce-em-portugal>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

<https://www.dn.pt>

DINHEIRO VIVO

<https://www.dinheirovivo.pt>

DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

<https://www.dgaep.gov.pt>

DIREÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

<https://www.dgae.gov.pt/>

DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA

www.dgeg.pt

DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

<https://www.dgtf.pt>

ECO SAPO

<https://eco.sapo.pt>

EPORTUGAL (PORTAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS)

<https://eportugal.gov.pt/>

EUROSAT

www.eurosat.com

EXPONOR

www.exponor.pt

EUROPEAN COMMISSION

<https://trade.ec.europa.eu>

EUROPEAN COUNCIL

<https://www.consilium.europa.eu>

EVENT POINT

<https://www.eventpointinternational.com/temas/feiras/feiras-e-exposicoes-em-portugal>

FAZCOMEX

<https://www.fazcomex.com.br>

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

www.fil.pt

FLORESTAS

<https://florestas.pt>

FUNDAÇÃO JOSÉ NEVES

<https://www.joseneves.org>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

www.imf.org

GABINETE DE ESTRATÉGIAS E ESTUDOS

<https://www.gee.gov.pt/pt/>

GPEARI – GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

www.gpeari.min-financas.pt

HUMAN DEVELOPMENT REPORTS

<https://hdr.undp.org/>

INE
www.ine.pt

INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS
TRANSPORTES
<https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Paginas/IMTHome.aspx>

INVOICE EXPRESS
<https://invoicexpress.com>

MEIOS E PUBLICIDADE
<https://www.meiosepublicidade.pt>

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
www.portugal.gov.pt

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
<https://www.gov.br/mre/pt-br>

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTUGAL
<https://gddc.ministeriopublico.pt/>

OBSERVADOR
<https://observador.pt>

OBSERVATÓRIO DO EMPREGO JOVEM
<https://obsempregojoovem.com>

PÁGINAS AMARELAS
www.pai.pt

PORDATA
www.pordata.pt

PORTAL GOVERNO
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23>

PORTO DE LISBOA
www.portodelisboa.com

PORTUGAL 2030
<https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-portugal-2030-em-3-minutos/>

PRB-POPULATION REFERENCE BUREAU
www.prb.org

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO
NACIONAL
www.qren.pt

RADIO TELEVISÃO PORTUGUESA
www.rtp.pt

REDE FERROVIÁRIA NACIONAL
www.refer.pt

SIC
www.sic.sapo.pt

TRAVELBI BY TURISMO DE PORTUGAL
<https://travelbi.turismodeportugal.pt/>

TURISMO DE PORTUGAL
www.turismodeportugal.pt

UE
www.europa.eu

WORLD GOLD COUNCIL
<https://www.gold.org>

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES

